

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

PATRÍCIA BARBOSA NUNES

BELO MONTE E A EXTINÇÃO DOS BAIXÕES DE ALTAMIRA-PA: a
difícil territorialização dos reassentados no RUC São Joaquim

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Porto Alegre/RS
2021

PATRÍCIA BARBOSA NUNES

BELO MONTE E A EXTINÇÃO DOS BAIXÕES DE ALTAMIRA-PA: a difícil territorialização dos reassentados no RUC São Joaquim

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito final para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Linha de Pesquisa: Análise Territorial.

Orientador: Doutor Álvaro Luiz Heidrich - Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre/RS
2021

CIP - Catalogação na Publicação

Nunes, Patrícia Barbosa
BELO MONTE E A EXTINÇÃO DOS BAIXÕES DE ALTAMIRA-PA:
a difícil territorialização dos reassentados no RUC
São Joaquim / Patrícia Barbosa Nunes. -- 2021.
148 f.
Orientador: Álvaro Luiz Heidrich.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa
de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS,
2021.

1. Deslocamento Compulsório. 2.
Territorialização-Desterritorialização-Reterritorializ
ação. 3. Hidrelétrica Belo Monte - Amazônia - Brasil.
4. Reassentamento. 5. Altamira-Pará. I. Heidrich,
Álvaro Luiz, orient. II. Título.

PATRÍCIA BARBOSA NUNES

BELO MONTE E A EXTINÇÃO DOS BAIXÕES DE ALTAMIRA-PA: a difícil territorialização dos reassentados no RUC São Joaquim

Dissertação defendida como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia pela banca examinadora constituída por:

Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich (Orientador), UFRGS

Prof^a. Dr^a. Rosa Maria Vieira Medeiros (Examinadora), UFRGS

Prof^a. Dr^a. Tania Marques Strohaecker (Examinadora), UFRGS

Prof. Dr. Marcel Ribeiro Padinha (Examinador), UFPA

Porto Alegre/RS
2021

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de minha experiência não somente como professora e geógrafa, mas também como ser humano que reconhece a colaboração de várias pessoas e famílias que contribuíram para que eu pudesse realizar a pesquisa e colocar em prática na minha escrita os saberes adquiridos ao longo de quase dois anos de interação social.

Reconheço cada indivíduo que se dedicou para contribuir de forma direta ou indireta cada reivindicação de colaboração para a constituição desta tese. Cada pessoa a seu modo permitiu um contato próprio, com sua linguagem e experiência peculiar de quem estava revivendo suas memórias que é sobretudo uma memória afetiva nesse universo de reconstrução com o espaço geográfico.

Oferecer esta experiência em forma de dissertação é aproximar o leitor ao universo do conhecimento de sua própria realidade que é em certa medida o desenrolar de sua própria trajetória de vida. Por isso neste espaço agradeço aqueles que me escutaram em sua individualidade e sabedoria, com suas características únicas por vezes silenciosa ou expressiva, mas, que significaram o compartilhar daquilo que queriam externalizar e isso foi vital para a concretude desta experiência enriquecedora de minha vida acadêmica.

Portanto, nada mais natural ao fechar um ciclo de estudo e pesquisa reconhecendo a concessão de Deus em minha vida pela sabedoria, entendimento e sensibilidade para compreender cada pessoa envolvida neste processo. Confesso que houveram dias nebulosos, principalmente quando me deparava com os excessos de injustiça social. Mas, Deus em sua misericórdia me fortaleceu e hoje só quero agradecer.

Obrigada de coração a toda minha família e de maneira muito singela ao meu pai Donizete Nunes, à minha mãe Lucilene Barbosa. O meu alicerce de apoio, proteção, princípios e valores. Com eles tudo se tornou mais suave e possível para concluir este trabalho.

Agradeço ao meu irmão Fábio Barbosa pela compreensão e suas filhas Maria Eduarda e Lara Vitória, pelo carinho e por deixar meus dias menos fastidioso com suas peraltices enquanto eu tentava realizar a leitura de mais um livro.

Deixo zilhões de agradecimentos ao meu amado e estimado professor Bruno Alves, por acreditar na minha capacidade intelectual desde o início deste sonho, hoje

realidade. Bruno é um ser humano incrível. Sua bondade me impressiona. Sempre ao meu lado nos momentos mais árduos dos meus estudos e me fez sorrir mesmo quando tudo parecia inconcebível. Ele sempre foi o primeiro a me dar um abraço quando era hora de comemorar. Gratidão. Sua ajuda e colaboração foram essenciais para deixar meus dias mais possíveis

Agradeço a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e ao curso de Pós-graduação em Geografia (POSGEA) pela receptividade e acolhimento quando lá cheguei para cursar o mestrado que hoje encerro. Sua confiabilidade só prova a instituição pública de qualidade que és. Obrigada pela oportunidade de retribuir através desta dissertação o resultado dos ensinamentos a mim direcionados.

Agradeço aos professores do POSGEA que compartilharam seus conhecimentos em especial ao professor Antônio Paulo Cargnin pelas palavras de incentivo e conversas às segundas-feiras quando esperava o início de mais uma aula.

Aos amigos que fiz nas aulas das disciplinas do POSGEA, sendo eles Josiane Sanches, Diego Hamester, Joel Melchiors, Rafael, Rita, Paula Tavares e Renan, vocês sempre serão lembrados em minha memória e sentidos em meu coração. A amiga Josabeth Leal, minha tenra gratidão pela hospitalidade em sua casa no município de Triunfo, quando esta paraense chegou para estudar na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Jamais esquecerei de como nós nos compreendemos na disciplina de Paisagem, ministrada pelo Professor Roberto Verdum nos dias de quinta-feira

Mega obrigada às minhas amigas, Eunice Pessoa e Angélica Azevedo pelo companheirismo e parceria desde os tempos de graduação na Universidade Federal do Pará (UFPA) e que perpassam até os dias atuais com votos de continuidade para a vida toda. A disponibilidade e boa vontade em me acompanhar nas visitas aos moradores do RUC São Joaquim para realização do campo desta pesquisa e para a concretização desse trabalho foi de vital importância.

Também não posso deixar de agradecer a professora Elisângela Enes pelo incentivo e apoio a mim dedicado. Quando precisei me ausentar, ela assumiu meus horários de aula no meu local de trabalho na EMEIF Princesa do Xingu para que eu pudesse viajar para realizar a prova de conhecimentos da seleção de mestrado do POSGEA em Porto Alegre-RS.

À irmã Aparecida que me ajudou com estadia em Porto Alegre por intermédio da Irmã Lina que se comunicou com o irmão Celso Schneider, ao qual me recebeu no

aeroporto Salgado Filho e meu acolheu na casa da Associação Antônio Vieira (ASAV) em Porto Alegre.

Amiga Sirlei Kunst (in memoriam) um dos grandes presentes que Porto Alegre me deu, muito obrigada pela acolhida em sua casa. Com você as coisas ficaram mais leves durante a minha estadia em POA. Seu filho Henrique, que pessoa amável e gentil! Meu reconhecimento será eterno. Você também foi essencial para que esse momento ocorresse.

A Maria Inês e sua família pela acolhida em POA, em sua casa e principalmente pelo tour pelo campus do vale, mostrando-me cada singularidade do local e me incentivando a continuar em busca dos meus objetivos.

Um agradecimento especial ao meu orientador Professor Dr. Álvaro Luiz Heidrich, pela paciência e compreensão na condução dos desdobramentos da pesquisa, me aguçando sempre para a autonomia da produção intelectual. A partilha dos seus conhecimentos e interesses nas construções de vínculos territoriais dos realocados por Belo Monte para o RUC São Joaquim fizeram diferença, o senhor acreditou no meu potencial e hoje só tenho a agradecer pela credibilidade e visibilidade que minha pesquisa pode contribuir para outros leitores/pesquisadores.

E para encerrar, obrigada também às famílias atingidas pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte, hoje moradores do Reassentamento Urbano Coletivo São Joaquim, pelas muitas informações contidas neste trabalho. Vocês foram imprescindíveis para a construção textual desta dissertação. Vocês serão sempre lembrados pela receptividade e colaboração durante a visitas em suas casas.

Por fim, quero deixar aos mais humildes agradecimentos a todos leitores e leitoras deste trabalho de mestrado que reconhecem e apreciam o valor inestimável de minha escrita como contribuição acadêmica para a sociedade.

RESUMO

Nesta pesquisa aborda-se a perda dos vínculos territoriais das populações da Área Diretamente Afetada (ADA) do perímetro urbano de Altamira, as quais foram realocadas no RUC São Joaquim. A referida realocação objetivava dar lugar ao lago da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará. A construção da hidrelétrica foi um projeto capitalista que aconteceu de forma violenta e desarticulada com a realidade da população local e da região amazônica. Comunidades inteiras foram remanejadas compulsoriamente de suas moradias para atender ao desenvolvimento energético brasileiro, desencadeando a partir disto a luta dos moradores dos Baixões pelo direito ao seu território. Para além da reflexão acerca das lutas dos moradores dos Baixões, a investigação examinou como se deu os vínculos de pertencimentos construídos no território dos Baixões e como foi afetado o lugar de vida, os vínculos afetivos, a partilha de informações e as experiências vividas antes da construção da Hidrelétrica através de relatos dos realocados no decorrer da pesquisa. Por fim, verificou-se através de análise como ocorreu o processo de deslocamento compulsório, assim como o de reassentado no RUC São Joaquim. Dado que os caminhos foram percorridos através do sentimento do atual lugar de moradia e das possibilidades das novas territorialidades. Pois mesmo sendo vista como uma população resistente e com vigor para se adaptar ao novo, a comunidade do RUC São Joaquim continua enfrentando dificuldade para se territorializar e construir novos vínculos no reassentamento. As lutas travadas na desterritorialização dessa população ao longo do processo maculou a vida deles e as fragilizou, deixando-as sem perspectivas para a re/construção de novos territórios. Tudo isto, somente foi possível através de uma pesquisa minuciosa e relatos dos moradores que contribuíram para a efetivação documental deste trabalho que evidencia como transcorreu o processo de desterritorialização e reterritorialização dos atingidos realocados no RUC São Joaquim.

Palavras-chaves: Deslocamento Compulsório; Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização; Hidrelétrica Belo Monte – Amazônia – Brasil; Reassentamento; Altamira-Pará.

ABSTRACT

To give room to the construction of Belo Monte hydroelectric dam and reservoir, in the State of Pará, entire communities of residents were forced from their homes. Regarded as obstacles to Brazilian further energy development, they were forcibly displaced, thereby triggering the struggle of Baixões's people (riverside counties) for the right to their territory. Grounded in a fiercely capitalist stance, the building of the hydroelectric plant wreaked havoc with its full disjointed plan of action from the reality of locals and the Amazon region itself. In this research, the loss of territorial ties by these people who had before lived in the directly affected area, within Altamira's urban perimeter, and its consequent relocation in the urban collective resettlement of São Joaquim, is addressed. The historical bonds of people living at the riverside were carefully examined. Asking them about its sense of place and those emotional space ties that lead to attachment and belonging, the everyday life experience before the dam's construction, a broader picture of this project's aftermath was portrayed. Their cooperation enabled us to build documentary evidence to report the real impact of the de/reterritorialization process on those affected. It was indeed verified the ongoing and binding displacement of locals and its further allocation at the urban collective resettlement, in São Joaquim. In conclusion, become clear to us that paths were taken based on locals' sense of place to give rise to new territoriality. Tragically, the abrupt displacement of this population stained and weakened their lives, destroying any remaining prospects to reconstruct new territories. But these displaced people, living now in the urban resettlement community of São Joaquim, resist and adapt to such a wrenching changes in all manners of ways, struggling with die-hard determination to achieve a concrete territorialization.

Keywords: Compulsory Displacement; Territorialization-Deterritorialization-Reterritorialization; Belo Monte Hydroelectric – Amazônia – Brazil; Resettlement; Altamira-Pará.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa Arranjo Geral da UHE Belo Monte.....	19
Figura 2. Vista da Casa de Força Principal da UHE Belo Monte.....	22
Figura 3. Mapa da Expansão Urbana de Altamira entre 2010 e 2020.....	26
Figura 4. Projeto de Intervenções para Altamira	27
Figura 5. Mapa do Núcleo Urbano de Altamira – ADA.	29
Figura 6. Área Diretamente Afetada – Perímetro Urbano de Altamira.....	30
Figura 7. ADA - Igarapé Altamira Antes e Depois	38
Figura 8. Casas demolidas pela Norte Energia	39
Figura 9. Localização das Áreas Preliminarmente Identificadas	42
Figura 10. Mapa de Localização Geográfica dos RUCs	43
Figura 11. Reassentamento Urbano Coletivo.....	44
Figura 12. Mapa de Localização Geográfica da ADA/Bairros de Altamira	49
Figura 13. Reportagem Sobre Belo Monte	51
Figura 14. Foz do Igarapé Altamira - Parques e Orlas	52
Figura 15. Mapa – ADA Urbana	53
Figura 16. Atividade de Oleiro as Margens do Igarapé Panelas.....	55
Figura 17. Evolução Urbana de Altamira	60
Figura 18. Palafitas às margens do Igarapé Altamira.....	63
Figura 19. Atividades Econômicas Desenvolvidas Pelos Atingidos.....	69
Figura 20. Antiga Farmácia Popular do Brasil em área impactada.....	70
Figura 21. Restaurantes, Peixarias e Barzinhos da Orla de Altamira.....	71
Figura 22. Feira ao Ar Live (Feira da Brasília).....	72
Figura 23. Hora do Tacacá, Obra de Antonieta Santos Feio, 1937	74
Figura 24. Noticiário Sobre a Enchente de 2012 em Altamira	76
Figura 25. Noticiário Sobre as Enchentes em Altamira	77
Figura 26. Símbolos Religiosos	85
Figura 27. Casa Demolida após Remanejamento da Família	94
Figura 28. Placa de Não Ocupe ou Construa colocada após demolição das casas.....	94
Figura 29. Resto de demolição das casas.....	95
Figura 30. Conflito Entre Moradores, Norte Energia e a Polícia	98
Figura 31. Realidade Passado-Presente nos Baixões	100
Figura 32. Ponte e Embarcações (Igarapé Altamira).....	102
Figura 33. Vista Aérea do Parque Igarapé Altamira	103
Figura 34. Fundação Nacional do Índio.....	105
Figura 35. Prédios Públicos Construídos pela Norte Energia.....	106
Figura 36. Transposição/Anel Viário de Altamira.....	109
Figura 37. Início de Construções das Casa e Casas Prontas	112
Figura 38. Vila Residencial São Joaquim	113
Figura 39. Equipamentos de Serviços.....	114
Figura 40. Espaço Reservado para Horta Comunitária	116
Figura 41. Equipamentos de Lazer.....	116
Figura 42. Abastecimento de Água e Reivindicação	117
Figura 43. Estabelecimentos Comerciais do RUC São Joaquim.....	118
Figura 44. Igrejas Existentes no RUC São Joaquim.....	119

Figura 45. Capa da Revista da Pesquisa A VOZ DOS ATINGIDOS DE BELO MONTE: DESAFIOS E DIREITOS	131
--	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Linha Temporal da UHE Belo Monte	20
Quadro 2. Evolução Populacional do Município de Altamira	59
Quadro 3. Atividades Comerciais Desenvolvidas nos Baixões.....	68
Quadro 4. Material de Construção das Edificações da ADA Urbana.....	90

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Infraestrutura de Moradia nos RUCs	132
Gráfico 2. Organização, Segurança e Urbanização dos RUCs.....	133
Gráfico 3. Equipamentos Sociais nos RUCS.....	134
Gráfico 4. Acessibilidade Pública dos RUCs.....	135

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. CAPÍTULO 1 – UHE BELO MONTE: entre textos e contextos.....	19
1.1. UHE Belo Monte: considerações iniciais.....	19
1.2. A Cidade de Altamira no Contexto da UHE de Belo Monte.....	25
1.2.1. A Área Diretamente Afetada por Belo Monte: do espaço a territorialidade dos atingidos.....	31
1.2.2. Deslocamento Compulsório dos Atingidos da ADA Urbana: a Desterritorialização	36
1.3. Os Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs).....	41
CAPÍTULO 2 – ALTAMIRA ANTES DE BELO MONTE: a vida nos Baixões.....	47
2.1. Baixões? Que Territórios São Esses?.....	47
2.1.1. Localização das Áreas Diretamente Afetadas: Os Baixões.....	53
2.1.2. Espaço e Território no Baixão.....	56
2.2. A Vida do/no Baixão.....	61
2.2.1. Os Alagamentos nos Baixões.....	75
2.3. O Deslocamento Compulsório dos Atingidos: O Anúncio Do Fim Dos Baixões.....	78
2.3.1. O Baixão como identidade do/meu lugar.....	84
2.4. O Fim dos Baixões.....	89
2.4.1. O Baixão é transformado em Parques.....	101
CAPÍTULO 3 – A VIDA NO RUC SÃO JOAQUIM.....	108
3.1. Reordenamento Territorial de Altamira.....	108
3.2. Reassentamento Urbano Coletivo São Joaquim.....	111
3.3. A Chegada ao Reassentamento Urbano Coletivo São Joaquim.....	120
3.3.1. A Reterritorialização da População Realocada.....	120
3.4. Como Está a Vida Hoje?.....	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	137
REFERÊNCIAS.....	142

INTRODUÇÃO

A dissertação que você, caro leitor(a), tem em mãos é o resultado de dois anos de pesquisa e muita dedicação. Neste momento, sinto-me grata em poder concluí-lo em meio a uma pandemia (Coronavírus) que assola não somente o território brasileiro, como também grande parte do mundo. Um período atípico, que de certa forma interrompeu o andamento das pesquisas por um determinado tempo para obedecer ao distanciamento social e cumprir o isolamento social, ambos dados como medida de segurança pela OMS (Organização Mundial de Saúde) para a não proliferação imediata do vírus.

O momento nacional ainda é de luta contra o inimigo invisível. Mas, em meio a tantas dúvidas, tribulações e vidas dizimadas, encontrei forças para que eu pudesse me reinventar e continuar com este trabalho – um sonho. Na verdade, para mim, isso representa mais que um sonho. É o pagamento de uma dívida que fiz e precisava quitar com a sociedade quando fui incitada através de minhas inquietações em percursos realizados todos os dias a caminho da Universidade Federal do Pará (UFPA) na cidade de Altamira.

Explico. No ano de 2014, a cidade de Altamira passava por uma grande transformação. UHE Belo Monte que até 2010 parecia um “sonho” para muitos e uma realidade difícil de acontecer para a população, pois com o cenário político do Brasil favorável as camadas populares isso não era de se esperar acontecer. Mas o desenvolvimento da região se concretizou e com início de sua construção, trouxe muitas transformações para a Região do Xingu, mudando a realidade de Altamira e de sua população. Com essa nova realidade, milhares de famílias tiveram suas vidas transformadas de forma abrupta, trazendo profundas rupturas aos seus modos de vida.

Naturalmente como moradora da região, fui observando e ao mesmo tempo me preocupando com aquilo que eu via modificado a cada dia que eu passava por ali (o espaço dos Baixões). No período matutino ao me dirigir à universidade, observava que as famílias estavam inquietas organizando sua mudança que seriam realizadas pela empresa contratada para fazer a mudança das famílias, um movimento contínuo que se repetia na parte da tarde também – Fui assumindo com aquele vai e vem a

necessidade de saber qual a motivação para tanta inquietude e desolação do espaço outrora ocupado.

As casas que estavam erguidas no início do dia ao entardecer já não mais existiam, restava apenas escombros. Nessa escuta implícita do meu eu, percebi que algo não ia bem e resolvi investigar. Cada vez que eu passava e via que mais uma rua não existia, cogitava que ali estava havendo uma desterritorialização coletiva. Embora eu não pudesse fazer nada naquele momento, pois havia uma gigantesca “pedra” no meio do caminho, não desisti da trajetória que pensava examinar. Me ausentar-me de tomar alguma atitude? Jamais. Pela comunicação, através de minha voz, decidi interagir verbalmente realizando uma pesquisa de campo para saber como se dava aquele processo e qual era o verdadeiro propósito.

Mesmo consciente de minhas limitações, no ano seguinte, em 2015, tive contato com algumas famílias que haviam sido desapropriadas dos Baixões. Elas haviam sido realocadas para Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs), e nas muitas conversas que tive, os mesmos sempre que iam se referir a sua história de vida, usavam o termo “lá no Baixão”, isso fez a minha inquietação abrasar. O desafio era saber como essas pessoas que tiveram que desapropriar de suas casas do Baixão*¹ para atender o conjunto de obras que envolviam a construção da Usina de Belo Monte, estavam vivendo com a perda desse território e como estavam se reconstruído no novo espaço dado e principalmente saber como era a vida nos RUCs.

Num primeiro momento revir meus ideais e apesar de querer investigar todas as famílias realocadas, tive que fazer uma escolha. Resolvi analisar a história dos moradores do RUC São Joaquim às margens da avenida Irmã Clóvis, um conjunto habitacional de casas planejadas com uma única planta, ou seja, todas possuíam o mesmo modelo de construção, apesar de moradores distintos, com histórias de vidas singulares e territorialidades.

Dentre os cinco RUCs construídos decidi por este porque eram moradores que faziam parte da paisagem no trajeto que eu fazia para a casa dos meus pais, que se encontra localizada na zona rural do município de Altamira. Visto que eu trafegava todos os dias pela nova Avenida construída e dá acesso direto a Rodovia Transamazônica (BR 230), para não enfrentar o trânsito árduo das ruas centrais da

¹ Baixão - nome popular dado pelos moradores residentes nas áreas de relevo rebaixado da Altamira-PA, normalmente próximas as margens do Rio Xingu e dos igarapés Altamira, Ambé e panelas e que sofria alagamento no período de cheia (inverno amazônico).

cidade, com isto, a nova avenida passou a ser via de acesso de quem precisava sair ou entrar na cidade.

Vale destacar, que em nenhum momento deixo de reconhecer a história de vida dos moradores dos outros RUCs. Porém tive que optar pelo cenário do bairro São Joaquim pela proximidade de horizontes obtidos no decorrer de minhas idas e vindas que determinaram diretamente para minha escolha.

Não posso e nem devo, pois deixar de dizer que esta dissertação se torna um novo documento que organiza informações sobre os efeitos causados nas vidas das famílias deslocadas compulsoriamente para dá lugar ao lago da Hidrelétrica de Belo Monte e de como esse processo trouxe rupturas irreparáveis e incompensáveis à população atingida. Uma vez que procurei contribuir com o avanço das pesquisas territoriais, a partir da abordagem das diferentes representações de poder sobre o território e da construção de vínculos sobre esses espaços, a partir das experiências vividas entre os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, trazendo ainda uma análise da cidade de Altamira no contexto de Belo Monte, e suas consideráveis mudanças vividas.

Parece, portanto, não faltar respaldo para comentar sobre construção de hidrelétrica no Brasil que é uma realidade desde meados do século XX, e estas aos poucos foi se direcionando ao interior do país e avançando nos grandes rios da Amazônica. O marco deste momento é a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí no estado do Pará na década de 1970, um empreendimento altamente lucrativo e que trouxe grandes investimentos externos e internos apresentados como propulsores de desenvolvimento.

Assim, a Amazônia desde o início de sua ocupação, vem sendo palco de implantações de grandes projetos ditos de desenvolvimento nacional, todavia provocam grandes impactos socioespaciais, nas áreas de sua implantação e/ou em seu entorno, sobretudo na construção de hidrelétricas. Embora seja uma das mais econômicas e promissoras fontes de energia, entre as alternativas energéticas, a implantação de uma hidrelétrica geralmente provoca alterações e transformações que perpassam o campo do meio ambiente, as alterações vão além das físicas, as cidades que recebem os empreendimentos sofrem profundas mudanças no campo social, econômico e espacial, e nenhuma indenização ou remanejamento reconstituirá as

condições espaciais as dinâmicas do território e suas territorialidades no território outrora perdido e as suas

Com o intuito de trazer para este estudo a vida dos realocados procurei estudar a voz dos reassentados no RUC São Joaquim, contrapondo o discurso do poder hegemônico sobre o território. Busquei dá voz a esses atores que foram silenciados durante o desenvolvimento do projeto de Belo Monte, pois a eles foi deixada apenas a opção de aceitar a realocação como compensação do desenvolvimento do sistema energético brasileiro.

Para a realização dessa dissertação, a abordagem de análise escolhida foi a qualitativa no âmbito sociocultural que procura estudar as populações que sofreram o processo de desterritorialização cada vez mais comum no mundo moderno. Para tanto, com base em Heidrich (2016) que diz que “a história oral constitui-se em metodologia para este caso”, uma vez que as narrativas ajudam a resgatar as vivências dos grupos em um determinado território.

A metodologia adotada para fins de registros dessa população, se deu através de visitas às famílias e a realização de entrevistas semiestruturadas. Esses momentos mencionam-se, foram enriquecedores para a realização desta pesquisa. Os dados coletados foram usados para melhor compreender o que era o dito “Baixão” para as famílias atingidas e de como estão suas vidas no RUC São Joaquim. As narrativas são possíveis de serem identificadas através de fragmentos de conversas apresentadas ao longo deste trabalho.

Ao longo do trabalho de campo, foram realizadas vinte e duas visitas as famílias no período que compreende o mês de maio de 2019 a março de 2020. O critério de escolhas das pessoas a serem entrevistadas, foi através de referências da Líder do movimento Xingu Vivo e do então presidente do bairro na época da pesquisa, levando em consideração as famílias remanejadas que escolheram no momento da negociação da indenização aceitaram a casa no reassentamento São Joaquim como opção indenizatória.

Desta forma e com base nas referências das lideranças citadas fez-se o levamento dessas famílias para agendamento das visitas. Menciona-se que somente era coletada uma única entrevista por família. O quantitativo de entrevistados é de 22 sujeitos, sendo de 14 mulheres e 8 homens, compreendido na faixa etária entre 23 e 70 anos de idade.

Consciente dessa compreensão, para o desenvolvimento da pesquisa foi feito um estudo dos diferentes olhares sobre o território e seus desdobramentos acima da territorialidade humana, desterritorialização e territorialização, dos vínculos territoriais e o lugar também foi objeto de estudo para o desenvolvimento da referida pesquisa. Posto que o território é compreendido aqui como fruto das forças exercidas sobre ele e das diferentes relações de poder existente nele.

Assim sendo, não pode haver uma prática eficiente sem uma fundamentação teórica, sólida e objetiva, por isto, procurei ir além, trago neste trabalho registros da realidade de uma comunidade que não mais existe e a situação da vida de milhares de pessoas que a formavam e que hoje procuram se reencontrar e criar novos vínculos territoriais.

Em síntese, este trabalho está organizado em três capítulos, além da introdução e conclusão. No primeiro capítulo refere-se a linha temporal da Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte, apresentando seu histórico partindo dos seus primeiros estudos realizados ainda nos anos de 1970. É evidente que desde a concepção do projeto até a conclusão para a efetivação da obra, aconteceram muitas modificações estruturais para o melhoramento da obra. Assim ressalto que esse processo durou mais de 30 anos e foi palco de profundas discussões e de inúmeras manifestações contra a construção liderados por movimentos sociais como o Xingu Vivo Para Sempre, e movimentos a favor promovidos pelo setor empresarial e políticos da região.

No segundo capítulo, trago uma apresentação da localidade conhecida por Baixão, sua localização e como se deu a ocupação no processo de expansão urbana para dar base ao estudo. Diante disto me vali de relatos dos moradores atingidos coletados durante as entrevistas. Também é feita uma caracterização do território e das famílias que ali residiam no que tange a comunidade do Baixão, as características da vida do cotidiano no lugar, e os vínculos territoriais construídos ao longo dos anos de formação do território, bem como o processo de retirada das famílias, o fim do Baixão e a reestruturação realizada no espaço.

O terceiro capítulo tem como base a vida do/no RUC São Joaquim. É o capítulo que narra o processo de construção do RUC, e de como ele está organizado, os equipamentos de serviços que estão disponíveis para as famílias. Além disso, é apresentado a chegada das famílias às suas novas moradias e as mudanças vividas

no novo lugar, bem como os desafios postos para as famílias e as suas conquistas em um novo território, buscando sempre entender como está a vida das famílias no RUC São Joaquim.

Em suma, toda escrita responde a um processo funcional e possibilita a realização de alguma atividade, ou seja, não existe escrita sem objetivo. Tudo tem uma razão ou motivo pelo qual foi escrito. Isso implica dizer, que minha expectativa com este trabalho é que ele desperte interesses de outros pesquisadores que discutam as populações atingidas por Hidrelétricas e que mostrem a realidade de outros povos que foram desterritorializados coletivamente se valendo desta pesquisa como amostra para estudos futuros.

1. CAPÍTULO 1 – UHE BELO MONTE: entre textos e contextos

1.1. UHE Belo Monte: considerações iniciais

A Usina Hidrelétrica Belo Monte, instalada no rio Xingu, está localizada no município de Vitória do Xingu, Estado do Pará. Esta UHE é constituída por uma barragem principal no rio Xingu, duas casas de força (a principal e a complementar), dois reservatórios, o reservatório do Xingu e o reservatório intermediário (NORTE ENERGIA, 2009), conforme mostra a figura 1. A sua área de influência direta desta UHE compreende os municípios paraenses de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Vitória do Xingu e Uruará (ELETROBRÁS, 2009)

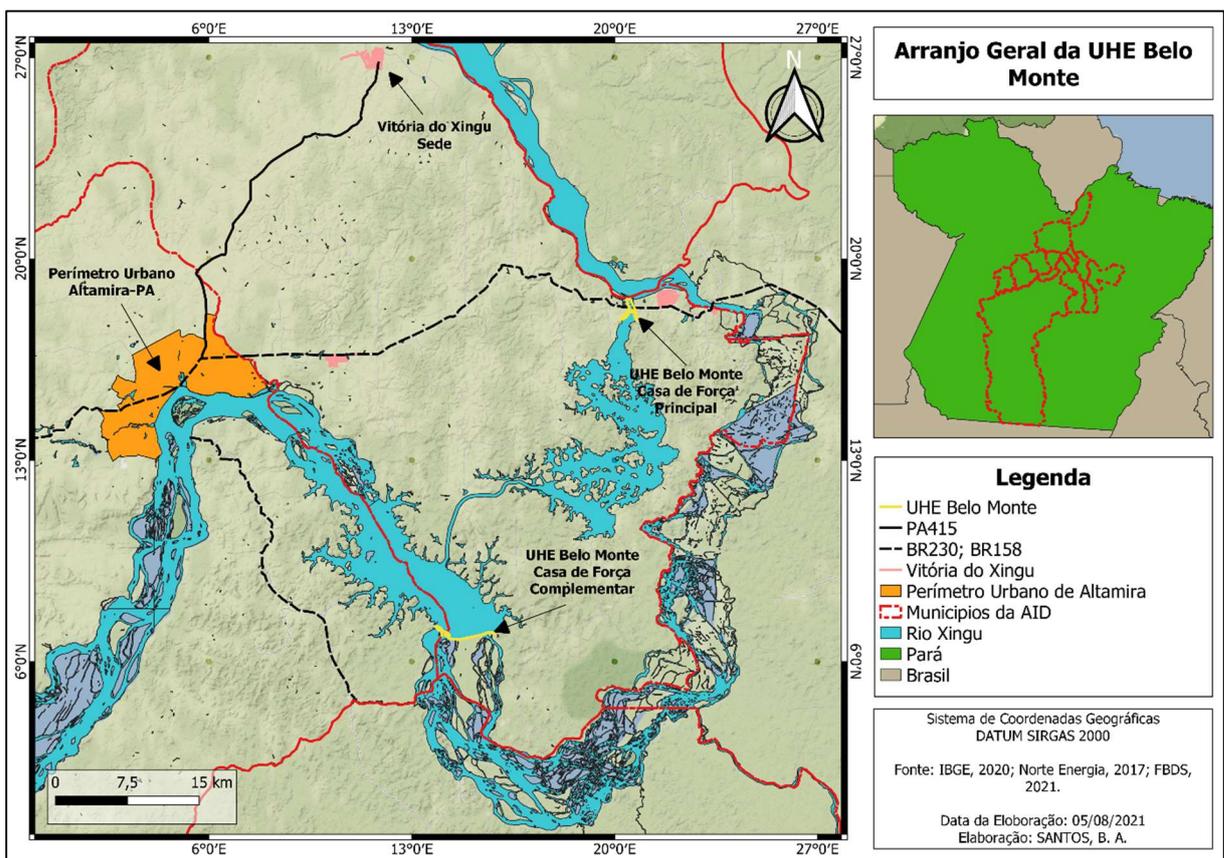
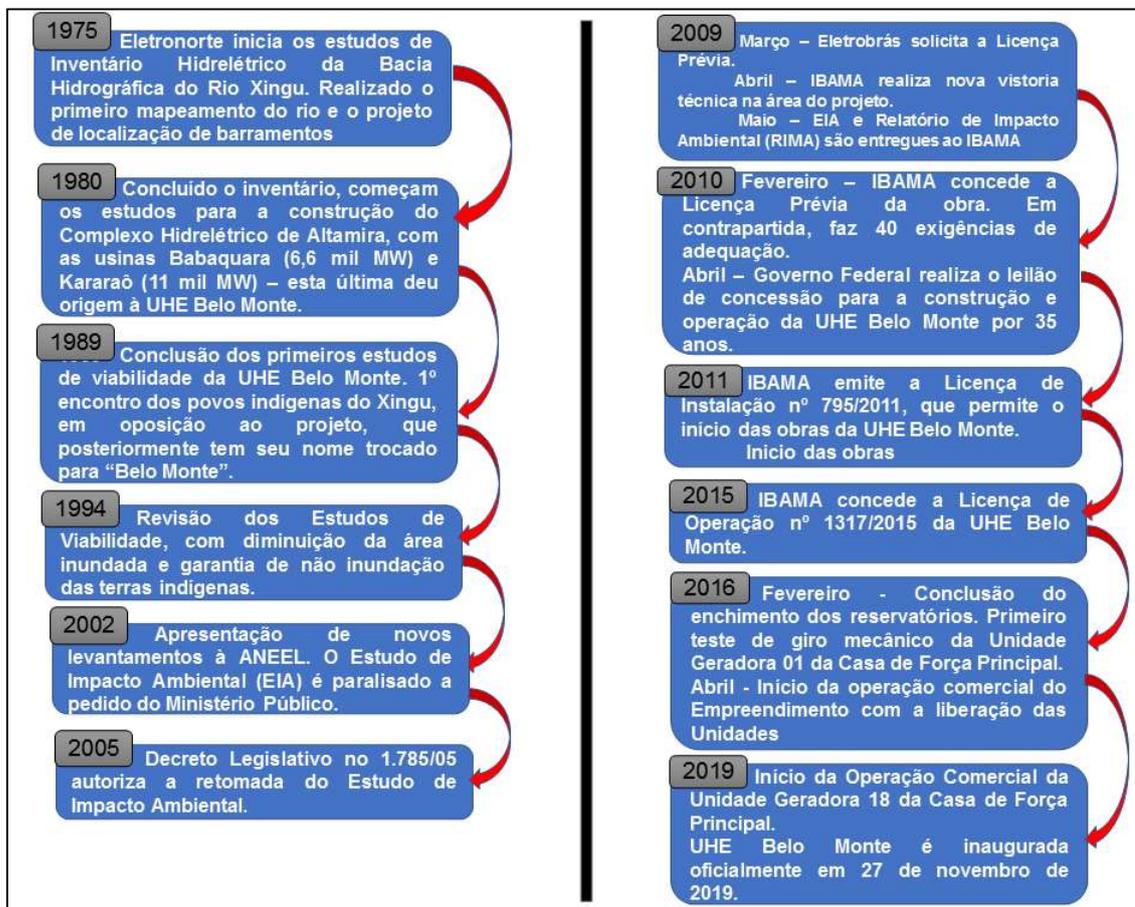


Figura 1. Mapa Arranjo Geral da UHE Belo Monte
Fonte: EIA/RIMA, 2009.

A barragem principal desta UHE foi instalada no leito original rio Xingu a uma distância de 40 km da cidade de Altamira-PA, na região conhecida por Volta Grande do Xingu (NORTE ENERGIA, 2009) é nesta região que está a casa de força

complementar com 6 unidades geradoras. Com 24 unidades geradoras (18 unidades na casa de força principal e 6 unidades na complementar) a UHE Belo Monte possui capacidade instalada de 11.233,1 MW e quantidade média de geração de energia de 4.571 MW, (NORTE ENERGIA, 2009).

Conforme o quadro 1, a Usina Hidrelétrica de Belo Monte foi inicialmente apresentada no ano de 1975 quando se iniciaram os estudos sobre o potencial hidrelétrico do rio Xingu, dando origem aos “Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu, desenvolvidos pela Eletronorte, subsidiária da Eletrobrás (FREIRE et al, 2018)”, realizando-se o primeiro mapeamento do rio e o projeto de localização de barramentos.



Quadro 1. Linha Temporal da UHE Belo Monte

Fonte: Norte Energia.

Adaptado e Organizado pela Autora

No ano de 1980, concluiu-se o inventário e iniciaram-se os estudos para a construção do Complexo Hidrelétrico de Altamira, com as usinas Babaquara (6,6 mil MW) e Kararaô (11 mil MW), esta última deu origem à UHE Belo Monte (NORTE

ENERGIA, 2009). Estes estudos identificaram seis possíveis barramentos hidrelétricos ao longo da bacia do rio Xingu que exigiriam o deslocamento de sete mil índios, de 12 terras indígenas (BRASIL, 2011).

Eletronorte, por sua vez, desenvolvia estudos de viabilidade técnica para o chamado Complexo Hidrelétrico de Altamira, que naquela ocasião levava o nome de Kararaô, que significa grito de guerra em Kaiapó, integrando parte de uma série de usinas a serem implantadas no rio Xingu. (ARAUJO; PINTO; MENDES, 2014, Apud FREIRE, 2018).

Este projeto previa a instalação das barragens de Iriri, Jarina, Kokraimoro, Ipixuna, Babaquara e Kararaô ao longo do rio Xingu (FEARNSIDE, 2006). A partir de 1999 o projeto foi renomeado pela segunda vez, passando a ser chamado Complexo Hidrelétrico de Belo Monte (CHBM), somente com as obras de uma usina na Volta Grande (SEVÁ FILHO, 2005).

Até 1999, a empresa foi, em geral discretamente, intensificando a implantação do projeto: fez modificações geográficas e técnicas relevantes no projeto, rebatizou-o pela 2ª vez, agora seria o CHBM-Complexo Hidrelétrico de Belo Monte, somente com as obras da 1ª usina na Volta Grande. Passou a chamar de Usina ou Aproveitamento Altamira a anterior usina Babaquara, mas desmentia que iria fazê-la, insistindo que Belo Monte tinha viabilidade mesmo que fosse um barramento “isolado” no rio Xingu (SEVÁ FILHO, 2005:15-16).

Em 2008, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) definiu que seria construído na Bacia do Rio Xingu somente uma hidrelétrica, no caso a Usina Hidrelétrica de Belo Monte (ELETROBRÁS, 2011), e assim procedeu-se a construção e operação desta UHE.

O “paradigma Belo Monte” leva em consideração um conjunto de planejamentos estratégicos do governo federal que prevê a implantação de 30 hidrelétricas até 2020 na área correspondente a Amazônia legal, num total de 48 a serem instaladas em todo o Brasil, como partes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em suas versões um e dois, do Plano Decenal de Energia (2011-2020) e o Plano Nacional de Energia (OLIVEIRA, p. 290, 2013).

Nesta assertiva, cabe destacar que a UHE Belo Monte, só entrou em processo de planejamento efetivo para a construção no ano de 2005, com o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, durante o governo Lula (OLIVEIRA, 2013), pois foi neste governo que este projeto foi impulsionado (RANDELL, 2016). O

Aproveitamento Hidrelétrico, denominado AHE Belo Monte, implantado na Volta Grande do rio Xingu, afluente pela margem direita do Rio Amazonas, vem sendo objeto de polêmica há mais de 40 anos e em meio a vários conflitos judiciais o IBAMA concedeu em 2010 a licença prévia, em 2011 a licença de instalação da obra e em 2015 a licença de operação. Neste sentido, Neves (2019) destaca que Belo Monte é objeto de polêmica desde sempre.

Projeto UHE Belo Monte desde sua idealização no período da ditadura militar até chegar à fase política democrática no Brasil, é pensado e desenhado com o propósito de levar ao desenvolvimento do país, e com isso perpassou mais de 30 anos até a construção de Belo Monte (NEVES, p. 38, 2019).

Ressalta-se que o início da construção da UHE Belo Monte ocorreu no ano de 2011, a mais de 30 anos dos primeiros estudos do aproveitamento hidrelétrico da bacia do rio Xingu em meio a discussões e intensos debates, como bem destaca Neves (2019). Em 2016, esta UHE entra em operação comercial com a liberação das unidades geradoras 01 das casas de força principal e complementar pela ANEEL. A figura 2 temos a vista da casa de força principal da UHE Belo Monte.



Figura 2. Vista da Casa de Força Principal da UHE Belo Monte
Fonte: Xingu230, 2020.

Já em 2019, a UHE Belo Monte foi totalmente concluída e inaugurada oficialmente em 27 de novembro de 2019. Sobre os custos da construção, implantação e execução desta UHE, inicialmente estavam orçados em R\$ 28,9 bilhões, sendo que deste valor R\$ 22,5 bilhões seriam financiados pelo Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES (NORTE ENERGIA, 2011).

Em números atualizados, o custo da obra desta UHE já ultrapassa a casa dos R\$ 40 bilhões, segundo a CHESF (2020), subsidiária da Eletrobrás, mostra que houve um crescimento de 40% no valor inicial para operacionalização desta hidrelétrica, ou seja, R\$ 11,1 bilhões a mais do valor inicial de investimento.

O projeto da UHE Belo Monte, desde a sua idealização na década de 1970 até os dias atuais, foi pensado e desenhado com o propósito de levar ao desenvolvimento do país (NEVES, 2019, p. 38), hoje considerada o maior empreendimento do Programa de Aceleração do Crescimento.

O empreendimento integra o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que é uma prioridade do Governo Federal. Sua entrada em ação propiciará mais oferta de energia e mais segurança para o Sistema Interligado Nacional (SIN), com melhor aproveitamento das diferenças hidrológicas de cheia e seca entre as diversas regiões do País (NORTE ENERGIA, 2013).

Neste contexto, destaca-se que o discurso do governo federal daquela época para justificar a implantação e execução da UHE Belo Monte foi o de “desenvolvimento regional”, uma vez que esta hidrelétrica ajudaria, conforme os anúncios oficiais, a manter a “matriz energética do Brasil como uma das mais limpas de todos os países industrializados, com 46% da energia provenientes de fontes renováveis (BRASIL, 2011)”. Com base nesse discurso do governo, entendeu-se que a implantação de Belo Monte era “extremamente relevante para a sociedade brasileira se considerada as projeções do planejamento energético nacional (BRASIL, 2011, p. 24)”.

A implantação de Belo Monte é importante para assegurar o desenvolvimento nacional, pois o empreendimento terá capacidade instalada total de 11.233 MW e adicionará 4.571 MW médio de energia ao sistema elétrico nacional (...) a UHE de Belo Monte deve ser avaliada, assim, como um vetor para o desenvolvimento tanto regional quanto nacional (BRASIL, 2011, p. 30).

No entanto, embora a UHE tivesse grande importância como vetor de desenvolvimento nacional e mesmo que este segmento fosse uma das mais econômicas e promissoras fontes de energia entre as alternativas energéticas, a implantação de uma hidrelétrica geraria alterações e transformações espaciais, socioculturais e econômicas na região de sua implantação.

Neste sentido, especialistas alertam que a construção de usinas hidrelétricas provoca fortes alterações no meio ambiente. Esses especialistas apontam graves problemas e sérias lacunas no EIA de Belo Monte questionando a viabilidade deste

empreendimento, em função dos impactos gerados na região de sua implantação. Embora, a

[...] geração de energia hidrelétrica na Amazônia é complexa pelos grandes impactos que as usinas causam ao meio ambiente físico, mas principalmente pelas grandes mudanças no meio socioeconômico a que estão sujeitas as populações atingidas, especialmente as indígenas (PAZ, 2006, p. 8).

Sabe-se que os impactos gerados pela implantação da UHE Belo Monte são inúmeros para a região do Xingu, uma vez que o próprio EIA/RIMA desta UHE afirma isto, ao falar que

O AHE Belo Monte vai provocar muitas mudanças ambientais na região da Volta Grande do Xingu e na vida das pessoas também. Vai ter mudanças na paisagem, no comportamento das águas do rio Xingu e dos igarapés, na fauna e na vegetação (LEME, 2009, p. 80).

Os estudos de impactos ambientais (EIA/RIMA) realizados para a construção da UHE Belo Monte consideraram três áreas distintas para avaliação dos impactos socioambientais, sendo elas: as áreas que estão mais distantes do AHE Belo Monte, as áreas vizinhas e as áreas das obras e do reservatório (LEME, 2009, p. 31).

- As áreas mais distantes são aquelas que podem sofrer modificações indiretas, a partir das alterações que acontecerão nas áreas vizinhas ao empreendimento e naquelas onde vão estar as obras do AHE Belo Monte. Nos estudos, essas áreas são chamadas de AII – Área de Influência Indireta.
- As áreas vizinhas são aquelas que ficam em volta do AHE Belo Monte e do reservatório, chamadas de AID – Área de Influência Direta. Elas incluem não só as terras que vão ser ocupadas pelas obras e pelo reservatório, mas também aquelas que vão sofrer interferências diretas, negativas ou positivas, do empreendimento.
- As áreas das obras são aquelas que vão ser ocupadas pelas estruturas principais de engenharia e por toda a parte de infraestrutura necessária para a construção do AHE Belo Monte, como a barragem, os canteiros de obra, as estradas de acesso e áreas de botafora, considerando também as áreas de inundação. Essas áreas são chamadas de ADA – Área Diretamente Afetada. As áreas do reservatório (com suas duas partes – o Reservatório do Xingu e o Reservatório dos Canais), as Áreas de Preservação Permanente e o Trecho de Vazão Reduzida também fazem parte da ADA, assim como um trecho de cerca de 15 km rio abaixo a partir do ponto onde as águas passarão pelas turbinas da Casa de Força.

Assim, destaca-se que os impactos gerados desta UHE perpassam desde a vazão reduzida da volta grande do rio Xingu (área a jusante), comprometendo a

navegação de populações tradicionais como ribeirinhos e indígenas; o enchimento do reservatório principal com 516 km² provocando o alagamento permanente de áreas de florestas, ilhas e praias, áreas urbanas, alterando modos de vidas da população entre outros. Ressalta-se ainda que houveram muitos impactos na região de influência direta e indireta de Belo Monte, porém, os maiores impactos desse empreendimento foram ocasionados na cidade de Altamira.

1.2. A Cidade de Altamira no Contexto da UHE de Belo Monte

A cidade de Altamira, estado do Pará, localizada à margem direita da Transamazônica (rodovia BR-230) e à margem esquerda do rio Xingu é a cidade da área de influência direta da UHE Belo Monte que mais recebeu impactos oriundos de sua implantação. O Projeto Básico Ambiental de Belo Monte afirma que a

formação do reservatório do Xingu, atingindo áreas de ocupação irregular e precária na cidade de Altamira; a interação das duas vilas residenciais (uma com 500 residências na cidade de Altamira e outra com 2.500 residências na cidade de Vitória do Xingu) com a estrutura urbana regional; e o afluxo de população esperado em função da implantação do empreendimento (NORTE ENERGIA 2011, p. 10).

Desde o ano de 2011, quando se iniciaram as obras de Belo Monte, Altamira passou por intensas transformações, seja pelos impactos diretos da construção desta UHE e/ou pela realização das obras condicionantes, como ações mitigatórias concretizadas ou em andamento realizadas pela Norte Energia, concessionária responsável pela hidrelétrica. Porém, cabe ressaltar que dentro do Plano de Requalificação Urbana contido no PBA desta hidrelétrica que as ações abrangentes da questão urbana tinham em vista “as características do projeto e da logística necessária à implantação do empreendimento (NORTE ENERGIA 2011, p. 10)”.

O Plano de Requalificação Urbana é um conjunto de ações para as cidades afetadas pela construção e pela operação da UHE de Belo Monte (SOUZA et al, 2018) do qual os objetivos era atender às necessidades da população com a construção de novos acessos (LEME, 2009).

No caso da cidade de Altamira, entende-se que as interferências do projeto da usina hidrelétrica de Belo Monte estão, rapidamente, remodelando a forma

urbana e engendrando uma reestruturação da cidade. As ações de suporte (apoio logístico ao empreendimento) e mitigação (compensações do empreendimento diante dos impactos causados) (MIRANDA NETO, 2014, p. 4).

Os reflexos das medidas mitigadoras do Projeto Básico Ambiental (PBA), juntamente com o crescimento demográfico são responsáveis pela expansão urbana de Altamira. Com isso, a cidade foi se aproximando de seus aspectos atuais em termos de reorganização do seu território e distribuição da população no espaço, pois os incrementos de recursos e população trazidos pela implantação da UHE Belo Monte se configuram como fatores importantes da produção do espaço urbano de Altamira. A figura 3 traz a expansão urbana de Altamira ocorrida entre os anos 2010 e 2020.

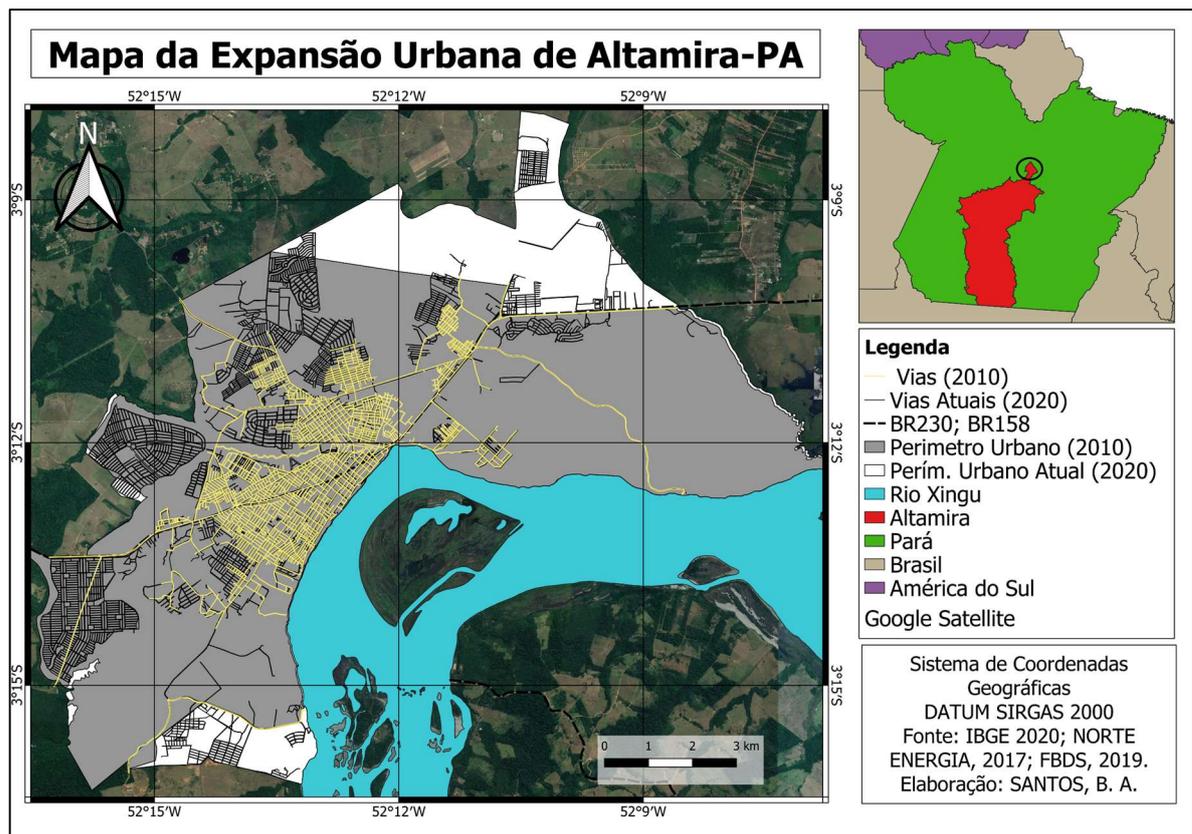


Figura 3. Mapa da Expansão Urbana de Altamira entre 2010 e 2020.

Fonte: IBGE (2010) e Norte Energia (2019).

Na leitura do mapa de Expansão urbana, nota-se claramente a evolução na malha urbana de Altamira entre 2010 e 2019. É nítido que a malha urbana de Altamira ampliou-se, bem como o crescimento do perímetro urbano de 95,235 km² para 111,229 km². Com a evolução da malha urbana e do crescimento demográfico de

Altamira, o “Plano Diretor Municipal desta cidade, elaborado em 2003, foi revisado em 2010 (SOUZA et al, 2018). Essa revisão considerou os impactos ambientais, sociais e econômicos de Belo Monte e as modificações oriundas da ocupação do espaço urbano antes, durante e após a construção da usina (ALTAMIRA, 2010).

Nesta perspectiva, houve um processo de redefinição urbana entre os anos de 2010 e 2019, com a requalificação de áreas localizadas às margens dos igarapés e valorização de outras, antes consideradas periféricas no arranjo de Altamira (MIRANDA NETO; HERRERA, 2017).



Figura 4. Projeto de Intervenções para Altamira
A: Parque Igarapé Altamira; **B:** Parque Igarapé Ambé
Fonte: NORTE ENERGIA, 2011

Miranda Neto e Herrera (2017, p. 45) destacam que é

importante considerar, por um lado, o papel da Norte Energia S.A (NESA), empresa responsável por gerenciar o empreendimento desde a sua construção até a operação. Por outro lado, cabe destaque ao papel dos agentes públicos no processo de reassentamento e requalificação urbana, a fim de se entender as interferências diretas do empreendimento na estrutura da cidade.

Desta forma, o início das obras da UHE Belo Monte marca uma nova fase de reestruturação em Altamira para favorecer a concretização do empreendimento que “[...] rapidamente, remodela a forma urbana e engendra uma reestruturação da cidade” (MIRANDA NETO, 2015, p. 2505). Assim, as premissas do Plano de Requalificação Urbana para a cidade de Altamira buscavam conciliar a formação do reservatório do Xingu com a intervenção na cidade de Altamira. Sabe-se que os impactos decorrentes da implantação deste empreendimento sobre o sistema urbano requeriam intervenções e modificações na estrutura urbana.

Desta forma, o PBA propunha a

adequação da estrutura urbana no sentido de ordenar a expansão urbana da cidade, de forma a abrigar as áreas destinadas ao reassentamento da população e às novas demandas habitacionais a serem criadas em função do afluxo populacional esperado (NORTE ENERGIA, 2011, p. 32).

Todavia, é importante destacar que uma das consequências das intervenções em Altamira foi o impacto social, causado com a chegada de milhares de trabalhadores para a construção desta UHE que exigia uma demanda grande de mão de obra, assim, várias “pessoas de todo o país migraram para a cidade em busca de trabalho durante a construção da barragem, com a esperança de permanecerem após a conclusão da obra” (FREIRE, 2018).

Essa população que será atraída pelo empreendimento deverá se instalar em torno da cidade de Altamira, nas proximidades dos sítios Belo Monte, Pimental, Bela Vista e dos Canais. A estimativa é que, ao todo e ao longo do período de obras, 96 mil pessoas cheguem à região, incluindo aquelas que estarão trabalhando nas obras, o que deverá causar outros impactos (LEME, 2009, p. 85).

O Relatório de Impacto Ambiental de Belo Monte previa um acréscimo de mais de 90 mil habitantes em toda a área afetada pelo projeto, sendo que Altamira seria o principal município paraense atingido (ELETROBRÁS, 2009). A população de Altamira era de 99.075 habitantes em 2010 (IBGE, 2010) saltando em de 2012 em 148.224 habitantes (SEPLAM, 2012).

O resultado desse inchaço populacional provocou um caos social sem precedentes em Altamira com aumento no número de assassinatos, acidentes de trânsito, superlotação de hospitais, crise de moradia, aumento do custo de vida. Estudos sobre construção de usinas hidrelétricas apontam que tais empreendimento mobilizam milhares de pessoas a migrar para os locais de construção, provocando modificações socioeconômicas e ambientais na região de sua implantação (CONCEIÇÃO, 2014).

No caso de Altamira não foi diferente, visto que a construção deste empreendimento trouxe intensas transformações para o território desta cidade. Transformações estas que perpassam desde a mudança da paisagem (urbana e rural), a modificação da estrutura urbana sobretudo na malha viária da cidade.

De acordo com o EIA/RIMA, havia a previsão de que a formação do reservatório provocaria transformações significativas na área urbana de Altamira. Com isso, é importante mencionar que por não estar preparada a cidade sofreu os efeitos diretos do enchimento do reservatório principal, uma extensa e povoada área urbana com 387 hectares foi alagada no perímetro urbano da cidade entre os anos de 2014 e 2015.

Neste contexto, Miranda Neto (2014) diz que

O reservatório da usina abrangerá uma área de 516 km² e, segundo o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), inundará áreas habitadas dos municípios de Altamira, Vitória do Xingu e Brasil Novo. No caso de Altamira, o conjunto de áreas diretamente afetadas corresponde em torno de 25% da malha urbana da cidade (MIRANDA NETO, 2014, p. 49).

As áreas afetadas dentro do perímetro urbano de Altamira compreendem a quatro espaços distintos conforme a sua situação em relação ao rio: A orla de Altamira e as áreas urbanas situadas ao longo dos igarapés Altamira, Ambé e Panelas, conforme figura 5.

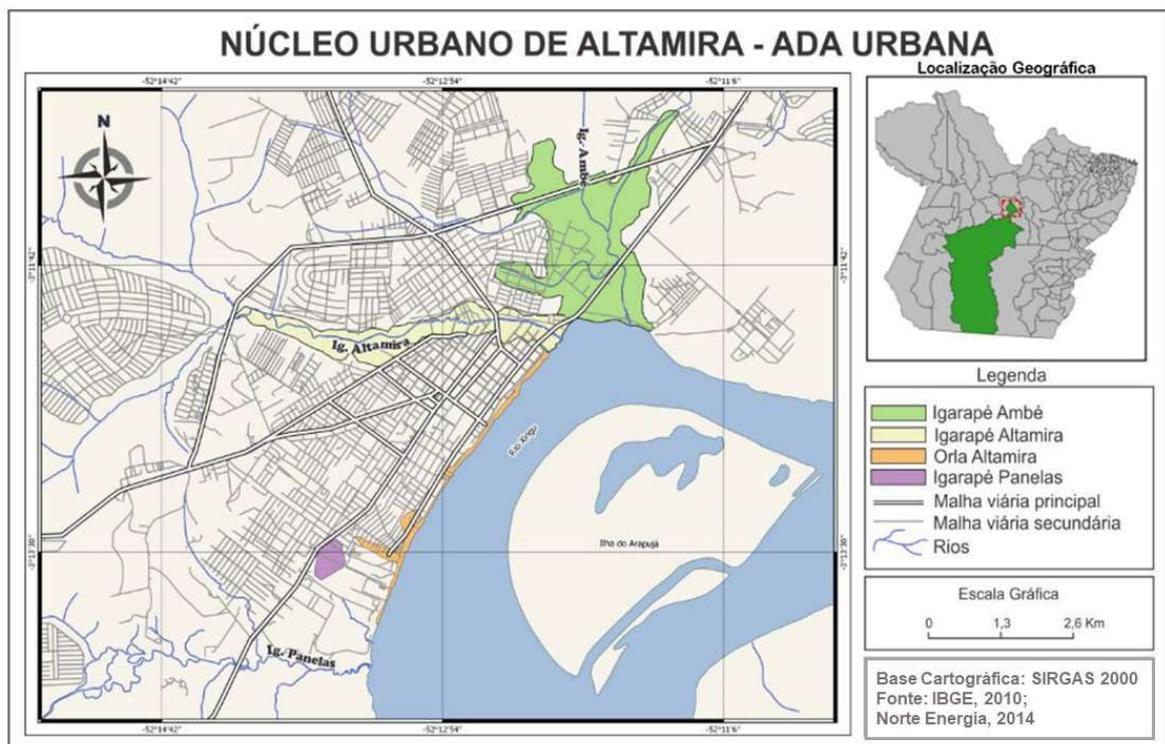


Figura 5. Mapa do Núcleo Urbano de Altamira – ADA.
Fonte: IBGE (2011); Norte Energia S.A (2012).

Esse conjunto de áreas no perímetro urbano de Altamira é denominado ADA Urbana (LEME, 2009; MIRANDA NETO, 2014) e de acordo com os estudos de

impacto ambiental da UHE Belo Monte ficam abaixo da cota altimétrica de 100 metros, sendo classificado como Área Diretamente Afetada (ADA), tratando-se de uma margem de segurança em relação às cheias do Rio Xingu, cuja marca histórica havia atingido 99,27 metros no ano de 1980 (BRASIL, 2009).

Ressalta-se que grande parte da ADA no perímetro urbano de Altamira estava situada bem próxima à área central da cidade, em ocupações informalmente conhecidas como Baixão do Tufi, Açaizal, Invasão dos Padres, Chifre de Ouro, dentre outras (MIRANDA NETO, 2016). Essas áreas, ditos “Baixões” eram compostas por extensões de relevo rebaixados que no inverno amazônico (período chuvoso) normalmente entre os meses de janeiro a maio, têm suas áreas inundadas pelo aumento no nível das águas dos Igarapés Altamira, Ambé e Panelas e do próprio Rio Xingu (MOREIRA; SILVA; HERRERA, 2015), caracterizando-se como áreas de risco, sem infraestrutura alguma, geralmente próxima aos igarapés com moradias instaladas. A maioria das casas eram habitações sustentadas por palafitas, conforme mostra a figura abaixo (Figura 6).

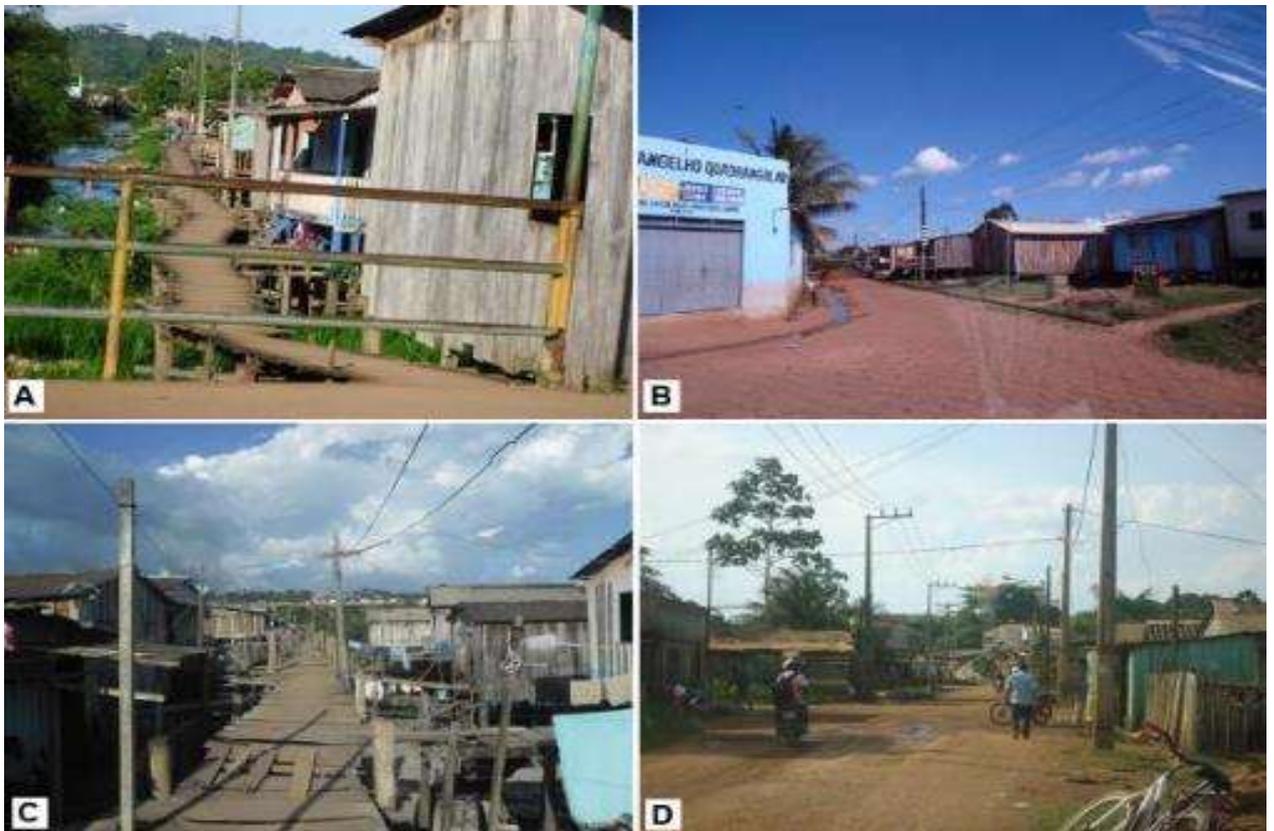


Figura 6. Área Diretamente Afetada – Perímetro Urbano de Altamira
A: Bairro Açaizal; **B:** Baixão do Tufi; **C:** Invasão dos Padres **D:** Baixão do Aparecida;
Fonte: Acervo Pessoal, 2013.

De acordo com o PBA da UHE Belo Monte, as pessoas que residiam nestas áreas e/ou estavam abaixo do limite da cota 100 deveriam ser indenizadas ou reassentadas, compreendendo um universo de 4.760 imóveis, sendo um total de 666 estabelecimentos comerciais e 4.362 residências, considerado o grupo doméstico com um total de 16.420 pessoas que residiam na Área Diretamente Afetada (NORTE ENERGIA, 2011, p. 24). O PBA de Belo Monte aponta que

A formação do reservatório do Xingu implicará no desalojamento de aproximadamente 16.420 habitantes, cerca de 24% da população urbana de Altamira. Esta simples afirmação revela a importância, o significado e a dimensão das profundas modificações que este fato irá gerar na cidade de Altamira (NORTE ENERGIA, 2011, p. 40).

Porém, esses dados foram questionados pelo Ministério Público Federal (MPF). No documento o MPF afirma que

Cerca de 25,4 mil moradores vivem hoje em áreas alagáveis pela usina de Belo Monte no núcleo urbano de Altamira, e não cerca de 16 mil, ou seja, 9 mil a mais do que o previsto pela Norte Energia S.A. A discrepância entre o número de atingidos previstos pelo empreendedor e o detectado pelo MPF é de 55% [...]. (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2012).

Vê-se que de acordo com o MPF, o número de pessoas atingidas era superior ao número de pessoas constatado nos estudos de impactos ambientais. Embora o MPF tenha questionado tais números de atingidos no perímetro urbano de Altamira, a empresa responsável por Belo Monte procedeu à retirada da população atingida que residiam na ADA Urbana.

1.2.1. A Área Diretamente Afetada por Belo Monte: do espaço a territorialidade dos atingidos

Visando uma leitura abrangente da Geografia e uma análise que não se limita à conjuntura dos processos socioespaciais torna-se necessário verificar como os conceitos de espaço, lugar e território se articulam e se solidarizam ante a avaliação da realidade em sua transversalidade e multiescalaridade, sobretudo a partir da espacialidade dos atingidos por Belo Monte mediante a área diretamente afetada. Deste modo, neste estudo explora-se conjuntamente as compreensões contidas nos

conceitos de espaço, território e lugar com expressões das geografias vividas que mesclam estruturas espaciais, apropriações de espaço em conflito, aspectos geográficos e socioespaciais impregnados no cotidiano dos habitantes, influências extraterritoriais e impactos locais que se traduzem teoricamente como transversalidade e multiescalaridade.

Assim, destaca-se que “espaço” é uma palavra polissêmica, e que possui muitos significados e diferentes sentidos e contradições no âmbito da geografia como categoria de análise, podendo ser compreendido como o resultado da ação humana. Para Milton Santos o “espaço é definido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (SANTOS, 2017, p. 21), uma vez que os objetos vão condicionar as ações, assim como as ações virão a condicionar novos objetos.

Desta forma, compreende-se que o sistema de objetos nos leva à análise das forças produtivas, enquanto a análise do sistema de ações nos leva à análise das relações sociais de produção, embora não seja possível isolar estas relações. São sistemas de relações interdependentes e, portanto, condicionados uns aos outros.

Neste contexto, menciona-se que como sistema de ações o espaço em que se situa a área diretamente afetada é dotado de intencionalidade, uma vez que nesses locais os sujeitos que ali residiam tinham suas dinâmicas de vivência, ora em virtude de sua espacialidade oriundas das diversas relações sociais e de produção deste espaço que outrora foi desfragmentado pela implantação de uma hidrelétrica, no caso, a UHE Belo Monte. Portanto, salienta-se que a intencionalidade vivenciada na ADA é o eixo de ligação entre o sujeito e o objeto e era pela ação desse sujeito que se dava sobre um objeto previamente valorado, isto é, aquele que pretendia-se refuncionalizar para extrair-lhe maior valor. Nesta assertiva, entende-se que o espaço pode ser geográfico, absoluto, relativo, político, vivido e social, entre outros, conforme afirma Gomes (2002):

O modo como a concepção de espaço adotada interfere sobre o fazer geográfico (no plano da ciência), como é perpassada pela ideologia e, ainda, como pode contribuir (como efetivamente contribuiu) para reafirmar a alienação do sujeito em relação a si, ao outro e ao espaço em que vive. (GOMES, 2014, p. 175).

Partindo-se do entendimento de “produção do espaço” de Lefebvre (1992; 2006) e do espaço como construção social (HARVEY, 2006; CARLOS, 2007) compreende-se o espaço vivenciado pelos atingidos que residiam na ADA como uma

produção social, em processo e movimento. Para Massey (2008, p. 15-31) é possível reconhecer espaços como esse dos atingidos “como dimensão do social” em processo de construção e que se constitui a partir de interações e da “coexistência da heterogeneidade”. E, com apoio em Santos (2008, p. 109), é plausível considerar este mesmo espaço como “síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais”.

Corrêa (2003) em sua análise sobre o espaço considera que a

expressão espaço geográfico ou simplesmente espaço, aparece como vaga, ora estando associada a uma porção específica da superfície da Terra identificada seja pela natureza, seja por um modo particular como o Homem ali imprimiu as suas marcas, seja com referência a simples localização. (CORRÊA, 2014, p. 15).

As práticas sociais dos sujeitos impactados por Belo Monte pode ser entendida como o resultado da consciência que o homem adquire da “diferenciação espacial” Corrêa (2003). Uma vez que as relações sociais desses atingidos constituem processos e movimentos contínuos de construção e produção do espaço.

As práticas espaciais resultam, de um lado, da consciência que o Homem tem da diferenciação espacial. Consciência que está ancorada em padrões culturais próprios a cada tipo de sociedade e nas possibilidades técnicas disponíveis em cada momento, que fornecem significados distintos à natureza e à organização espacial previamente já diferenciadas. Resultam, de outro lado, dos diversos projetos também derivados de cada tipo de sociedade, que são engendrados para viabilizar a existência e a reprodução de uma atividade ou de uma empresa, de uma cultura específica, étnica ou religiosa, por exemplo, ou a própria sociedade como um todo (CORRÊA, 2014, p. 35).

A partir dos estudos de Di Méo (2007), é possível relacionar a espacialidade dos atingidos por Belo Monte aos diferentes espaços da geografia social, compreendendo os quatro espaços que o autor elenca, o espaço do mundo vivido, o espaço geográfico cartesiano, o espaço como produção social e o espaço hiper-real, definindo-se assim, a espacialidade desses atingidos como projeção de existência, como manifestação de nosso ser no mundo”, tendo este espaço como o produzido pelo o indivíduo na sua vivência, seu sentido, suas memórias, enfim “as práticas e a identidade dos indivíduos em sua relação com a realidade geográfica” (DI MÉO, 2007, p. 5).

Entende-se assim, que a produção do espaço dos atingidos está relacionada conjuntamente a “tempo e espaço”, visto que tais termos são socialmente produzidos e, portanto, pode ser compreendido no contexto de uma determinada sociedade, em outras palavras, pode ser entendido como prática social e, portanto, como “resultado e pré-condição da produção da sociedade” (SCHMID, 2012, p. 91), ou seja, o espaço como construção social, presume uma produção como ponto de partida e a natureza como fornecedora de valores de uso apropriada pela prática espacial do ser humano, portanto, o ser natural e social que trabalha para produzir coisas (produtos) e criar obras (LEFEBVRE, 1992, p. 70-71) mediante o emprego de técnicas.

Logo, o conceito de espaço permite religar “o mental e o cultural, o social e o histórico” estabelecendo assim, a tríade descoberta/produção/criação, constituída essencialmente pelo entrelaçamento das práticas sociais. Representações hegemônicas e espaços de representações interferem no que é vivido (LEFEBVRE, 1992). Por conseguinte, entende-se que o espaço dos atingidos por Belo Monte não existe em si mesmo, o que está em transcurso ali não é o simples espelho do universal, mas, o que se constrói socialmente.

De acordo com esta perspectiva, sugere-se a examinação de uma leitura territorial da realidade dos sujeitos impactados da ADA visto que, a situação subjacente dos atores (agentes modeladores) está sempre em movimento, modificando o espaço geográfico em conformidade com a dinâmica territorial. Assim, é correto afirmar que os atingidos por Belo Monte vivem um processo de espacialização e territorialização a partir da apropriação e qualificação do espaço, podendo estes serem definidos como atores/agentes territorializados.

Nesta dinâmica, Raffestin (1993) salienta que “espaço e território não são termos equivalentes”, porém, o espaço é anterior ao território, à medida que o ator age no espaço, este vai construindo o território e se territorializando. Assim, é essencial

compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” (RAFFESTIN, 1993, p.143).

Ademais as representações sociais dos sujeitos territorializados, no caso, os sujeitos objetos desta pesquisa, apresentam uma identidade, considerando os seus

“multigrupos” e seus “multiterritórios” (DI MÉO, 2007, p.18). Destarte, é preciso considerar as diferentes trajetórias de vida dos atingidos e do tempo de suas vivências durante certo período de tempo em um determinado espaço uma vez que, a ADA, perpassou por um processo de territorialização e de vivência com diferentes grupos em diferentes tempos, resultando em seres de múltiplos pertencimentos.

É assim que numerosos atores e agentes sociais se espacializam se territorializam, na medida em que a relação privilegiada (de designação, apropriação, qualificação) que eles mantêm com seu espaço de ação transformam-no em território. Mas globalmente, chamar-se-á ator ou agente territorializado todo homem ou toda mulher que participa de forma internacional de um processo com implicações territoriais. Em sentido mais amplo essa implicação pode revestir-se de várias formas, das mais triviais (delimitação de uma parcela, edificação de uma casa, no caso do agente mais que ator) aos mais fundamentais: criação de uma cidade, de uma barragem, de uma rede de transportes. É dizer que raros são os indivíduos e as pessoas que não preencham um dia ou outro a função de ator ou de agente territorializado. Esses atores e agentes contribuem para a constituição de território. Eles os constroem por suas ações: sem ator não há nada de geografia, tampouco haverá território. (DI MÉO; BULÉON, 2007, p. 31).

Assim compreendida, a dinâmica territorial como objetivação e reflexo da relação da sociedade com o espaço geográfico nas instâncias, econômica, política e cultural, compreende-se nesta pesquisa que o social vivido se sobrepõe ao espaço. Sobre isto RAFFESTIN (1993) em sua análise materialista diz que

O território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder [...] (RAFFESTIN, 1993, p. 7-8).

Para melhor elucidar o diálogo acima sobre as relações sociais, Souza (2013) compreende o território como algo estritamente material, sendo este expresso na superfície terrestre, compreendido “como uma projeção espacial de uma relação de poder, o território, é no fundo, em si mesmo uma relação social” (SOUZA, 2013, p.35). Nesta lógica, o território deve ser entendido na sua materialidade, com as suas fronteiras definidas, podendo ser compreendida a partir das relações dos grupos sociais espacializados.

O território dos atingidos por Belo Monte neste prisma é um território relacional a partir de relações sociais (materiais e simbólicas) que engendram o território, sendo que, para compreender essas relações, precisa-se conhecer também quem são os

atores, para tentar exprimir a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 153). Com isso, pode-se afirmar que o processo de sua definição envolve, a priori, diferenciação e confronto, solidário ou de modo antagônico, com os demais territórios permitindo identificá-lo e qualificá-lo no seio da reorganização dos territórios em zonas e/ou em redes (HAESBAERT, 2010, p. 79). Portanto, a

territorialização constitui e é substantivada, nesse sentido, por diferentes temporalidades e territorialidades multidimensionais, plurais e estão em unidade. A territorialização é resultado e condição dos processos sociais e espaciais, significa movimento histórico e relacional. Sendo multidimensional, pode ser detalhada através das desigualdades e das diferenças e, sendo unitária, através das identidades (SAQUET, 2009, p. 83)

Partindo desses aspectos, esboçam-se três processos principais que permitem diferenciar o território do espaço. Em síntese, o território se diferencia do espaço por explicitar alguns elementos que não se revelam neste de modo detalhado, quais sejam, as relações de poder, a construção de identidades, e “o movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização” (SAQUET, 2009, p. 82). Logo, busca-se compreender nesta pesquisa o espaço e o território dos atingidos da área urbana de Altamira a partir de conceitos-chaves para explicitar os fatores decorrentes da desterritorialização e da reterritorialização sofrida por eles, uma vez que tais conceitos são coerentes entre si e reiteram o espaço geográfico como espaço de vivência e permanência desses indivíduos.

1.2.2. Deslocamento Compulsório dos Atingidos da ADA Urbana: a

Desterritorialização

O PBA da UHE Belo Monte previa a construção de Reassentamentos Urbanos Coletivos, como condicionante a ser cumprida pela empresa responsável pela implantação desta UHE. Tais RUCs foram construídos para realocação de aproximadamente 7 mil famílias as quais seriam distribuídas em 6 Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs), sendo eles RUC Água Azul, Casa Nova, Laranjeiras, Jatobá, São Joaquim e Tavaquara.

Neste contexto, Santos e Nunes (2017) salientam que

Dentre os impactos sociais ocasionados pela construção de um empreendimento hidrelétrico está o deslocamento compulsório da população da área a ser impactada, que se caracteriza pela fragmentação das relações de pertencimento dos atingidos com o seu lugar de moradia e com os elementos que fazem parte do seu modo de vida (SANTOS; NUNES, 2017, p. 9).

O deslocamento compulsório dos atingidos por Belo Monte foi caracterizado pela fragmentação das relações de vivências construídas ao longo de suas vidas com os seus lugares de moradia. Isto posto, a apropriação do espaço para a construção da UHE Belo Monte, significou uma aniquilação da formação territorial dos sujeitos. Não obstante, a transformação do território decorrente da apropriação do espaço para a construção deste empreendimento hidrelétrico contorna o conflito de territorialidades, a partir da territorialização da barragem - e do processo de desterritorialização/reterritorialização dos seus atingidos.

A desterritorialização dos atingidos pela UHE Belo Monte se deu pela transferência territorial compulsória das famílias das áreas impactadas, ocasionadas pelos efeitos advindos do empreendimento que não permitia mais a existência de moradias naquele lugar, ou seja, todas as impressões territoriais e vínculos afetivos foram corroborados e nenhuma indenização foi suficiente para a reconstrução ou continuidade da identidade simbólica e cultural dos atingidos pois o seu valor encerrou-se apenas em valores econômicos ignorando totalmente os modos de vidas daquela gente.

Em síntese, podemos afirmar que a desterritorialização contemporânea, fruto, sobretudo de uma longa história das relações capitalistas, é produto/produtora das inovações tecnológicas. Impostas pelos capitalistas e pela sociedade de consumo, que podem gerar uma crescente mobilidade (de pessoas, mercadorias e informações), do relativo desmonte do Estado-nação e do domínio que exercia sobre sua territorialidade (enfraquecendo as formas tradicionais de cidadania e de controle político sobre as transformações territoriais) e da crise de valores que gera uma crise de identidades, incluindo as identidades com a natureza (cada vez mais devastada e “enclausurada” em reservas de acesso controlado) e com o território em sentido mais amplo (HAESBAERT, 2004, p. 115).

Logo, entende-se que, a implantação da UHE Belo Monte exigiria o reconhecimento dos processos de desterritorialização e reterritorialização que são simultâneos, caracterizados como a saída forçada dos sujeitos dos seus lugares de vivência e a inserção destes em novos territórios. Entretanto, o que aconteceu para a

população da ADA do perímetro urbano de Altamira foi o remanejamento de mais de 7 mil construções urbanas (entre residências, comércios e entidades) iniciada em 2014. Tal fato alterou as formas-conteúdo e redefiniu a função social das áreas diretamente afetada (MIRANDA NETO, 2016) que foram transformadas em parques e orlas, como pode se observar na figura abaixo (figura 7).



Figura 7. ADA - Igarapé Altamira Antes e Depois
A: Igarapé Altamira; **B:** Parque Igarapé Altamira
Fonte: Acervo Pessoal, 2013; Norte Energia, 2016.

O remanejamento/reassentamento da população da ADA urbana em Altamira caracterizou-se pela perda de territorialidade que havia sido concebida desde o início da ocupação e colonização da cidade, ou seja, a partir do avanço das primeiras missões jesuíticas no médio Rio Xingu, onde foram erguidos templos religiosos, colégios e habitações necessárias ao trabalho da igreja (UMBUZEIRO & UMBUZEIRO, 2012), perpassando pela abertura da rodovia BR 230 (Rodovia Transamazônica) na década de 1970 até a construção e operacionalização desta hidrelétrica.

O processo de remanejamento assim como a perda do território da população retirada das áreas impactadas por Belo Monte, trouxeram efeitos negativos para a vida daquelas pessoas, impondo-lhes uma nova condição de vida, diferente do modo de vida as quais estavam habituadas, fortemente vinculados ao seu lugar de vivência, ora desmantelado pelo reservatório da UHE Belo Monte.

A relação dos sujeitos com seu território traz um sentimento muito amplo de valores que não se perde e são transmitidos através de gerações que construíram sua própria cultura, seu modo de vida, e atribuíram, para além do valor material, um valor simbólico à terra, à mata, ao rio, elementos

formadores de identidades e alteridades. O território transcende a dimensão objetiva da reprodução de necessidades básicas e das relações de poder, ao incluir outra —dimensão subjetiva e simbólica, afetiva e cultural construída pela prática social (CERVINSKI, 2015, p. 04).

Conseqüentemente, o deslocamento compulsório dos atingidos ocasionou mudanças significativas no dia a dia daquelas pessoas, sobretudo na realocação de uma área para a outra, implicando em custos antes inexistentes. A mudança de habitação, relações de vizinhança, distanciamento de acesso aos serviços urbanos e possibilidades de ocupação e geração de renda, caracterizou a des-territorialização dos atingidos. Sobre isto, Marinho e Saraiva (2012, p. 05) dizem que

A noção de des-territorialização permite refletir sobre as implicações sócio-espaciais da Hidrelétrica de Belo Monte em uma perspectiva multiescalar e multidimensional, permitindo reconhecer as implicações dessa hidrelétrica não apenas sobre a reprodução i-material de quem já se deslocou (ou esta deixando) da área da obra, como também sobre as condições de existência de quem ainda persiste no entorno do grande objeto geográfico, mas em condições territoriais marcadas pela instabilidade.

Portanto, ressalta-se que o lugar está intrinsecamente ligado a dois aspectos: identidade e pertencimento aos ambientes. Neste caso, lugar não se refere a objetos e atributos das localizações e sim ao tipo de experiência e envolvimento com o mundo, a necessidade de raízes e de segurança (RELPH, 1979). Assim, a desterritorialização da população da ADA dos lugares que foram impactados para os reassentamentos urbanos coletivos caracteriza-se pela tomada das casas das famílias com sua posterior demolição e fixação de uma placa de advertência com a inscrição “não ocupe esta área” conforme figura 8.



Figura 8. Casas demolidas pela Norte Energia
A: Casa demolida; **B:** Placa de “Não ocupe este local”
 Fonte: Acervo Pessoal, 2014.

Por isso, Haesbaert (2006) ressalta que perdas de seus espaços de reprodução social e de seus referenciais espaciais ocasionam um desenraizamento, uma desestruturação da comunidade e família e o esfacelamento da identidade individual e coletiva dos sujeitos, pois há relações e inter-relações construídas há décadas, culturas enraizadas há gerações e gerações. Deste modo, as referências espaciais construídas ao longo dos anos são referências de identidade social, do grau de socialização do indivíduo, da cultura adquirida por gerações, do imaginário social. Sua alienação é crucialmente comprometedora e certamente incide no desenrolar dos processos de desterritorialização.

Assim sendo, “desconsiderar a função social e simbólica do território é se sujeitar a não compreender a violência trágica de muitas lutas e conflitos que afetam o mundo de hoje: perder seu território é desaparecer (HAESBAERT, 2006, p. 98)”.

o território é antes de tudo uma relação que envolve apropriação, domínio, identidade, pertencimento, demarcação, separação. E, se apenas parte destas características estão presentes, creio que podemos considerar a ocorrência do seu princípio, ou seja, do princípio da territorialidade (HEIDRICH, 2004, p. 3).

O processo de desterritorialização sofrido pelos atingidos por Belo Monte voluntário e/ou forçado, adveio de forma violenta em relação à perda do território, pois, houve a anulação de controle da territorialidade não somente de um indivíduo, mas, de uma coletividade. E, neste caso, a desterritorialização coincidiu não apenas com a alteração do lugar, mais também com o deslocamento de seus habitantes pela forma compulsória ocorrida.

O processo de deslocamento compulsório promovido pela implantação da UHE Belo Monte tirou e/ou impossibilitou à parcela significativa das famílias, continuarem seus antigos modos de vida e, por conseguinte, continuarem a ter condições financeiras para cobrir os custos com transportes, energia, alimentação etc e tal (PADINHA; WHITACKER, 2017, p. 398).

A instalação e operacionalização da UHE provocaram transformações negativas de maneira irreversível para às populações atingidas abarcando a degradação simbólica e cultural da relação sociedade-espaço, posto que o território é entendido como um espaço de vida, de poder, de segurança, de organização social e reprodução da vida e é visto como um espaço de ruptura das estruturas que há muito tempo foi estabelecido e por ter que mudar o cotidiano, percebido e valorizado quando

se tinha a certeza de que este foi transformado, gerando, posteriormente, angústia e insegurança àquela população que foi para outros locais de vivência.

As histórias das “remoções” lotam páginas e páginas com relatos de violências. Houve quem tivesse saído e ao voltar para casa não encontrou nada no lugar. Houve quem assinou com o dedo um papel que não sabia ler. O que atravessou o processo, além da completa omissão do governo e do abuso de poder da Norte Energia, foi o total desinteresse em compreender qual era o modo de vida das famílias que arrancavam do lugar. Entender, para começar, o que era uma “casa” para elas. Para quem fez o cadastro, a ideia de casa e de cotidiano era aquela que traziam com eles de seus lugares de origem, tanto geográficos quanto de classe. É possível perceber em vários textos e discursos, inclusive da imprensa, o desprezo pelo que se chama de “casebres” ou mesmo “palafitas” (BRUM, JORNAL *EL PAÍS*, caderno Opinião de 7 de julho de 2015).

Com base nos argumentos de Rogério Haesbaert, a implantação dessa hidrelétrica compõe o quadro repetido de destruição e recriação de territorialidades. Para o autor, a “vida é um constante movimento de desterritorialização e reterritorialização, para tanto estamos sempre indo de um território para outro, abandonando territórios, fundando novo” (2004 p.138). Mas, é preciso ressaltar o caráter da nova territorialidade aqui em discussão: foi imposta à população desligar-se de seus lugares e ocupar novos espaços, no caso, os Reassentamentos Urbanos Coletivos.

1.3. Os Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs)

Os Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs) são bairros projetados com infraestrutura, rede de esgoto, escolas e unidades de saúde, construídas pela Norte Energia a partir do ano de 2013, transformando e modificando a paisagem da cidade de Altamira. Os RUC eram uma das opções oferecidas aos atingidos pelo AHE Belo Monte (LEME, 2009, p. 271) como indenização. O EIA/RIMA estimava-se que esta deveria ser a opção da maioria dos atingidos urbanos (LEME, 2009).

A partir dos critérios apresentados no PBA da UHE Belo Monte, foram pré-selecionadas 17 áreas, compreendendo áreas periurbanas, áreas de preservação ambiental e áreas utilizadas como fazenda (CARVALHO; AMARAL; HERRERA, 2019, p. 113). A imagem abaixo apresenta áreas que foram inicialmente pré-selecionadas para a implantação dos RUCs.

Nota-se na figura 9 que as áreas pré-selecionadas para implantação dos RUCs estão localizadas em áreas distantes do centro da cidade e principalmente distantes em relação ao rio e as áreas impactadas. Portanto, nessas áreas havia o predomínio de florestas e/ou pastagens para criação de gado (CARVALHO; AMARAL; HERRERA, 2019, p. 113).



Figura 9. Localização das Áreas Preliminarmente Identificadas
Fonte: NORTE ENERGIA, 2011; **Imagem:** Google Earth (2010).
(Imagem Retirada do EIA/RIMA)

Em relação à elegibilidade das áreas para implantação dos RUCs a Norte Energia (2011) apud Miranda Neto (2014) diz que

Quando da elaboração do Plano Básico Ambiental (PBA), que delimita as ações para a execução da obra e das medidas mitigatórias, algumas das áreas preferenciais definidas pela Norte Energia para o reassentamento urbano já haviam sido ocupadas por empresas imobiliárias, incorporadoras e usuários particulares (NORTE ENERGIA, 2011 Apud MIRANDA NETO, 2014, p. 50).

Dentre as 17 áreas pré-selecionadas, 5 delas foram inicialmente escolhidas para a implantação dos reassentamentos urbanos coletivos em Altamira, sendo eles o RUC Água Azul, RUC Casa Nova, RUC Jatobá, RUC Laranjeiras e RUC São Joaquim. Além desses um sexto espaço foi construído, denominado RUC Tavaquara, finalizado em 2019. Destaca-se que a construção do RUC Tavaquara foi implementado como condicionante da licença de operação da UHE Belo Monte (NORTE ENERGIA, 2015), para a realocação de pescadores, ribeirinhos e índios citadinos.

Para a escolha dos locais de implantação dos RUCs, o EIA privilegiava áreas à distância máxima de 2 km dos locais de origem dos atingidos (LEME, 2009, p. 320), conforme pode ser observada no Mapa (figura 10), posição das áreas dos RUCs em relação à cidade e ao Rio Xingu.

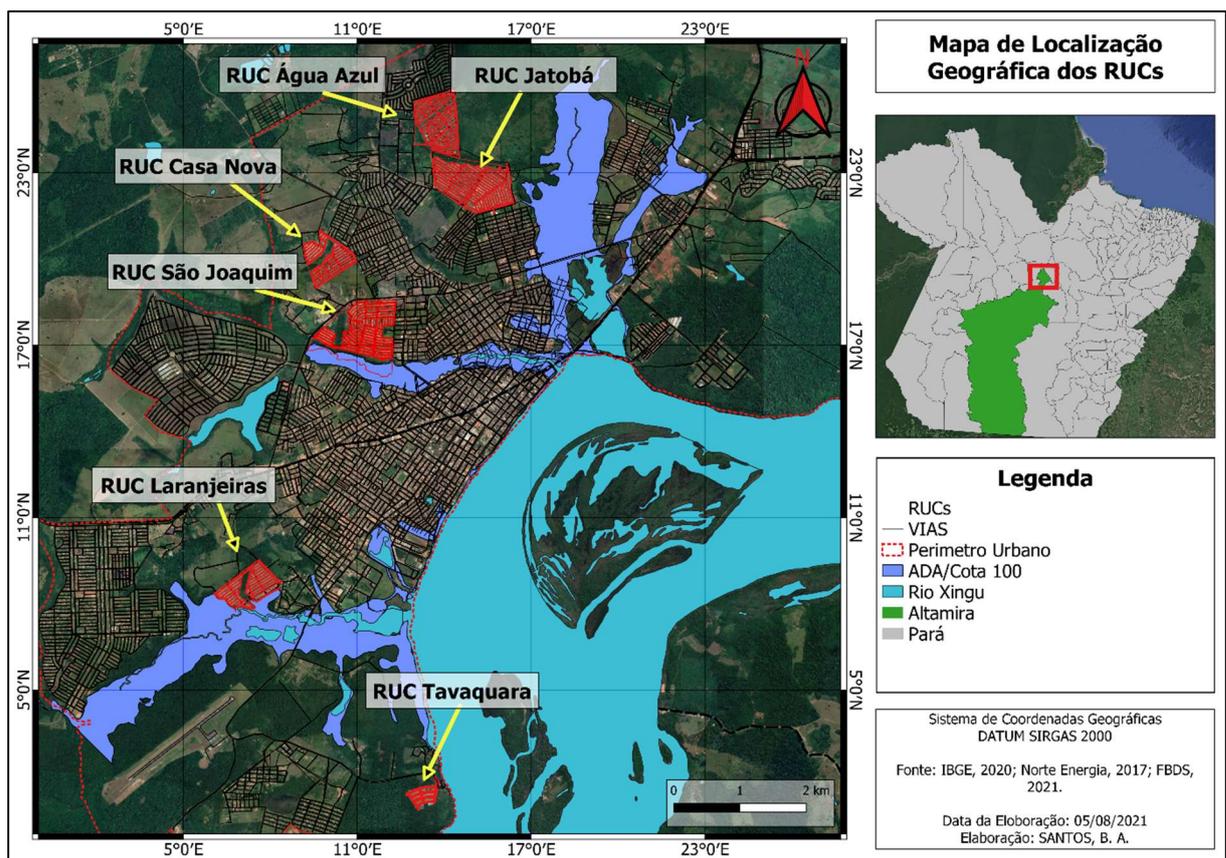


Figura 10. Mapa de Localização Geográfica dos RUCs
Fonte: Norte Energia S.A, 2017.

As áreas foram escolhidas pela implantação dos reassentamentos, depois de identificadas, e em seguida sucederam-se as análises segundo os seguintes critérios:

- Distância máxima de 2 km do local da atual moradia da população ao local de reassentamento;
- Presença de equipamentos urbanos;
- Acessibilidade;
- Condicionantes ambientais (existência de cobertura vegetal e área de preservação permanente junto aos corpos d'água, declividade e geomorfopedologia);
- Legislação urbana (NORTE ENERGIA, 2011, p. 52).

Assim, surgiram os Reassentamentos Urbanos Coletivos. Sobre as habitações construídas pela Norte Energia, elas possuem 63 m² com 2 quartos, 1 suíte, sala, cozinha, banheiro social, varanda e área de serviço com dois modelos de casas adaptadas para pessoas com deficiência (NORTE ENERGIA, 2011). A seguir, a figura 7 mostra as casas de concreto em pré-moldados construídas e entregue pela Norte Energia aos atingidos de Belo Monte como condicionante desta hidrelétrica.



Figura 11. Reassentamento Urbano Coletivo
A: Vista aérea **B:** Rua do RUC; **C:** Casa do RUC; **D:** Casa do RUC
Fonte: Acervo Pessoal, 2018.

Cabe mencionar, que a referida condicionante, aludida neste item da pesquisa, nada mais é que a concretização da desterritorialização dos atingidos por Belo Monte

de seus locais de vivência, onde os mesmos possuíam histórias com múltiplos significados que outrora ficara na memória e que naquele novo espaço teriam que construir uma nova história de vida.

É evidente que os sujeitos remanejados/reassentados tinham sua organização social, seu modo de vida impregnados nos antigos espaços de vivência, construídos ao longo dos anos. Contudo a partir do momento que foram realocados tiveram que se adaptar as novas territorialidades impostas pela construção da UHE Belo Monte. Padinha e Whitacker, (2017), elucidam que a

população “realocada” ou “reassentada” pela empresa responsável por Belo Monte, está distante de seu modo de vida, de seu trabalho, de seus laços de afeto e de solidariedade, da única vida que conhecia. É constituída de pescadores sem rio e sem peixe; de camponeses sem terra; de extrativistas sem florestas, tendo em vista terem sido arrancados de suas ilhas e comunidades, para serem jogados em um dos bairros fruto de Belo Monte, distante dos serviços do centro da cidade, do afeto familiar e do companheirismo proporcionado por vizinhos e demais membros do grupo social. Em outros termos, foram ceifados de uma espacialidade que lhes conferia identidade (PADINHA; WHITACKER, 2017, p. 89).

A população realocada passou a viver distante e sem as coisas, atividades que faziam parte das suas vidas, os pescadores se viram distante do rio e sem peixe para o seu sustento, trabalhadores se afastaram dos seus trabalhos e dos serviços que lhes eram ofertados no centro urbano.

Conforme estudos realizados, a população realocada teve seu modo de vida afetado em consequência das transformações espaciais, socioculturais e econômicas oriundas da implantação de Belo Monte e nenhuma indenização ou remanejamento poderá reconstituir o território outrora perdido.

“A destruição do modo de vida ribeirinho e a transformação compulsória de populações tradicionais, que sempre tiraram o sustento do rio e da terra, em moradores desempregados e subempregados da periferia de Altamira é a prova definitiva de que as regras do licenciamento da usina, maior obra civil promovida pelo governo federal, não estão sendo cumpridas”, afirma a procuradora da República Thais Santi (PALMQUIST, 2015 In: DOSSIÊ BELO MONTE, 2015, p. 122).

Assim conclui-se, que a partir da construção da hidrelétrica, foi possível identificar que vidas de inúmeras famílias como pescadores, camponeses, extrativistas, ribeirinhos e/ou comunidades inteiras foram fortemente impactadas, arruinadas por ações compulsórias da UHE Belo Monte. Com isto, elas perderam o

elo afetivo que existia em sua coletividade e acima de tudo em sua espacialidade territorial, ou seja, foram muitas as transformações vividas pela população deslocada por Belo Monte, que aqui minimamente consegue-se descrever diante de tantos outros problemas que foram surgindo ao longo do tempo de realocação nos mais diferentes aspectos da vida dessa camada populacional.

CAPÍTULO 2 – ALTAMIRA ANTES DE BELO MONTE: a vida nos Baixões

2.1. Baixões? Que Territórios São Esses?

Com o início das obras de construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte em 2011, a região do Xingu tornou-se palco de inúmeros debates e polêmicas envolvendo a implantação e execução do projeto hidrelétrico, em função dos impactos socioespaciais gerados ao meio ambiente. Desta forma, ascenderam-se inúmeras discussões e debates acerca dos “Baixões” da cidade de Altamira.

As pessoas que ocupavam esses territórios sofreram impactos profundos e de forma direta em suas vidas, pois residiam na denominada Área Diretamente Afetada (ADA) na área urbana acima citada. Mas, que lugares eram esses? E, por que muito têm-se polemizado sobre o território da Amazônia brasileira?

A resposta é entendível, os denominados “Baixões” eram locais da cidade de Altamira formados por extensões de áreas rebaixadas que durante o período chuvoso (inverno amazônico) inundavam-se pelo aumento no nível das águas dos Igarapés Altamira, Ambé e Pannels e do próprio Rio Xingu (MOREIRA; SILVA; HERRERA, 2015), caracterizando-se como áreas de risco.

Porém, eram os lugares de existências de moradia de muitas pessoas; lugares esses constituídos de significados, uma vez que o território é antes de tudo uma relação que envolve apropriação, domínio, identidade, pertencimento, demarcação, separação (HEIDRICH, 2004). Desta forma, a população que residia na ADA tinha as suas relações sociais de produção no espaço, onde mantinham seu cotidiano ao longo de suas histórias de vida, dotadas de sentimentos de pertencimentos e de recordação sobre a vida. Esta afirmativa fica evidente em relatos de atingidos entrevistados a seguir.

O açaisal é um lugar que eu tenho saudades, louca par voltar pra lá, lugar ótimo para viver. Ali não dava bandido, bandido agora dá em todo lugar agora. Lá era bom pra ir pro centro, postinho para a beira do rio, para todo quanto era perto para todo lado, e aqui não só essa ladeira. O postinho fica aqui subindo essa ladeira, as coisas é tudo aqui pra cima, tu tá pensando, que é aqui pra baixo e tudo pra cima (ATINGIDO Ex-morador do Açaisal, 2019).

Eu gostava do Baixão do Tufi, gostava porque era perto pra tudo, praticamente morava no centro, era perto pra tudo. Sinto falta, era difícil lá quando chegava o inverno. Quando chegamos lá os meninos era tudo

pequeno, tudo criança, saímos de lá já era todo mundo adulto (ATINGIDA Ex-moradora do Baixão do Tufi, 2019).

Entretanto, o empreendedor de Belo Monte enxergava nessas áreas apenas pessoas que residiam/viviam em condições inadequadas, em casas de palafitas às margens dos igarapés da cidade e que sofriam com os problemas ocasionados pelas enchentes durante o inverno amazônico. Já, os movimentos sociais, cientistas, pesquisadores e estudiosos compreendiam essas áreas como lugar de vivência, uma vez que as populações residentes construíram suas histórias de vida ao longo do tempo, dinamizando o lugar e sua morada e, assim, buscaram compreender o processo de retirada de milhares de pessoas da ADA, entendendo este processo na sua totalidade e que traria impactos severos à vida dessas pessoas. Assim os atingidos por Belo Monte, foram sendo retirados desses lugares, esvaziando às margens do Igarapé Altamira, Ambé, Panela e a Orla do rio Xingu.

Os lugares atingidos pela implantação de Belo Monte, às margens dos igarapés acima citados formaram-se desde o início da ocupação e colonização de Altamira. Essas áreas foram povoadas por pessoas que chegaram a Altamira, principalmente a partir da década de 1970, perpassando as décadas de 1980 e 1990 impulsionadas pelos grandes projetos planejados e executados nessa região. Estruturaram-se junto ao curso dos igarapés da cidade, sem a implantação adequada de infraestrutura e saneamento básicos.

A ocupação do espaço que veio a se constituir na cidade de Altamira assim como tantas cidades da Amazônia, deu-se a partir da proximidade de um rio. Altamira teve início com as primeiras missões Jesuítas no Xingu, que montou seu primeiro aldeamento às margens do igarapé Pannels. A partir desse aldeamento, o povoamento da cidade foi se dando em direção às margens do Rio Xingu. Hoje, Altamira é cidade polo da Região do Xingu, fazendo-se uma das cidades mais importantes dessa região.

Com o aumento da população que chegava à cidade em busca de melhores condições de vida ou em busca de promessas advindas dos grandes projetos que se executava na região, a exemplo, da abertura da Transamazônica (rodovia BR230), na qual ocorreu um crescimento rápido e desordenado, onde ocuparam-se os espaços ao longo das margens do Rio Xingu, sobretudo às margens dos igarapés Altamira e Ambé, sendo assim, constituídos e/ou construídos os bairros da cidade nestas

referidas áreas. Ressalta-se, porém que os Baixões aqui referidos, compreendiam vários trechos de diferentes bairros. Essas áreas abrangiam os bairros do Mutirão, Brasília, Sudam I e II, Boa Esperança, Aparecida, Centro, Colinas, Peixaria, Olaria Jardim Primavera, Jardim Independente I, II e III, Catedral, formando ao longo dessas áreas lugares distintos entre si.

Salienta-se, que as áreas diretamente afetadas, às margens desses igarapés estendiam-se por trechos de vários bairros, a exemplo: às margens do Igarapé Ambé, havia trechos dos bairros: Mutirão, Colinas, Peixaria, Olaria, Boa Esperança, Alberto Soares, Nossa Sra. Aparecida e Jardim Primavera. Já a área de ocupação do Igarapé Altamira compreendia trechos dos bairros: Nossa Sra. Aparecida, SUDAM I e II, Brasília, Centro. Agora, a parte da orla do Xingu abrangeu trechos dos bairros: Jardim Independente II, Centro e Catedral; e o setor do igarapé Painelas abarcou trechos dos bairros: Jardim Independente II e Jardim Independente III. Dessa forma, as áreas denominadas de Baixões estenderam-se por trechos de doze bairros da cidade.

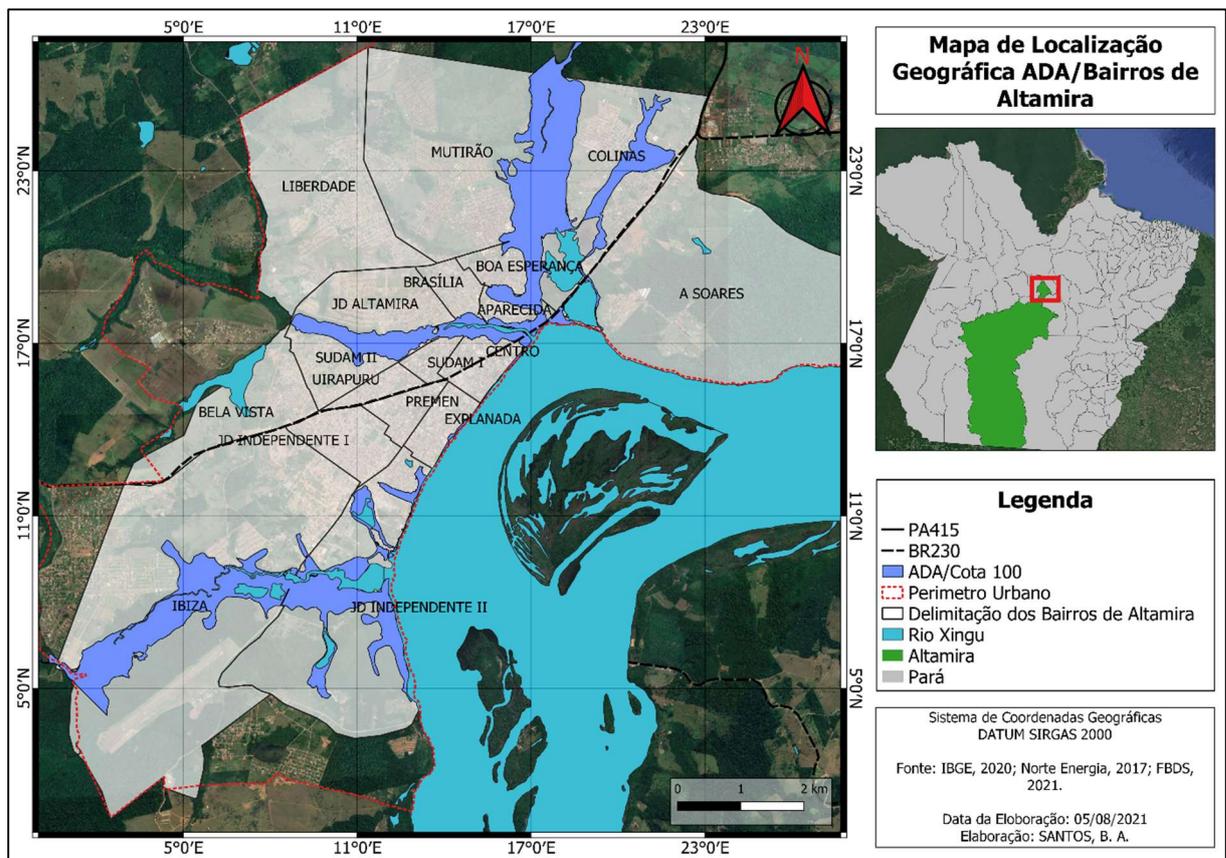


Figura 12. Mapa de Localização Geográfica da ADA/Bairros de Altamira
Fonte: IBGE (2010); Norte Energia (2011)

Nota-se que ao longo do processo de expansão urbana de Altamira, que esses bairros marcaram a paisagem do espaço urbano no município. Neles, milhares de pessoas encontraram um lugar para habitar, erguer suas casas e instituir família e assim entrelaçamento de amizade e convivência foram se estabelecendo. Nesses locais, havia muitas casas, pontos comerciais (mercearias, peixarias, prestadora de serviços), escolas, unidades de saúde, que funcionavam como uma rede de apoio para a população.

Cabe apontar, que no Baixão do bairro Aparecida, mais especificamente às margens do rio Xingu, próximo ao igarapé Altamira, eram desenvolvidas atividades de extrativismo mineral, onde extraíam areia do leito do rio Xingu e depositavam na região da prainha (praia do Cleonardo) que por sua vez foi impactada.

Havia relatos também que nas proximidades das margens dos igarapés Pannels e Ambé, concentrava-se a atividade de extração de argila para a produção da fabricação de tijolos e ali mesmo naquelas áreas os trabalhadores residiam e desenvolviam sua atividade econômica. Um dos lugares considerados mais afetados pelo desalojamento compulsório pelo fato da desapropriação ter eliminado quase em sua totalidade a categoria de oleiros nessas áreas. Conforme EIA/RIMA, a ADA

Engloba as áreas destinadas à instalação da infraestrutura necessária à implantação e operação do empreendimento, áreas inundadas e respectivas áreas de preservação permanente – APP; trechos afetados por redução de vazão, barramentos, diques, canais; pontos de localização de obras civis decorrentes ou associadas ao empreendimento como vilas residenciais, alojamentos, canteiros de obras, vias de acesso aproveitadas ou novas, área de empréstimo, bota-foras, linhas de transmissão e áreas de segurança, impostas pela tipologia do empreendimento (EIA/RIMA, p. 10).

Assim, as pessoas que viviam nos Baixões foram reconhecidas e vistas como atingidas diretamente impactadas pelo empreendimento de Belo Monte por estarem residindo nas áreas, onde o relevo era mais baixo e se encontrar dentro da cota 100, sendo a mesma definida como limite de segurança mediante o enchimento do reservatório do empreendimento.

Com a concessão do licenciamento ambiental do projeto de Belo Monte em 2010 pelo IBAMA, o território dos Baixões de Altamira foi modificado, dando uma nova dimensão social, em decorrência da reorganização para fins de uso coletivo a partir do início das obras em 2011. Desta maneira, esse território tornou-se instável pois,

sofreu mudanças extremas e desconstruiu a paisagem dos Baixões dantes útil à vida de seus habitantes.

Por conseguinte, esses territórios também tornaram-se símbolos de lutas e resistências pelo direito à vida na cidade de Altamira. Com os avanços da implantação da UHE, a população viveu constantes incertezas, por cederem de forma compulsória seus lugares de vivência para dar espaço ao lago da UHE, lugares esses que continham seus únicos bens materiais e imateriais, já que suas casas e locais de moradia representavam e misturavam-se com a história de suas vidas, conservando apenas memórias de um lugar/território habitado.

Assim, o impacto de Belo Monte com o enchimento do seu reservatório anunciou o fim da ocupação desses lugares/territórios. A paisagem desses lugares/territórios foi transformada de locais de moradia para a nova versão da cidade, constituída de parque e orlas para lazer da população residente na cidade.

O discurso apresentado à sociedade pela empresa construtora da hidrelétrica, cujo projeto estava previsto no PBA a ser realizado pela NESA insinuava que os parques e orlas embelezariam a cidade. Assim, onde haviam palafitas e residências “ditos” ambientes inadequados para se viver, deram lugar as obras de parques e orlas. Com a proposta de trazer uma reestruturação urbana à cidade, o projeto iniciou-se em meados do ano de 2015, após a retirada definitiva das pessoas residentes nos locais, fato que até ao final desta pesquisa continuava acontecendo.



Figura 13. Reportagem Sobre Belo Monte
A: Reportagem Jornal O Tempo; **B:** Reportagem G1

Fonte: G1 e Jornal O Tempo.

É possível observar nas imagens acima (figura 13) que o título da reportagem chama à atenção do leitor sobre a mudança da paisagem trazida pelos os investimentos da Norte Energia (Discurso do empreendedor). A Figura 13 traz duas reportagens que apresentam o discurso das mudanças que Belo Monte traria à sociedade Altamirense, o noticiário do Jornal O Tempo (2010) destaca que “Belo Monte vai Mudar perfil social de Altamira”, já a reportagem do G1 (2011) traz a manchete que “moradores que serão desalojados dizem ter esperança em Belo Monte”.



Figura 14. Foz do Igarapé Altamira - Parques e Orlas
Fonte: Norte Energia

Porém, a realidade é outra, difere da publicidade. Os lugares impactados dão espaço aos parques ecológicos e orlas construídas pela Norte Energia, espaços esses “ditos” de lazer que foram planejados para a cidade. Porém, questiona-se a funcionalidade dessa nova configuração da área diretamente afetada pela UHE Belo Monte, pois se implanta com os parques um padrão urbano remodelado, de estética invasiva, mais afinada com as tendências que chegam de fora do espaço amazônico.

2.1.1. Localização das Áreas Diretamente Afetadas: Os Baixões

Estima-se que ao longo das margens do Rio Xingu e dos igarapés Ambé e Altamira havia uma população de aproximadamente 15 mil habitantes. Às margens da orla do Rio Xingu calculava-se que residiam mais de 1000 pessoas. Essas áreas compreendia os bairros nominados na atualidade de: Aparecida, Boa Esperança, Brasília, Centro, Sudam I e II e Jardim Altamira. Pois, comenta-se que essas áreas que foram diretamente afetadas possuíam codinomes que diferiam dos nomes oficiais ora apresentados, a exemplo: Baixão do Tufi (parte dos bairros Brasília e SUDAM I), Invasão dos Padres (bairro Aparecida), Peixaria (parte dos bairros Aparecida e Colina) e o Açaizal (bairro Centro) os mais populares da cidade.

A seguir, a figura 15 apresenta o mapa das áreas diretamente afetadas em contraposição à “cota 100” resultante dos estudos de impactos ambientais da UHE Belo Monte.

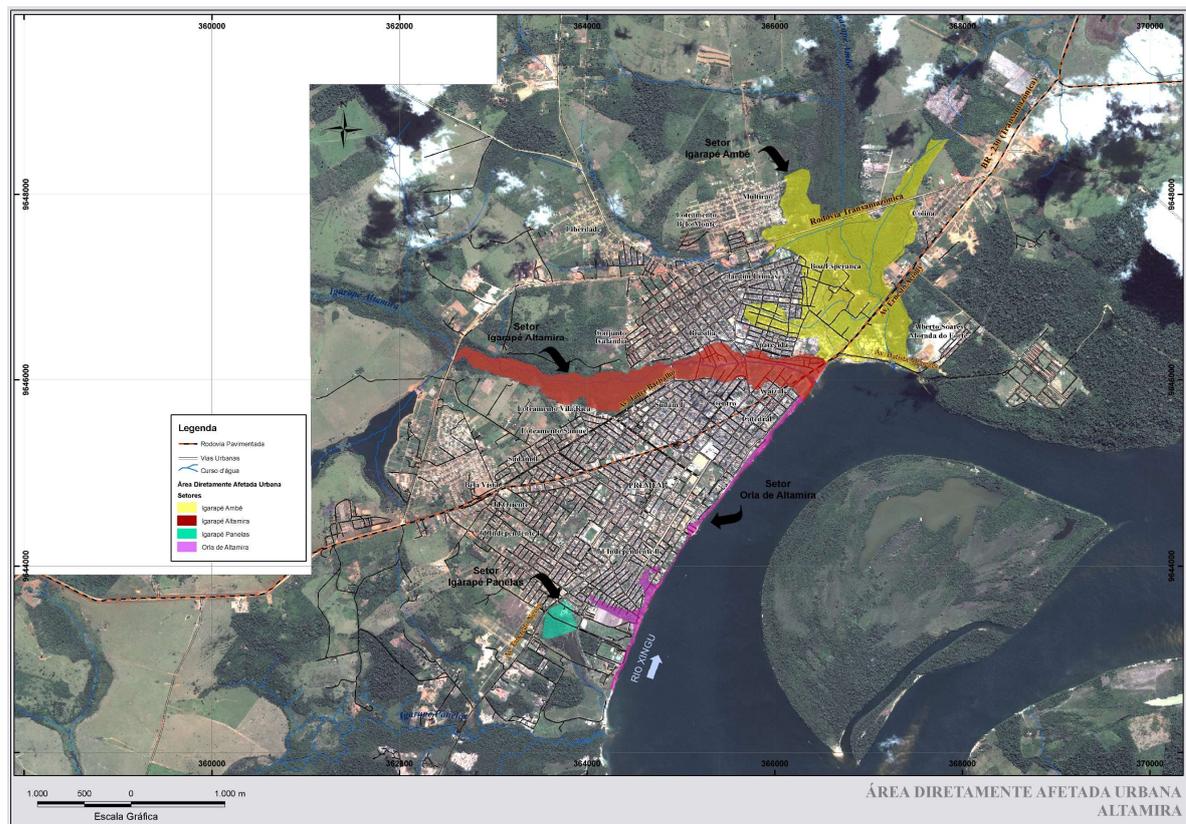


Figura 15. Mapa – ADA Urbana
Fonte: LEME, 2011.

Em sua maioria, as áreas desses bairros estavam próximas às áreas centrais da cidade, ou até mesmo faziam parte do centro de Altamira, como era o caso da orla do Rio Xingu, do Açaizal e o do Baixão do Tufi, compondo diferentes áreas dentro do espaço urbano de Altamira. Na leitura da figura 15 destaca-se a área diretamente afetada do espaço urbano de Altamira, em amarelo observar-se o setor do igarapé Ambé que se estende pelas margens do Rio Xingu, perpassando a Rodovia Estadual Ernesto Acioly (PA-415) e Rodovia Transamazônica (BR-230), compreendendo em sua maioria os bairros Boa Esperança, Jardim Primavera e parte do bairro Mutirão.

A área em vermelho autodenominada igarapé Altamira, permeia o espaço urbano central de Altamira. Nele, encontrava-se o maior adensamento populacional em relação às demais áreas afetadas por conter um percentual maior de pessoas residindo naquele lugar. Destaca-se que este setor contornava e/ou encontrava-se mais próximo do centro urbano da cidade, e era formado por áreas de vários bairros, como o Bairro da Brasília, Centro, Sudam I e parte do bairro Aparecida. Nestes setores estavam localizados o Baixão do Tufi, Açaizal, o Baixão do Aparecida, e o Ferro Velho.

Observa-se ainda na figura 15 que na cor roxa está à localização do setor da Orla de Altamira, considerada uma das áreas menos afetadas devido a construção de calçamento e muro de contenção às margens do Rio Xingu. Desta maneira, a ocorrência de alagamentos foi considerada menor, em detrimento das demais áreas de Baixões. Todavia um ponto chamou à atenção, nessa parte da cidade encontravam-se as pessoas com maior poder aquisitivo em relação aos demais atingidos, a contar pela exuberância das formosas arquiteturas com infraestrutura e saneamento básicos vistos sem esforço pela grandiosidade de investimentos ali constatados.

Em verde destaca-se a área do setor do igarapé Panelas, um dos primeiros lugares a ser ocupado no início dos aldeamentos missionários da então vila de Altamira. Neste setor, estavam àqueles atingidos que desenvolviam a atividade de oleiro, os mesmos muniam-se da argila retirada do igarapé Panelas para a fabricação de tijolos, posteriormente queimados e comercializados ali mesmo, os oleiros destas áreas lutaram muito para serem reconhecidos como atingidos. Essa atividade praticamente desapareceu de Altamira e trouxe imensuráveis prejuízos para a sociedade e para a cultura da população local.

Na imagem da figura 16, têm-se a cena registrada da atividade oleira acima mencionada, onde aparece um trabalhador empilhando os tijolos já produzidos, frutos da escavação do solo para retirada da argila (figura A), ou seja, vê-se a fabricação propriamente dita dos tijolos de forma artesanal. Já na figura B, observa-se o empilhamento e a queima das chamadas pilhas de “tijolos de olaria”. Tal atividade conforme já mencionada no decorrer do texto, localizava-se próximo às margens do Igarapé Panelas, porém cabe aqui destacar que essa ação também era exercida em uma área às margens do Igarapé Ambé.



Figura 16. Atividade de Oleiro as Margens do Igarapé Panelas
A: Empilhamento de tijolos produzidos; **B:** Queima dos tijolos fabricados
Fonte: Norte Energia

Após o processo de construção da UHE Belo Monte, as olarias artesanais deixaram de compor a paisagem da cidade e na tentativa de se fortalecerem, os oleiros organizaram-se em associação e começaram a lutar para serem também reconhecidos como atingidos por Belo Monte. Entretanto, não conseguiram grandes avanços no que tange aos processos que ainda estão em análise pela Justiça Federal e Ministério Público, ou seja, ainda não foram beneficiados com nenhuma medida de mitigação que pudesse servir como acalanto para a classe e/ou que amenizassem as mazelas financeiras sentidas, já que muitos desses oleiros tinham a atividade como única fonte de renda, o que ocasionou a disponibilização das suas forças de trabalho e mão-de-obra para outras atividades econômicas.

Contudo, a empresa responsável pela execução da obra em Belo Monte, não os reconhece como impactados em virtude da maioria dos trabalhadores apenas desenvolverem atividades nos espaços afetados e não possuírem moradas às margens dos igarapés Panelas e Ambé.

O grupo aguarda por alguma medida judicial, pois o fim da atividade trouxe sérios problemas para as famílias que sobreviviam dela. Além disso, a população que adquiria os tijolos diretamente dos fornos artesanais, ficaram totalmente impossibilitados dessa ação e sem opção foram obrigados a adquirir o produto nas grandes cerâmicas da cidade e com preços superiores em relação aos praticados pelos oleiros.

2.1.2. Espaço e Território no Baixão

A cidade de Altamira tem sua ocupação seguindo a tendência das cidades ribeirinhas da Amazônia, se instalando à margem esquerda do Rio Xingu, com sua sede localizada a montante da Volta Grande do Xingu, entre os igarapés Panelas e Ambé perpassando o igarapé Altamira que atravessa o centro da cidade.

A cidade teve um crescimento populacional rápido durante a última década. Tal fato, foi impulsionado em função das obras da construção da UHE de Belo Monte, sendo a maior obra de engenharia em andamento do Brasil executada pelo Governo Federal. Desta forma, com o anúncio da concessão da licença de instalação dessa obra no Pará, a Amazônia passou a ser lugar de atração para milhares de trabalhadores brasileiros que migraram para a região em busca de emprego, ou seja, a região tornou-se a esperança de trabalho e melhores condições de vida para as pessoas que chegavam em busca de trabalho na grande obra de Belo Monte.

A chegada desses trabalhadores advindos de diferentes lugares do território nacional em busca de trabalho, ocasionou conseqüentemente o crescimento populacional provocado por um novo processo de ordenamento territorial. Tal fato constatado é típico das cidades amazônicas que recebem os “ditos” grandes projetos de desenvolvimento planejados fora da realidade local, ou seja, fora dos locais onde são/serão implantados tais projetos. Cidades como Marabá, Barcarena, Carajás e tantas outras na região Amazônia, já vivenciaram esse processo de crescimento rápido da população, devido aos grandes projetos implantados em seus territórios.

Os processos de urbanização das cidades que recebem esses empreendimentos acabam ocorrendo sem o devido planejamento prévio, dando-se de forma desorganizada, repercutindo na ocupação de diversas áreas, inclusive em

áreas inapropriadas para habitação. Na cidade de Altamira não foi diferente, muitas das áreas ocupadas foram estimuladas pela implantação de grandes empreendimentos em seu entorno, como pode ser observada ao longo da história da cidade, a exemplo a abertura da rodovia Transamazônica (BR230) na década de 1970, fruto do projeto de colonização da Amazônia durante o governo militar.

Registra-se que os Jesuítas foram os primeiros a superarem os trechos encachoeirados e subir a Volta Grande do Xingu para chegar à foz do Igarapé Panelas. Assim, nesse lugar surgiu o primeiro aldeamento conforme já mencionado anteriormente e que no futuro viria a ser a cidade de Altamira, sendo que, foi a vila fundada pelos missionários jesuítas que mais cresceu no vale do Xingu, tornando-se apoio para os municípios circunvizinhos, sendo o centro regional do Xingu de referência desta região.

A história da cidade mostra que a ocupação das áreas próximas às margens do Rio Xingu e da foz dos Panelas remonta ao século XVII, tendo o município de Altamira relações estreitas com os referidos lugares. A exploração da borracha e os “soldados” da borracha que chegavam à vila de Altamira traziam consigo o florescer da cidade que acabou sobrepujando cidades antigas (UBIRAJARA, 2012)”.

Durante o regime militar, o governo federal iniciou as obras de abertura da construção da BR230, com o intuito de interligar o Nordeste brasileiro ao extremo Norte do país, através do ambicioso projeto da rodovia Transamazônica (BR230), porém, cabe aqui ressaltar que até ao final deste estudo as obras na rodovia não estavam concluídas em sua plenitude, pois o tão sonhado asfaltamento ainda estava por vir. Uma das causas do apoio de muitos empresários a vinda de Belo Monte era a promessa do asfalto da Transamazônica.

Todavia, como constava no Programa de Integração Nacional-PIN (BRASIL, 1970), a colonização das terras amazônicas com a abertura da estrada, Altamira tornou-se conhecida nacionalmente com o início das obras da BR230, período, lembrado pelas marcas trazidas à região e pelas muitas pessoas que chegaram a cidade incentivadas pelas políticas desenvolvimentistas e instituições do governo que também chegavam à cidade como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Banco da Amazônia (BASA).

O INCRA, desenvolveu papel fundamental no Programa de Colonização da Amazônia, com a realização de campanhas que incentivavam a vinda de pessoas das

várias regiões do Brasil, sobretudo do Nordeste. A mais conhecida é lembrada pela chamada governamental que convidava as pessoas a desbravar a Amazônia com slogan “terras sem homens para homens sem terra”. Assim, foram trazidos milhares de nordestinos para colonizar a região do Xingu. Essa política do governo federal iniciou-se no ano de 1968 através dos “subsídios ao fluxo de capital e indução dos fluxos migratórios”.

A partir de 1968, mecanismos fiscais e creditícios subsidiaram o fluxo de capital do Sudeste e do exterior para a região, através de bancos oficiais, particularmente, o Banco da Amazônia S. A. (Basa). Por outro lado, induziu-se a migração através de múltiplos mecanismos, inclusive projetos de colonização, visando ao povoamento e à formação de um mercado de mão-de-obra local. (BECKER, 2001, p. 131).

Com a inserção dessa população, inicialmente incentivada pelo governo federal com a promessa de apoio técnico e financeiro, aos colonos eram concedidos um lote de 100 hectares e uma casa. Junto com esses incentivos veio o apoio a políticas a urbanização na região a partir dos “Polos de Crescimento” (BECKER, 1985). Ao chegarem a Amazônia os migrantes se deparavam com muitas adversidades. Com o decorrer dos anos muitos acabaram não se adaptando aos campos amazônicos e, isolados, acabavam abandonando ou vendendo as terras e se dirigindo aos núcleos urbanos (BECKER, 1999).

Os anos 70 e 80 destacaram-se pelo importante crescimento da população urbana na Amazônia. Becker (1999) salienta o processo de urbanização e industrialização que a região passou a partir de 1960. “Esse processo também aconteceu na cidade de Altamira. Entre 1970 e 1980, sob os efeitos danosos da política de urbanização rural, a população urbana saltou de 5.374 em 1970 para 26.911 em 1980, crescendo cinco vezes” (MIRANDA NETO, 2017). Altamira, como tantas outras cidades sofreu impactos com a grande quantidade de pessoas que chegavam à procura de um lugar para morar, não dispondo de condições financeiras e assistencial, essas pessoas, acabaram ocupando irregularmente áreas às margens do Rio Xingu e dos Igarapés Altamira, Panelas e Ambé.

A Amazônia, como o Brasil, não permaneceu a mesma dos anos 60. Urbanizou-se e industrializou-se. Apresentou os mais elevados índices de crescimento urbano no país nas últimas três décadas e, hoje, 60% dos seus 20 milhões de habitantes vivem em núcleos urbanos (BERTA BECKER, 1999, p. 30).

Até os anos de 1960, o espaço urbano de Altamira era considerado pequeno e simples tendo sofrido profundas transformações naquelas décadas de forte crescimento demográfico urbano. Nesse interim, ressalta-se a intensa ocupação das áreas baixas, já com algumas casas às margens do Igarapé Altamira nos anos de 1979 como pode se observar no quadro abaixo sobre o aumento da população de Altamira a partir dos anos de 1970 (MOURA, 2009).

População Residente em Altamira até 2010					
Ano	1970	1980	1991	2000	2010
Urbano	5.905	26.905	50.145	62.285	84.092
Rural	9.440	19.591	22.263	15.154	14.983
Total	15.345	46.476	72.408	77.439	99.075

Quadro 2. Evolução Populacional do Município de Altamira

Fonte: IBGE (2020).
Organizado pela Autora

O projeto de colonização implantado pelo INCRA entrou em crise nos anos de 1975, pois não se obteve sucesso com a produção agrícola nos primeiros anos, gerando muitas desistências da vida rural e êxodo populacional para a cidade de Altamira. Nesse contexto, a igreja católica teve grande participação na organização de assentamentos para a população, provocando uma reorganização da zona urbana do município com a implantação de loteamentos como: Boa Esperança, Jardim Primavera e Aparecida formando um conjunto que ficou conhecido como loteamento Aparecida. O Padre Frederico Tschol foi um dos grandes responsáveis pela implantação dessas áreas destinadas às pessoas que chegavam à cidade e não tinham onde morar.

Ainda de acordo com Moura (2009), outra área teria sido adquirida pela Prelazia do Xingu (Igreja Católica) nos anos de 1970, um sítio que se encontrava entre os Igarapés Altamira e Ambé, que também foi destinado para assentar essa população evitando assim uma possível invasão das terras da igreja católica:

As terras eram desvalorizadas por estarem distantes do centro urbano da cidade, localizadas entre os Igarapés Altamira e Ambé, sendo grande parte inundada pelas chuvas. Com a abertura da Transamazônica e a conseqüente explosão demográfica, fez com que a urbanização avançasse na direção aos referidos (Altamira e Ambé) a terra pertencia à Prelazia Do Xingu (MOURA, 2009, p. 78).

A intensificação da pressão de grupos excluídos sobre aquele espaço ainda vazio, faz com que a igreja ceda a pressão dessa população e organize um processo de ocupação e loteamento. Com o intuito de evitar uma ocupação desordenada a igreja católica torna-se nesse momento como um “agente organizador do espaço”, promovendo o levantamento topográfico da área e encaminhando o terreno para seu loteamento (MOURA, 2009).

Na busca pelo direito de poder residir na cidade, vai constituindo-se no espaço urbano de Altamira o processo de segregação cartá, onde quem tem maior poder aquisitivo ocupa as melhores áreas, assim, as pessoas que não eram providas dessas condições acabaram se instalando em lugares menos propícios à habitação. Surgem desta maneira as ocupações em locais impróprios para moradias no decorrer nas décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000, como podem ser observadas na imagem abaixo (figura 17).

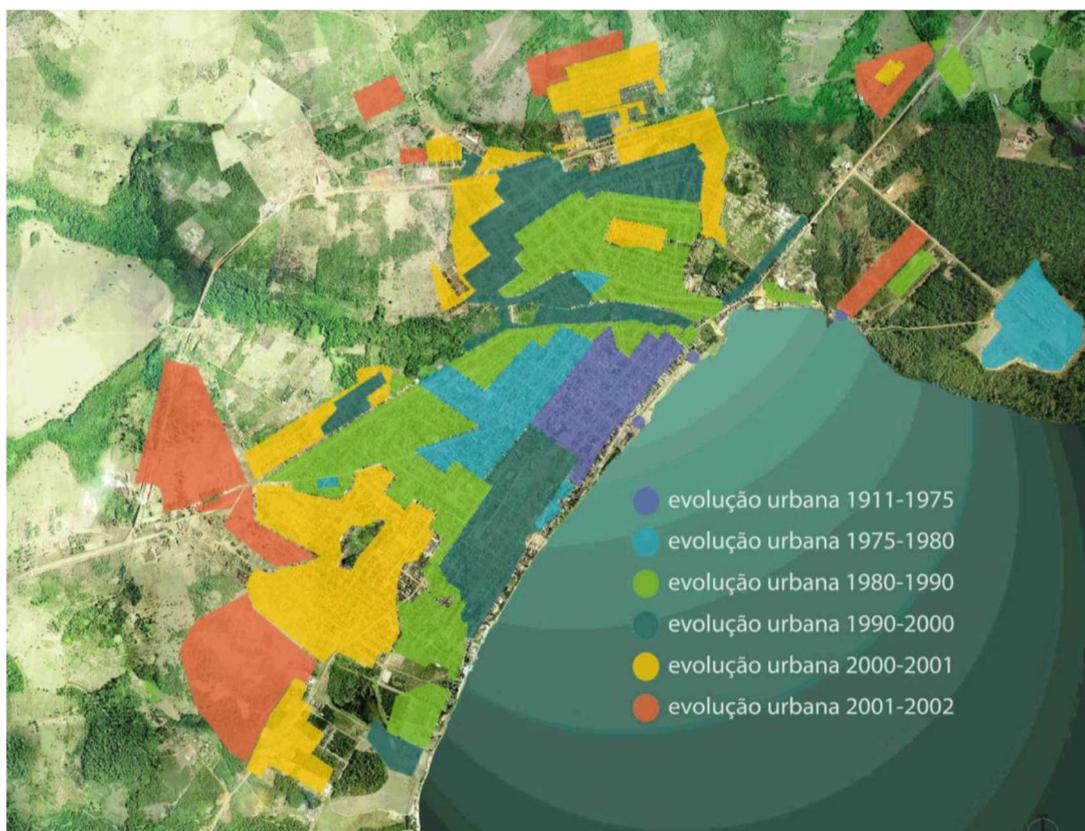


Figura 17. Evolução Urbana de Altamira
Fonte: Altamira, 2010

Na imagem que traz a evolução urbana de Altamira, pode-se verificar na cor lilás próximo as margens do Rios Xingu a primeira onda de ocupação, que vai dos

anos 1911-1975, a segunda vem na cor azul na imagem que vai de 1975-1980. A terceira fase do avanço do urbano está representado na cor verde que se espalha por diferentes áreas, chegando a rodear todo o núcleo urbano, essa fase vai dos anos 1980-1990.

Em verde mais escuro observa-se a evolução que ocorre nos anos de 1990 até os anos 2000, ela ocorre em alguns pontos com mais intensidade. Em amarelo se destaca no mapa a evolução urbana durante os anos 2000 e 2001, se dando com maior intensidade e se espalhado para áreas mais distantes do centro histórico de Altamira. A evolução dos anos de 2001-2002 se dá de forma mais concentrada em alguns pontos nos extremos da ocupação urbana de Altamira.

2.2. A Vida do/no Baixão

Com o aumento populacional sofrido na região do Xingu, tendo como centro a cidade de Altamira, começa ocorrer no espaço urbano desta cidade ocupações irregulares de áreas sem planejamento prévio. Muitas pessoas que chegavam à cidade e não tinham locais para residir encontravam nas áreas de relevo mais rebaixado, geralmente próximo às margens do Rio Xingu e de seus afluentes os igarapés Panelas, Ambé e Altamira a alternativa de assentamento para fixação de moradias.

Às margens deste último igarapé citado, são as áreas mais densamente ocupadas. Essas ocupações aconteceram de forma não planejadas, as pessoas chegavam nessas áreas e ali a ocupavam e construía suas casas para assim poderem ter acesso ao direito de residir na cidade de Altamira. Heidrich (2016) em seu trabalho sobre as ocupações irregulares em Porto Alegre destaca que

Por ocupação irregular compreendemos a apropriação de parcela de solo urbano para construir moradia de maneira informal, quer dizer, sem intermediação regular do mercado de imóveis ou programas habitacionais. Quase sempre esse processo é formador de vilas populares e favelas. São compostas muitas vezes por habitações precárias, como é comum no início das ocupações (HEIDRICH, 2016, p. 230).

Essas áreas ocupadas em Altamira eram locais que não possuíam infraestruturas adequadas e sem interesse de apropriação privada, mesmo sendo

muito utilizadas para acesso ao centro comercial da cidade por se encontrarem próximas a esses locais. O poder público de forma geral não atendia a essas áreas com infraestrutura que possibilitasse o seu uso. Tais infraestruturas só chegaram a esses lugares após a realização e a organização da população que se reuniu para reivindicar direitos básicos. Desta forma, após muitas lutas e reivindicações foi que o poder público trouxe os equipamentos e infraestruturas urbanas necessárias com a criação de espaços públicos.

O adensamento desordenado dessas planícies de inundação consolidou-se ao longo dos anos 1970 e 1980. Os espaços entre os igarapés Altamira e Ambé, tinham como locais mais suscetíveis a sofrerem com os alagamentos, eram o Baixão do Tufi, Açaizal, Invasão dos Padres e Peixaria nos períodos das intensas chuvas na região do Xingu durante o conhecido inverno Amazônico que se dar nos meses de Dezembro a Maio, tendo o mês de Abril como o mês de mais incidências de chuvas, sendo também este o período do ano onde ocorrem as cheias dos rios e dos igarapés ocasionando a elevação dos níveis de suas águas.

Faz parte da história da ocupação de Altamira o alagamento dessas áreas no período de inverno. Esse era um dos maiores problemas enfrentados pelas pessoas residentes dessas áreas, tornando suas vidas um desafio de sobrevivência, uma vez que, com esses alagamentos muitas pessoas tinham que sair de suas casas para abrigos improvisados pela prefeitura, que muitas das vezes eram barracas de lona, montadas em ginásios da cidade, como o do bairro da Brasília e no centro de exposição da cidade. Esses locais não contavam com nenhuma condição de moradia.

Essas áreas quando ocupadas, não contavam com nenhum tipo de infraestrutura, sendo desprovida de saneamento básico como, abastecimento de água, energia e ruas pavimentadas. Destaca-se que foi através de muitas lutas e reivindicações que as comunidades dos Baixões conseguiram ter direito a energia e pavimentação de ruas, porém continuavam sem rede de esgoto. Em relação ao abastecimento de água, as pessoas captavam através da perfuração de poços sem nenhuma padronização, ou seja, cada um tinha sua particularidade de forma que atendesse suas necessidades diárias e eram em sua maioria escavados ou perfurados pelos próprios moradores com apoio de vizinhos e parentes. Os chamados poços amazônicos eram feitos artesanalmente sem nenhum tipo de estudo prévio.

As palafitas são muito comuns na Amazônia como podem ser observadas na imagem abaixo (figura 18) que mostra de maneira clara e objetiva o uso das palafitas pela população local para acesso a suas residências. Essas palafitas eram usadas em locais em que o nível da água subia nos períodos de cheia do rio (inverno). As palafitas (casas) eram habitações construídas sobre armações (tronco e pilares) de madeira. Construções essas, erguidas com o intuito de elevação sobre o nível das águas do rio para que não chegassem a invadir suas casas e assim evitar alagamentos dentro das residências.

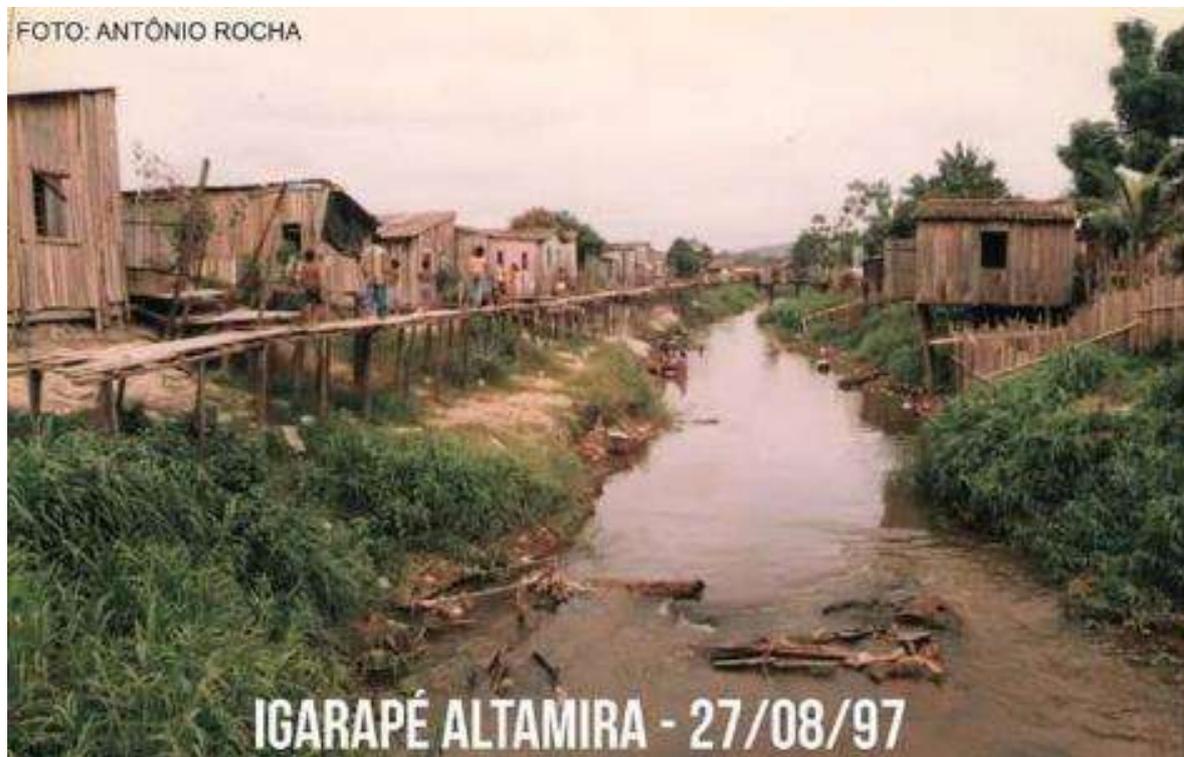


Figura 18. Palafitas às margens do Igarapé Altamira
Fonte: Moura, 2009.

Com a ocupação das áreas alagáveis, esses espaços aos poucos foram sendo transformados em seus territórios, onde ocorriam as lutas do cotidiano. As pessoas residentes desses locais viam nesses lugares o direito à moradia, mesmo com todas as adversidades ali existentes. Nos Baixões, a exemplo, formaram seus espaços de vida, comunidades em maioria constituídas por relações familiares, vizinhos de toda uma vida, sendo ali o seu lugar, seu abrigo.

Os altamirenses possuem relações sociais muito próximas com o rio e os igarapés. Conforme o Plano Diretor da Cidade (2010) “o rio e os igarapés estão

intimamente ligados aos hábitos locais, principalmente pela reconstituição da origem populacional e sua relação com as águas”. Ainda de acordo com este documento, a população faz uso deles para a realização de atividades do dia-a-dia, “as atividades domésticas básicas têm como suporte as águas do rio e dos igarapés: neles são lavadas as roupas, as louças, as bicicletas e os animais usados na tração das carroças” (ALTAMIRA, 2010, p. 106), sendo as mulheres e as crianças os maiores frequentadores.

Assim, foi possível observar na pesquisa de campo que essa população via nesses terrenos a esperança de ter sua casa própria, um lugar para chamar de seu. Tal percepção ficou evidente na fala de uma moradora do Baixão do Tufi², quando questionada sobre seu antigo local de moradia, trouxe a sua memória o outrora vivido no Baixão do Tufi. Ressalta-se que tal Baixão pertencia oficialmente ao Bairro de Brasília, sendo este bairro fruto da primeira onda de expansão territorial da cidade de Altamira afastado da área central e com limites definidos pelo igarapé Altamira.

“Nós sofremos muito antes com aluguel de casa, até quando eu soube, estão invadindo o Baixão do Tufi, ai eu fui e não consegui um terreno, até que a Maria da saudade, eu agradeço muito a ela, o meu nome foi pra reserva, ai ela pegou meu nome e tirou da reserva, ela disse pode deixar comigo, ai colocaram as marcações lá dos terrenos, a prefeitura foi e comprou aquelas terras, o prefeito era o Mauricio Bastazini ele foi lá comprou os terreno tudim e deu os documentos, só que não estava registrado em cartório, ai entregou os documento quando eu cheguei lá tava tudo os toquinhos lá, o pessoal da prefeitura fizeram os toquinhos e colocaram lá os numerosinhos as plaquinhas, ai eles chamava o nome fulano e entregava o papel aqui está o número do seu lote, quando eu cheguei lá que olhei a juquirá o, era só aquele mato que corta a gente, como é que eu vou roçar esse terreno” (ATINGIDA Ex-moradora do Baixão do Tufi, 2019).

Na fala dessa antiga moradora do Baixão do Tufi, fica evidente que naquele momento, aquele terreno que a prefeitura disponibilizou era a única esperança que pulsava em sua vida para conseguir sair do aluguel e ter sua casa própria. Ela e milhares de outras pessoas construíram aquele lugar, que no início da sua ocupação como a mesma afirma “era só mato”³, mas com tempo e as ações para organização do lugar, ali passou a ser sua morada durante 20 anos.

². O Baixão Tufi era um dos nomes mais populares das áreas do Baixão, esse nome se deve a um antigo morador que era conhecido de Tufi, que nos anos 70 e 80 era dono de um cabaré, antes de ser loteado pelo prefeito da época, existia nesses espaços uma concentração em rua dessas casas. Esses estabelecimentos fazem parte da realidade das cidades da Amazônia, que recebem grandes projetos.

³ Substantivo masculino Conjunto de pequenas plantas agrestes. Terreno onde crescem essas plantas. [Brasil] O campo, o interior, a roça (por opos. à cidade). Dicionário Aurélio.

Neste contexto, Heidrich (2006) ressalta que a ação do ator ao se apropriar de um espaço pode ser compreendida como sendo a forma primeira dele agir para transformar e adequá-lo às suas necessidades. Isso ocorre na fala da moradora do Baixão do Tufi, ao sair à procura pelo direito a um terreno no espaço urbano de Altamira em busca do sonho de conquistar sua casa própria para sair do aluguel.

A apropriação do espaço é a forma primeira que, se reduzida ao sentido de posse (de domínio), resulta apenas na separação de grupos ou comunidades. O seu outro sentido, o de adequação (de tornar um espaço apropriado, favorável ou suscetível), decorre do uso, da transformação que embora não tenha tornado plenamente efetiva a desnaturalização, constrói a humanização do espaço como uma condição oposta (HEIDRICH, 2006, p. 3).

Sabe-se que quando um determinado lugar começa a ser ocupado, ele não dispõe de nenhum tipo de infraestrutura e só é possível sua implantação para a população tempos depois de sua ocupação mediante lutas e reivindicações junto aos poderes públicos para assim haver a organização e estruturação do vivido. Esta comprovação foi evidenciada na exposição oral da atingida do Baixão do Tufi da seguinte forma:

“chegamos lá sem energia, era na lamparina, nós sofremos, mais ou menos um ano que a gente tava lá é que chegou energia, todo mundo usava lamparina, depois que o bairro se organizou todo, colocaram os postes aí o negócio melhorou, lá era tudo no blokret, o Juvenil mandou blokletiar foi tudo lá, lá ninguém pisava em lama, eu sinto saudade diferente daqui” (ATINGIDA Ex-moradora do Baixão do Tufi, 2019).

Neste sentido, Heidrich (1998) diz que a

primeira ação, que transforma a condição original em relativa, consiste na apropriação humana das condições naturais da existência. Trata-se, verdadeiramente, da *humanização* do espaço: pela criação do território. Embora essa humanização não elimine a ocorrência absoluta e natural, significa impor um domínio sobre imperativos como extensividade, contiguidade, coexistência, entre outros (HEIDRICH, 1998a, p. 11).

Observe na fala da moradora do Açaizal que participou desde o início da ocupação sobre como era aquele lugar no início.

“Quando eu cheguei lá para morar lá, não tinha nada nem uma rua, tinha cobras capim, perto do igarapé Altamira tinha enchentes lá. Minha casa era de madeira ainda alagou duas vezes, não tinha rua aí tinha aquelas pinguelas para as pessoas passar, para chegar em suas casas, bem difícil sem

nenhuma estrutura, sem água teve que puxar da Paula Marques, sem energia, tudo assim” (ATINGIDA Ex-moradora do Açaizal, 2019)

A ocupação daquelas áreas pela população foi uma ação conjunta dada pela necessidade de um local de moradia e consonante eles iam se fixando aos lugares e construindo suas residências, formavam seus espaços de vivência e se territorializavam. Conforme o ator vai vivendo o processo de espacialização este também vai se territorializando, a partir da apropriação, qualificação, podendo definir o ator/agente como territorializado. Assim, é possível que, todos os indivíduos um dia ocupem a posição de ator ou agente territorializado, sendo estes, sujeitos que muitas vezes organizam e constituem os territórios mobilizando e produzindo o poder (DI MÉO, 2012).

Neste contexto de atores e suas diversas relações e ações com o território, o autor caracteriza três grandes categorias diferentes de atores, Endógenos, Exógenos e os transicionais, podendo estes atores conter “qualidades” que se dizem essenciais aos sujeitos, os quais necessitam ser competentes e interativos com capacidades para o exercício da reflexão.

Uma relação muito boa nós crescemos ali, viemos em 85 para Altamira, viemos de Vitória do Xingu, nós crescemos ali então ali virou uma família de vizinhos os parentes foram pra lá os parente morava lá então era muito bom, a gente sente saudades, muita saudade mesmo, se falar assim quer voltar eu voltaria com toda aquela alagação que tinha todo ano que a gente sofria, mas acabava se divertindo com a enchente, a única enchente que nós não nos divertimos foi a de 2009 porque aquela foi uma catástrofe na cidade toda, em questão disso era muito bom, vimos acho que três gerações surgindo naquela rua com pessoas diferente, vimos as pessoas crescer (ATINGIDA Ex-moradora do Baixão do Aparecida, 2019).

Em Henri Lefebvre o espaço social é compreendido como aquele que vive em constantes mudanças. Os Baixões começaram a ser remodelados com o uso do solo pelas pessoas para a construção de seus espaços de vida. Enquanto que o espaço social para Lefebvre “a qual ele descreve como uma articulação de sistemas (culturais, políticos, religiosos, econômicos, etc.) rege a existência dos grupos humanos” sendo aqui o espaço de fato utilizado pelas “práticas socioespaciais”. Assim entende-se que as comunidades organizadas nos Baixões cumpriram o papel de espaço social, pois atendiam as articulações dos sistemas que orientam a humanidade, lugar esse, que se vivem práticas socioespaciais no cotidiano das pessoas.

A vida nos Baixões não era apenas composta de pessoas, mais toda uma organização e logística criada pela população para atender suas necessidades com inúmeros tipos de bens e serviços. De acordo com as informações fornecidas pelos relatórios técnicos da NESA, a partir dos cadastros socioeconômicos dos moradores, foram identificadas duas Escolas Municipais, Uma Unidade de Saúde da Família, 17 templos religiosos, área de esporte, associações e uma farmácia popular do governo federal.

Ainda foram identificadas, um total de 593 atividades econômicas desenvolvidas nessas áreas, compreendendo um universo de mais de 500 funcionários. Nos Baixões o comércio e a economia estavam organizados para atender as necessidades da população. As relações interpessoais entre comprador e vendedor, decorriam da confiança entre ambos, uma vez que o comerciante não era visto apenas como um fornecedor ou empreendedor, mais acima de tudo como um conhecido social que compreendia as necessidades dos moradores e com isto também alcançava o seu objetivo primário, comercializar.

Finalmente com a base de amizade consolidada com o comerciante, os compradores tinham a possibilidade de comprar na nota (fiado) para pagar no mês seguinte ou quando recebesse ou ainda adquirisse algum dinheiro para acertar o devido. Desta maneira, passavam anos e anos de suas vidas comprando mantimentos do comércio local, pois tudo era mais fácil, tudo era bom, tudo era perto. Uma moradora entrevistada pondera em sua fala ao dizer

“era bom morar no açaisal, tudo era mais perto, era perto das ruas do comércio, das lojas, da beira do rio, a gente ficou muito distante. Gostava de lá, sinto saudade. Muitos vizinhos foram para outros bairros” (ATINGIDA Ex-moradora do Açaisal, 2019).

As atividades econômicas desenvolvidas pelos moradores dos Baixões eram baseadas no comércio, indústria e serviços. O território às margens do igarapé Altamira apresentava maiores números desses tipos de atividades, contando com 319 estabelecimentos, em virtude de ser um dos lugares com maior adensamento populacional, seguido do igarapé Ambé com 254 e a área da orla do Rio Xingu. Posteriormente veio o igarapé Panelas com 41 estabelecimentos sendo considerado aquele com o menor número. totalizado. Tal informação pode ser verificada no quadro abaixo.

Atividades Comerciais Desenvolvidas nos Baixões				
Atividades	Ambé	Altamira	Orla do Rio Xingu e Panelas	Total
Comércio	96	146	9	251
Serviços	125	156	26	307
Indústria	33	17	6	56
Total	254	319	41	614

Quadro 3. Atividades Comerciais Desenvolvidas nos Baixões

Fonte: Norte Energia, 2011.

Organizado pela Autora

Sobressaem-se entre as atividades desenvolvidas às margens do rio e dos igarapés, a prática da pesca e a venda dos pescados (hábito comum na vida dos moradores). Essa movimentação intensa de pessoas dada na Orla do Rio Xingu, ficou conhecida popularmente como peixaria. Território demarcado simbolicamente pela representividade de pescadores e vendedores que mantinham sua subsistência e renda vinculadas diretamente à atividade pesqueira.

Para a conservação dos pescados, fazia-se presente na organização da paisagem do local as chamadas geleiras ou fábricas de gelo, imprescindíveis para abastecer o comércio local na conservação de produtos diversos, inclusive o pescado do Xingu, a fim de garantir a sua qualidade de venda e suprir as necessidades dos clientes.

Pescador, se não pescar fica sem nada, aqui em casa são nove pessoas que mora aqui, todos depende de mim, tem três crianças que estuda, é difícil, a minha renda não dá mais pra viver não, a gente vive assim que a gente, acostumado com o ganho da gente, a gente se acostuma né, mas quer fazer as coisas não pode, a gente quer da as coisa melhor para as crianças ais não pode. Eu pescava vendia peixe, então lá eu não pagava frete de carro pra mim trazer os motor, os motor está tudo ai hoje, eu pago R\$100,00 reais, se eu não tiver sem reais eu não vou pescar, porque é 50 pra trazer e 50 pra levar, muito difícil as coisas. (ATINGIDO Pescador Ex-morador do Baixão do Aparecida, 2019).

As geleiras eram fornecedoras do gelo para os pescadores e também funcionava como local para comercializar o pescado, nas imagens abaixo temos uma geleira, pescados em isopor, bar e mercearia, construções e residências comerciais próximas ao rio, ou seja, na orla.

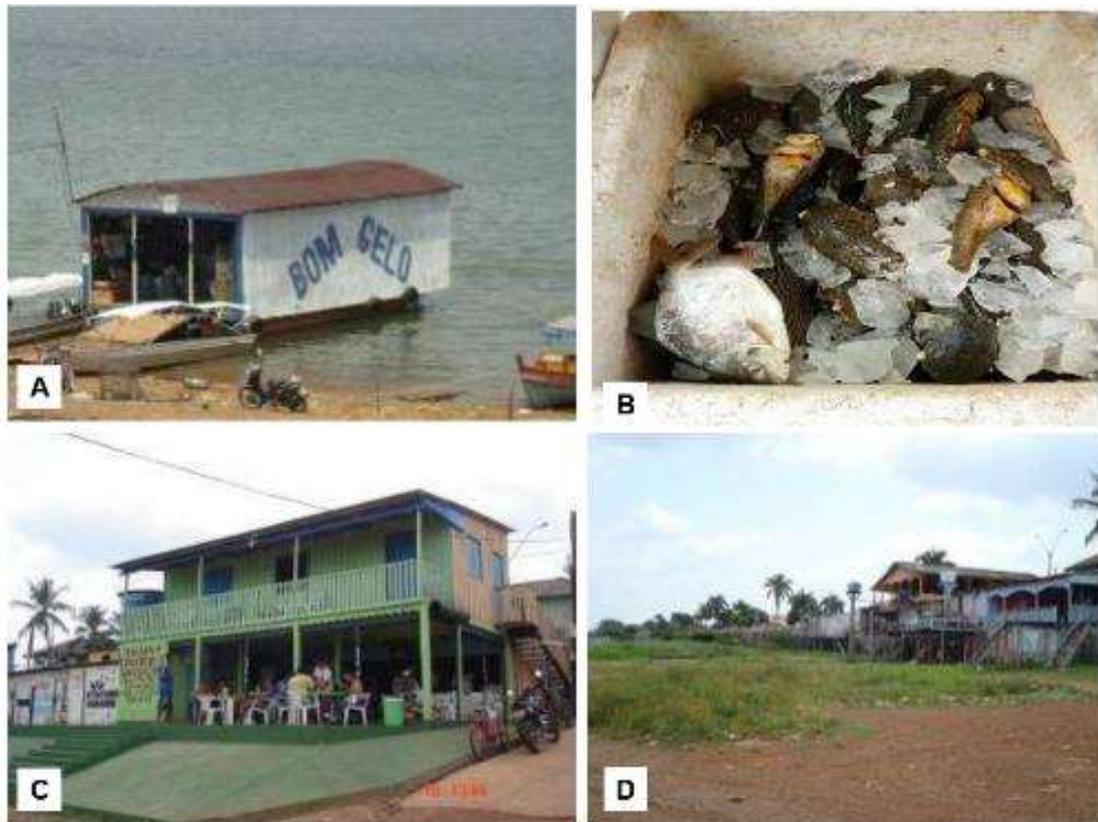


Figura 19. Atividades Econômicas Desenvolvidas Pelos Atingidos
A: Geleira às margens do Rio Xingu; **B:** Pescados; **C:** Bar e Merceria às margens do Rio Xingu; **D:** Palafita na Orla da Cidade às margens do Rio Xingu
Fonte: Norte Energia

Os inúmeros estabelecimentos comerciais nos Baixões constituíam-se como pontos essenciais para a comunidade acessar com maior tranquilidade. Dentre os comércios pode-se destacar a Farmácia Popular do Governo Federal que se localizava nas proximidades da Ponte que ligava o bairro da Brasília ao centro da cidade, conhecido popularmente como Açaizal. Padarias e lanchonetes eram complexos comuns em que o cliente poderia degustar um delicioso salgado (pastel) conjuntamente com um saboroso caldo de cana preparado na hora.

A Farmácia Popular do Brasil⁴ em Altamira, estava localizada próxima a ponte da Brasília, ao lado dela havia um estabelecimento que disponibilizava serviço como xerox e encadernação, mas ao lado havia um ponto com vendas de açaí. A rua em questão denominada de Travessa Comandante Castilho era repleta de pontos

⁴ **Farmácia Popular.** O Programa Farmácia Popular do Brasil foi criado com o objetivo de oferecer mais uma alternativa de acesso da população aos medicamentos considerados essenciais. O Programa cumpre uma das principais diretrizes da Política Nacional de Assistência Farmacêutica. (Ministério da Saúde, 2020)

comerciais que se estendiam até o encontro de duas principais ruas do centro comercial da cidade a saber, rua 7 de setembro e a Avenida Djalma Dutra como se pode observar na imagem.



Figura 20. Antiga Farmácia Popular do Brasil em área impactada
Fonte: Norte Energia

A antiga rua do Ferro velho era conhecida popularmente pelos inúmeros estabelecimentos como: oficinas e borracharia de carros e motos, refrigeração e bicicletarias, este último muito buscado pela população. Existiam também os estabelecimentos de ferreiro e sapateiros, porquanto essa última atividade sofreu uma redução da oferta e serviços para a sociedade e quase se extinguiu. Dentro deste contexto põe-se em evidência os bares que traziam alegria e descontração com seus ritmos musicais embalados de lembranças e nostalgias pelos moradores dos Baixões e faziam toda diferença na organização social daquele espaço.

Na fala do antigo morador do Açaizal é possível perceber o saudosismo dos inúmeros serviços que as famílias tinham à disposição quando residiam nos Baixões.

A vida era bom antes de vir pra cá, nós tinha a vida boa, a gente andava de bicicleta lá no centro da cidade, eu ia fazia as comprinha, a farmácia era na

minha porta, o açougue era na minha porta, uma casa de açaí na minha porta, o colégio era na porta, tudo era perto hoje se você esquece um pedaço de sabão, tem que pegar a moto e ir lá no centro comprar ou aqui em cima, ou no Mateus tem que ser de moto porque se não tu não vai (ATINGIDO Ex-morador da rua do Ferro Velho, 2019).

Outros estabelecimentos característicos que também fecharam, porém, antes marcaram o lazer, o entretenimento e a sociabilidade nos Baixões foram as peixarias. Elas em sua maioria eram localizadas próximas ou às margens (orla) do Rio Xingu e propiciavam a população um lócus de experiência e conhecimento dado pela observação ou pelas vivências de quem as frequentava.

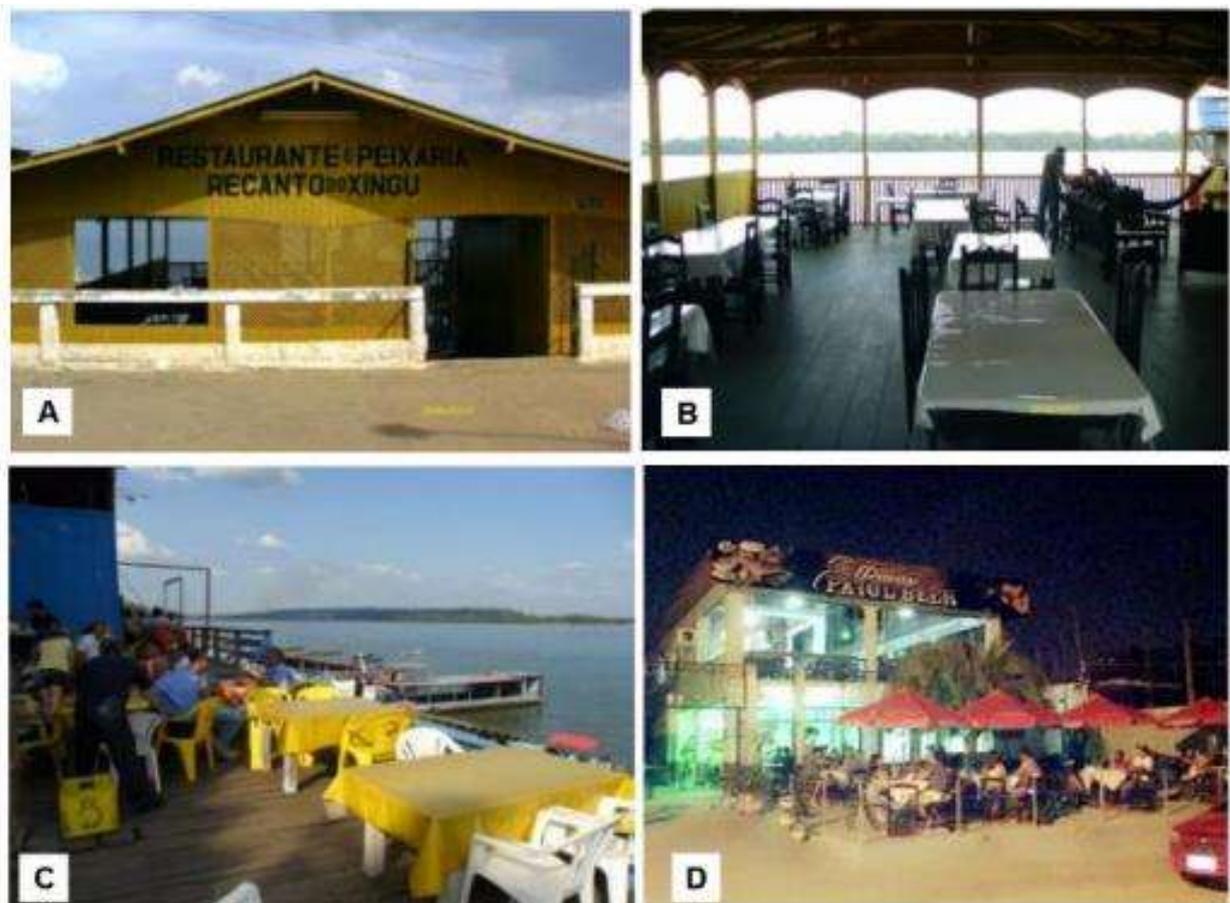


Figura 21. Restaurantes, Peixarias e Barzinhos da Orla de Altamira
A e B: Restaurante e Peixaria Recanto do Xingu; **C:** Peixaria Kaliny; **D:** Paiol Beer.
Fonte: Inventário Turístico de Altamira

Cita-se a exemplo, o Restaurante e Peixaria Recanto do Xingu próximo à concha acústica (espaço destinado à realização de eventos e shows). Outra peixaria muito frequentada pelos altamirenses e por quem visitava a cidade era a Peixaria

Kaliny. Ela foi muito famosa na cidade pela culinária e pela sua arquitetura que adentrava ao rio construída sobre palafitas.

Além dessas, outra peixaria predisposta em palafitas, muito conhecida e apreciada pelo serviço de músicas ao vivo aos finais de semana, cardápio singular e vistas de um pôr do sol ao entardecer, seguidos de noites enluaradas que resplandeciam nas águas verdes do Rio Xingu teve que baixar suas portas após atender ao pedido das condicionantes. Ela era denominada de Paiol Beer.

A figura 21 mostra os locais acima citados, que deixaram marcas culturais irreparáveis para a população local, bem como para os turistas e viajantes que visitavam a cidade.

O bairro Brasília é o maior da cidade de Altamira, sua abrangência territorial decorreu com o avanço da população que adentrou às áreas de florestas, e rompeu a barreira natural do igarapé Altamira com a construção de uma ponte sobre as águas. O ponto característico dinamizado pela população local era a feira livre popular (figura 21) que acontecia aos domingos, inicialmente localizada na rua Abel Figueiredo.



Figura 22. Feira ao Ar Live (Feira da Brasília)
Fonte: Inventário Turístico de Altamira

Aos sábados à tarde principiava os preparativos para a organização do ambiente de trabalho. Ali, os feirantes e produtores rurais reservavam e demarcavam seu espaço montando suas barracas para a comercialização de seus produtos, no dia subsequente. Posteriormente, essa atividade foi transferida para a rua Padre Antônio Viera enquanto a prefeitura municipal da cidade reformulava uma estrutura completa e fixa na rua Isaac Barbosa para que os produtores pudessem exercer seu trabalho com maior salubridade.

A prática da feira ao ar livre, ou seja, a céu aberto na rua, foi desenvolvida no mesmo lugar por muitos anos (rua Abel Figueiredo), sempre com a rua lotada de feirantes e consumidores que iam em busca dos chamados “produtos frescos” para o consumo. Essa atividade de feira ao ar livre foi extinta pela ação da prefeitura após a conclusão da reformulação e adequação de um Ginásio que estava em desuso para que os feirantes/produtores pudessem desenvolver suas atividades. O novo espaço ficou conhecido pelos feirantes e pela população local como feira da Brasília.

Outra atividade muito praticada tanto na feira, quanto em bancas à frente das residências nos fins de tarde durante a semana, era a venda de alimentos regionais como, o tacacá, mingau de milho, vatapá e churrasquinhos. A narração contundente de uma ex-vendedora da rua Anchieta (bairro SUDAM I) mostra de maneira perversa como deixou de praticar sua atividade de tacacazeira após muitos anos de exercício e passou a viver apenas com o benefício de aposentada. Em entrevista foi possível perceber que ela teve que se conformar com o novo jeito de viver ao dizer que

“Vendia tacacá na porta, banana, mingau de milho, trouxe foi dinheiro de lá, se eu não tivesse me aposentado eu não tinha passado bem aqui não, tudo que colocava lá vendia, logo que eu vim pra cá eu me aposentei. Aqui fui inventar de vender tacacá, o camarão estava apodrecendo na geladeira, aqui o movimento é bem pouco, aqui sete horas da noite você olha para cima e para baixo você não ver ninguém, as casas vive tudo fechada é solidão” (ATINGIDA Tacacazeira, 2019).

Ressalta-se que as vendedoras de Tacacá já faziam parte da paisagem corriqueira dos Baixões, porque em quase todas as ruas antigas próximas ao centro da cidade era possível encontrar aos finais de tarde uma banca à frente das casas com a venda de tacacá (prato típico da região norte do país) ou até mesmo em estabelecimentos com uma infraestrutura maior de comercialização da iguaria.

A Amazônia é a região Brasileira que herdou muitas influências dos povos indígenas. Percebe-se isso, principalmente na gastronomia dos povos que nela

vivem. Essa influência foi sentida e comprovada em todos os estados da região. Contudo o Pará se destacou pela culinária com o sabor mais brasileiro.

Esta cozinha mestiça prepara seus pratos à base de produtos regionais. Não obstante alguns produtos como a mandioca e seus derivados se destacam no preparo de diferentes pratos e molhos, a exemplo cita-se a farinha de mandioca, o beiju, o tucupi⁵, com este último prepara-se o pato no tucupi, um prato típico da região muito apreciado nos lares das famílias paraenses, bem como o tacacá.



Figura 23. Hora do Tacacá, Obra de Antonieta Santos Feio, 1937

Fonte: Acervo do Museu de Belém.

Confeccionado à base de derivados da mandioca o tacacá é um alimento que exige uma preparação elaborada juntamente com o camarão, jambu e a pimenta, comensurando um valor identitário à população. Este alimento normalmente era vendido pela tacacazeira nas portas de suas casas, muitas vezes se tornando uma

⁵ O tucupi é um preparo típico da Amazônia, feito com o caldo da mandioca, após o caldo ser extraído da mandioca, ele passa pelo processo de cozimento, é e utilizado no preparo de diversos pratos e para o uso na produção de molhos de pimenta.

importante fonte de renda como destaca Costa na Revista Brasileira de Geografia (COSTA, 1970):

Diariamente nas praças e esquinas de determinadas ruas, encontram-se a vendedora de tacacá, com trajes geralmente brancos, impecavelmente engomados, sentadas no seu banco, tendo à frente o tabuleiro forrado com toalha branca, onde se encontra a panela de coma cozida e várias cuias com inscrições e decorações, por vezes bastante bizarras. Estas cuias, aliás, constituem um dos artigos comerciais típicos da Amazônia, sendo encontradas nos aeroportos. As mais famosas são as de Santarém, pelas suas pinturas e trabalho a ponta de canivete (COSTA, 1970, p. 8).

Sobre as tacacazeiras, as mesmas ainda faziam uso de molhos de pimenta (COSTA, 1970) “Existe, ainda, neste tabuleiro, uma tigela grande com molho de pimenta de cheiro, malagueta ou murupi coberta com pires, quando descoberto exala um cheiro agradável e convidativo”. O uso de variados tipos de pimenta era muito marcante nessa região. O gosto e o cheiro variavam do mais suave, que só proporcionava sabor ao alimento até aos mais fortes que causavam ardência ao paladar de quem degustava o tacacá.

Segundo estudos culinários, o tacacá sempre foi servido bem quente em cuias acompanhado de jambu e camarão. Para além deste preparo, é necessário manter a iguaria em altas temperaturas, ou seja, a panela deve estar sempre no fogo “num fogareiro de carvão, constantemente acesso, está à panela com jambu e camarão, que aí é colocado em pequena quantidade, principalmente as cabeças, para acentuar o gosto (COSTA, 1970)”. Menciona-se que o hábito de tomar tacacá faz parte da cultura dos povos da Amazônia e por conseguinte de seus descendentes.

2.2.1. Os Alagamentos nos Baixões

Uma das consequências inegáveis trazidas a população foi o grande volume de água acumulado na bacia do Rio Xingu ocasionando grandes alagamentos e prejuízos às famílias e que muitas vezes perdiam quase tudo o que possuíam como móveis e eletrodomésticos devido a intensidade das águas. Os Baixões eram espaços que foram sendo ocupados desordenadamente sem nenhum acompanhamento técnico que orientasse as famílias onde elas deveriam realizar suas edificações, ou seja, as pessoas iam se fixando de acordo com suas necessidades.

Devido a esse processo de espraiamento desordenado de ocupação não houve um planejamento prévio para impermeabilizar o solo ou mesmo canalizar as ruas para evitar as enchentes que em todo o inverno amazônico ocorria devido às fortes chuvas que faziam igarapés e rio transbordar.

Na imagem abaixo (figura 24) Lê-se a notícia que as enchentes em Altamira desabrigavam e impulsionavam forçosamente as pessoas saírem de suas casas à procura de apoio em casas de parentes ou abrigos da prefeitura.

Enchente desaloja mais de 400 pessoas em Altamira

Publicado 8 anos atrás em 2 de março de 2012
Por **Folha do Bico**

O Movimento Xingu Vivo Para Sempre, entidade contrária a construção da hidrelétrica de Belo Monte, denunciou esta semana que desde o final de janeiro deste ano, cerca de 400 pessoas já foram deslocadas de suas casas por conta da repentina cheia causada pelo barramento provisório de um canal do rio Xingu, na área de construção da usina.

As famílias desalojadas moram nos igarapés (pequenos braços de rio comuns na região amazônica) Ambé, Panelas e Altamira, e também nas margens urbanas do rio Xingu. Os principais bairros afetados foram o Boa Esperança, Baixão do Tufi, Açaisal, Invasão dos Padres e Jardim Independente II. A entidade afirma que o alagamento tem atingido inúmeras moradias dos chamados baixões, os bairros mais pobres da periferia da cidade, ocupados por casas de palafita, às margens do rio e canais d'água.

Figura 24. Noticiário Sobre a Enchente de 2012 em Altamira

Fonte: Folha do Bico, 2012.

A cidade de Altamira sempre foi atingida por enchentes no período do inverno amazônico, o histórico de enchentes do Rio Xingu e seus afluentes são antigos e remonta-se há muitos anos. Uma das cheias mais intensas ocorreu no dia 12 de abril do ano de 2009 e deixou milhares de famílias desabrigadas, era um domingo de Páscoa. Naquela data o dia amanheceu muito chuvoso, e o volume de água impulsionou para o rompimento de barragens particulares ao longo do igarapé Altamira, deixando a população suscetível e vulnerável diante das precárias condições de moradia.

Calculou-se que cerca de 20 mil famílias tenham sido atingidas com as cheias daquele dia e mesmo que manchetes em noticiários considerem que a enchente de 2009 foi uma das piores ocorridas na cidade, existem outros registros de ocorrência

sobre enchentes que afetaram também outras épocas de maneira contundente, quer dizer, o histórico de enchentes na região do Xingu remonta há anos, Oliveira et al (2015) evidência que

Apesar do ano de 2009, ter sido um marco, Altamira em virtude de uma grande enxurrada que culminou com uma extensa área afetada e elevado número de desabrigados. A literatura e o acesso a informações de jornais impressos apontaram para outros anos importantes para o fenômeno das inundações em Altamira foram 1974, 1978, 1982, 1985, 2006 e 2009. Os meses de março e abril apresentaram-se como os meses de maiores registros de inundações. Entretanto, desde o início do século 20, os jornais noticiam enchentes no estado do Pará. Os anos de 1926, 1947 e especialmente 1957 são referências em inundações fluviais e enchentes em cidades ribeirinhas como Tucuruí, Marabá e Altamira (OLIVEIRA; ROCHA; BARBOSA, 2015, p. 6).

O Rio Xingu acumula grandes históricos de enchentes notáveis “Ano de 1957 é apresentado como referência com uma das maiores do século XX sendo comparado a um dilúvio” (OLIVEIRA, 2014). Na figura 25 trazem duas manchetes de jornais mostrando a ocorrência de cheia em Altamira e abaixo duas imagens do dia 12 de Abril de 2009, conhecida como a maior enchente do século XXI.



Figura 25. Noticiário Sobre as Enchentes em Altamira

Fonte: O Liberal, 14 de abril de 2009. p.11; A província do Pará em 28 de abril de 1957, p. 8.

Os alagamentos são apontados pelos entrevistados como um dos maiores desafios enfrentados pela comunidade. Uma antiga moradora do Baixão do Tufi expõe a seguinte informação.

Hoje a vida é melhor nessa situação quando morava lá, no verão era ótimo, mais quando começava o inverno, tinha noite que a gente dormia só um pouco e já ia lá ver se a água estava subindo, a nossa casa era baixa, principalmente quando as crianças eram pequenas com medo de morrer afogada, então aqui pra mim está bom, não tem que está saindo as carreiras com as coisas na cabeça cassando um lugar para ficar (ATINGIDA Ex-moradora do Açaizal, 2019).

Os alagamentos ainda são uma constante em Altamira, cerca de 500 famílias da área conhecida como Lagoa no bairro Independente I, ainda sofrem constantemente com essa problemática e acredita-se que tenha se agravado após a construção da hidrelétrica de Belo Monte, uma vez que, este lugar ainda sofre com inundações mesmo durante o verão amazônico. Basta somente uma chuva mais forte para que a área da Lagoa inunde. A população desse local, juntamente com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) lutam na justiça para serem reconhecidos como atingidos por Belo Monte. O IBAMA já os reconheceu como sendo atingidos por Belo Monte e determinou a Norte Energia que efetuasse o cadastramento socioeconômico dos moradores da Lagoa.

Esse ano, no mês de junho de 2020 a Assembleia Legislativa dos deputados do Pará, aprovou a lei que os reconhece como atingidos por Belo Monte. Essas famílias aguardam a manifestação do empreendedor e da Justiça Federal. No início do ano a Norte Energia após determinação judicial retirou algumas famílias e concedeu o chamado “aluguel social” para elas, mas, ainda existem muitas famílias à espera de uma definição das medidas a serem tomadas pela empresa.

2.3. O Deslocamento Compulsório dos Atingidos: O Anúncio Do Fim Dos Baixões

Com a concessão da licença prévia para a construção da UHE, as pessoas que se encontravam nesses locais, passaram a ser consideradas atingidas pelo empreendimento, pois se encontravam abaixo da cota 100, vinculadas às áreas diretamente afetadas por Belo Monte.

Para a desapropriação dos atingidos, faz-se o uso da força da lei para liberação dessas áreas com fins de utilidade pública. Esse processo permite que seja desocupada/desapropriada qualquer área desde que considerada de interesse público. A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) diz que “A declaração de utilidade pública é um ato administrativo que deverá emanar do poder executivo, conforme o decreto federal do Art. 6º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriação e instituição de servidão administrativa por utilidade pública”. Dados da Norte Energia apontam que a

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, mediante a Resolução Autorizativa 3293, de 20 de dezembro de 2011, declara de utilidade pública, em favor da Norte Energia S.A., as áreas de terra necessárias à implantação da UHE Belo Monte, localizadas no Município de Vitória do Xingu, Altamira e Brasil Novo, Estado do Pará (NORTE ENERGIA, 2012).

Com a Lei 9.074, de 7 de julho de 1995, ficou delegado a Agência Nacional de Energia Elétrica a competência de declarar de utilidade pública todas as áreas de terra necessárias à implantação das instalações de usina hidrelétricas. Vainer (2007) considera que a declaração de utilidade pública, pode fornecer ao empreendedor pleno poder de negociação para com as pessoas que serão removidas. Impondo a elas os seus valores, acarretando sérias violências no processo de negociação com os atingidos por estes tipos de empreendimentos.

A declaração de “utilidade pública” concede *de facto* ao concessionário o poder de impor, à margem de qualquer negociação, o valor das indenizações; mesmo porque, se algum proprietário, renitente, decidir submeter o preço a arbitragem em juízo deverá pagar seu tributo à morosidade da Justiça. A violência assim exercida é tanto maior quando se tem em vista que esse poder de desapropriação, em nome do interesse público, é transferido pelo Estado a empresas privadas cujo único e exclusivo fim é a maximização de seus próprios lucros. Entende-se a declaração de utilidade pública nos casos de prestação de serviços públicos de luz e energia, mas ainda será necessário um grande esforço dos juristas para explicar qual pode vir a ser a utilidade *pública* de um aproveitamento hidrelétrico no qual uma empresa *privada* utiliza um potencial hidrelétrico, que é patrimônio da nação, para abastecer de eletricidade uma planta industrial de sua propriedade (VAINER, 2007, p. 124).

É comum na implantação de grandes empreendimentos como o de usinas hidrelétricas, a necessidade da retirada dos indivíduos das terras e/ou locais que precisam ser usadas no processo de instalação. Para a construção de um novo

reordenamento territorial que atenda às necessidades dessas obras, e o deslocamento compulsório de pessoas é a triste realidade.

Os deslocamentos compulsórios podem ocasionar mudanças em múltiplos aspectos da vida dos atingidos, trazendo-lhes perdas em muitas dimensões de suas vidas: sociais, econômicas, culturais, podendo acontecer individualmente e/ou coletivamente. Os moradores dos Baixões sofrem com as mudanças que alteraram profundamente o seu cotidiano.

Belo Monte é uma história, risos antes de Belo Monte as família era mais próxima, a rua dos operários era praticamente só da nossa família, antes a metade da rua era nossa familiar, a questão familiar quebrou a estrutura, questão financeira as coisas só aumentaram, nem todos os familiares veio para o bairro, não foi a mesma proposta que a Norte Energia propôs quando toda reunia que eles fazia falavam que a rua ia permanecer quando mudasse, quando tivesse o reassentamento que todos permaneceria perto um do outro, que seu vizinho da direita e vizinho da esquerda ia permanecer e no momento da distribuição a gente não soube qual foi o critério de escolha que eles estiveram, né acabou que cada um ficando em um bairro, tipo eu minha mãe e meu irmão a gente mora nesse bairro, a minha irmã já mora em outro bairro, e eles estão nesse bairro porque compraram, eles compraram a casa aqui, porque se não eles nem tinham ficado aqui, e era um desespero, ela comprou em outro bairro o medo de ir para outro bairro mais longe ainda, tipo assim tem suas certas desvantagens né, mas também se a gente não tivesse colocado o pé na parede a gente tinha ido pra mais longe mesmo na hora eles não queria ne saber não está pronto, não vai nun sei o que, eu falei moço eu não estou morando de aluguel não, eu oro na minha casa eu vou esperar a casa do São Joaquim fica pronta, eles davam pressão mesmo para as pessoas mudarem, foi tudo diferente do que estava nas reuniões e tudo, na verdade as atas deles não serviu de nada porque no momento da escolha não teve esse negócio não eles diziam que era ali e pronto não respeitaram o PBA, se a gente for colocar na integra nem a metade do PBA eles não cumpriram, você vê pela estrutura da cidade, nunca acaba uma obra, nunca vai acabar você tira por esse bairro, está com 4 anos que eles entregaram esse bairro e a gente já vê as condições de abandono do bairro, ainda nem entregaram para a prefeitura e quando entregar para a prefeitura como é que vai ficar a situação das pessoas, é totalmente diferente (ATINGIDA Professora, 2019).

A construção de usinas hidrelétricas constitui-se em empreendimentos que quase sempre está associado a desalojamentos e consequentes deslocamentos compulsórios. A construção de hidrelétricas na Amazônia tem avançado e retirado milhares de famílias que residem em áreas impactadas pela inundação dos lagos dessas Usinas Hidrelétricas erguidas nessa região.

São ocasionadas mudanças socioespaciais que acabam inserindo no espaço urbano outras dinâmicas. No processo de desterritorialização desses grupos sociais não só provoca a saída de seus antigos lugares de moradia, como também ascende

a perda do vínculo territorial. A moradora da rua do Ferro Velho (rua Fausto Pereira) bairro Aparecida frisa sobre esse aspecto.

A vida era ótima, eu criei os meus filhos todos lá, graças a Deus nunca ofenderão os meus filhos e meus filhos nunca ofenderam ninguém, até hoje vem gente me visitar, os meninos, tem uns que é de lá do mesmo bairro que nos moravam, aí tem outros que foram para outros lugares, meus filhos mesmos ficaram tudo distante, só tem um aqui e uma ex-nora que morava no ferro velho na esquina da primeiro de janeiro (morou quase 30 anos lá). Muitos amigos não vejo mais, tem gente, outro dia minha menina encontrou uma conhecida minha, ela morava na rua do SESP. Eu morava do lado de lá, ela disse que chorou que só com minha menina, porque nunca mais me viu. (ATINGIDA Ex-moradora da Rua do Ferro Velho, 2019).

O deslocamento compulsório traz consigo a perda de vínculos sociais e territoriais, o contato com os vizinhos de toda uma vida, de seus templos religiosos e de seus pastores, famílias que antes viviam próximas acabam por serem separadas no decorrer desse processo. Abaixo é possível identificar na interlocução de um morador do açazal em entrevista realizada no ano de 2019, como ele rememora sua vida antes da mudança para o novo bairro.

Era muito bom lá, a minha vida foi lá, prejudicou muita gente, a gente perdeu os amigos, eles não vinheram para perto de mim, só pessoas estranhas, eles falavam vocês vão ter os amigos os amigos vão ficar perto de vocês, nunca vinheram entendeu, a gente quer ver os amigos tem que anda tem que ir atrás ir no laranjeiras que é longe, no Água Azul que é longe (ATINGIDO Ex-morador do Açazal, 2020)

Nesta perspectiva, Vainer (2003) chama à atenção para o entendimento do que é ser atingido, ele ressalta que dependendo do contexto “ao abordar o conceito de “atingido”, é necessário deixar claro o contexto e o sentido do debate, de modo a explicitar o que é que está em jogo”, remetendo-se ao reconhecimento legítimo de atingido lhe concedendo o direito de serem assistidos e indenizados pelas perdas ocorridas no processo de desenvolvimento dos projetos.

No Brasil, por muito tempo, segundo Vainer (2003), se teve a concepção de “abordagem ou estratégia territorial patrimonialista”, considerando por atingido, a pessoa detentora de um título de propriedade. Nessa concepção era considerado atingido apenas o proprietário de um imóvel. No processo de Belo Monte pode ser observado algumas particularidades com essa prática, no processo de identificação da população e cadastramento socioeconômico desta, eram solicitadas à população a documentação dos terrenos/imóveis. Não havendo comprovação do título de posse

em seu nome, as pessoas tinham que conseguir uma conta de energia em seu nome referente ao ano da criação dos loteamentos. Outro requisito cobrado dos moradores dos Baixões era o talão de IPTU em dias, e quem era isento do pagamento teria que solicitar à prefeitura uma declaração.

Durante a pesquisa de campo, foi relatado pelos moradores do RUC São Joaquim que no processo de cadastramento eram solicitados a eles muitos documentos e, muitas pessoas não tinham determinados documentos e sofreram para pode conseguir ser reconhecido como atingido por Belo Monte, mesmo morando há anos no mesmo local. As pessoas que possuíam documentação de doação do terreno feita pela prefeitura foram consideradas posseiras dos terrenos que habitavam, como pode se observar na fala dessa moradora do antigo Baixão do Tufi:

“Lá na Norte Energia nós estamos como posseiro, e eu tenho o documento, quem não tinha, tinha que ter o talão de luz de quando chegou energia lá no Baixão, a sorte que eu sempre guardei, eu tinha um velho, ai queria IPTU, muita gente se via aperrado, tinha que ter duas testemunhas” (ATINGIDA Ex-moradora do Baixão do Tufi, 2019).

As pessoas começaram a serem desligadas de seu convívio social e de suas moradas mesmo antes de serem removidas fisicamente, mediante o incômodo da exigência comprobatória documental que o empreendedor fazia ao morador no intuito de confirmar se a casa que morou maior parte de sua vida era realmente dele, desconsiderando toda sua vivência e impactos sofridos naquele território; era como se fossem invisíveis ou não existisse essa possibilidade. Tudo isto, para assegurar o direito de serem reconhecidos como atingidos, e garantir o direito às indenizações.

O processo de deslocamento provocou danos e traumas irremediáveis para a pessoas que foram remanejadas bruscamente dos Baixões, *“o deslocamento compulsório é das piores violências que as pessoas vivem, não mata o corpo, mas mata a alma o espírito, muitas famílias vinham até a gente falar de como estavam sendo tratados” (ATINGIDA Líder do Movimento Xingu Vivo, 2019).*

Vainer (2003) ainda traz a concepção hídrica, que vai além dos proprietários, considerando aqui o atingido como aquele que será inundado pelos lagos das Usinas Hidrelétrica, estabelecendo um número bem maior de pessoas atingidas.

Uma outra concepção que, de certa maneira, continua predominando, senão nas elaborações conceituais, pelo menos na prática, é a que chamamos de *concepção hídrica*, e que identifica *atingido* e *inundado*. Mesmo quando

reconhece os não proprietários – isto é, os ocupantes, posseiros, meeiros, etc. - esta perspectiva tende a circunscrever espacialmente os efeitos do empreendimento estritamente à área a ser inundada. Neste caso, *atingido* passa a ser entendido como inundado e, por decorrência, como *deslocado compulsório* – ou, como é corrente na linguagem do Banco Mundial, *reassentado involuntário* (VAINER, 2003. p. 3).

Depois de realizados os cadastros socioeconômicos dos atingidos por Belo Monte, a empresa responsável pelo empreendimento fixava placas de identificação do imóvel para o controle da fiscalização das áreas afetadas pelo empreendimento. De acordo com a NESÁ (2011) “quanto ao Controle e Fiscalização das Áreas Afetadas, foi iniciada no mês de abril a instalação de placas indicativas de Congelamento da Área pelo Programa de Interação Social e Comunicação”. Muito antes das pessoas serem retiradas das suas casas, já tinha sido retirado o direito de seus terrenos, dado que as placas indicavam como o próprio empreendedor colocava o congelamento dessas áreas.

Essa população começou receber visitas no ano de 2011, e imediatamente foram orientadas e outras proibidas de construir em seus terrenos. Além disso, as indagações e dúvidas como, para onde iriam ser realocadas ou onde seriam suas novas moradas, não eram respondidas pelo empreendedor. Tudo parecia um mistério, ninguém informava ou indicava uma certeza. Apenas no ano de 2014, que os moradores ficaram sabendo que iriam ser e removidos e encaminhados para um determinado reassentamento distribuídos em um dos 5 RUCs. Houve também casos de pessoas que foram orientados a não fazer modificações em seus lotes e casas e depois com o encaminhar dos processos foram reclassificados como não atingidos, mais uma das muitas controvérsias promovidas pelas intencionalidades fascistoídes que a políticas totalitárias e espoliadoras práticas em Belo Monte permitiu.

O Cadastro Socioeconômico (CSE), base para a iniciação desse processo, totalizou 7.790 cadastros aplicados abaixo da cota 100,00 m, do qual se apurou que seriam atingidas pelo futuro reservatório da UHE Belo Monte 5.141 ocupações ao longo dos igarapés Ambé, Altamira, Panelas e da Orla do rio Xingu. Esses dados foram apurados pelo reconhecimento de campo, com data de corte de 25 de janeiro de 2013. Nestes se encontram 5.141 famílias residentes, além de pessoas jurídicas, espólios, não residentes e outros, perfazendo um total aproximado de 19.000 pessoas diretamente atingidas pelo Reservatório Xingu na área urbana (NORTE ENERGIA, 2011. p.3).

Baixão do Tufi - Bairro Brasília e Açaizal - Catedral existiam nessas áreas abaixo da cota 100, o número 7,790 cadastros aplicados nas áreas diretamente

afetada garantindo um total de 5.141 famílias e comércios, com cerca de 19 mil pessoas. Os cadastros das famílias foram realizados pela empresa durante o ano de 2011 e 2012, mas somente em 2013 foi que o caderno de preços foi aprovado pelo IBAMA.

2.3.1. O Baixão como identidade do/meu lugar

A saída forçada de populações dos seus territórios de origem ocasionada por construções de usinas hidrelétricas como a de Belo Monte podem vir a culminar na “perda do espaço concreto de moradia e sobrevivência, e, conseqüentemente, das referências culturais, econômicas, sociais e espaciais” (WANDERLEY, 2009, p. 480). As mudanças perpassam por diferentes campos da vida dessas pessoas, desde o físico, econômico, social, familiar e cultural.

O processo de deslocamento compulsório influencia, na perda da identidade social do indivíduo, no seu grupo de vivência, nos lugares em que viveram ou ainda influi por toda a sua vida. Essas mudanças ultrapassam o espaço físico, ao atingir a vida dessas populações em suas várias dimensões, sejam elas socioemocional, psicoemocional, psicossocial, socioespacial, entre outros aspectos que influenciam diretamente na vida dos atingidos por barragens. Para Vainer (2008) o “processo de mudança social e físicas interferem em várias dimensões e escalas, espaciais e temporais” (VAINER, 2008, p. 5).

As perdas ocorridas na vida da população deslocada e reassentada, vai além das econômicas e materiais, particulares e coletivas, provocando fragmentação social e perdas profundas no âmbito cultural, (OLIVER-SMITH, 2009, IFC, 2012, *Apud* FGV, 2018).

provocam rupturas no tecido social e danos à saúde física e mental dos atingidos, sendo o empobrecimento multidimensional sua principal consequência, abarcando a deterioração das condições de vida em razão da perda de fontes de renda, a fragmentação das relações de vizinhança, perdas imateriais e culturais (OLIVER-SMITH, 2009, IFC, 2012 *Apud* FGV, 2018, p.7).

Os símbolos como o Rio Xingu, as suas casas, os templos religiosos, a perda da proximidade com centro, podem ser entendidos como marcas sofridas pela perda

do território com a concretização do processo do deslocamento dos Baixões da população atingida, uma vez que essas pessoas recordam com saudades a vida que ali levavam:

minha vida era muito boa, o movimento que eu vivia, os filhos os vizinhos tudo perto, agora se espalho tudo, aquela vizinhança que morava tudo em uma rua só, tão agora lá pelo Casa Nova Jatobá, tudo distante. Ficou uma solidão muito grande o, ainda enchi o quintal todo de planta ai, minha filha diz mãe aqui parece uma colônia mesmo, a senhora já mora num lugar desse e ainda fica plantando planta, se não planta a gente morre de calor quente demais (ATINGIDA Tacacazeira, 2019)

As igrejas eram edificações consideradas símbolos da profissão de fé dos moradores que viviam nas áreas diretamente afetadas e marcavam a paisagem dos Baixões de Altamira, esses templos religiosos eram vistos como parte do contexto sociocultural pelos grupos de indivíduos não somente porque as frequentavam, mas também por terem contribuído em suas construções.

Na figura 26 (A) há um templo da igreja Adventista do Sétimo Dia que se localizava na Rodovia Ernesto Acioly, no bairro Aparecida no setor do Igarapé Ambé, e na figura (B) ao lado, acha-se a Igreja do Evangelho Quadrangular do Baixão do Tufi, no setor do igarapé Altamira.



Figura 26. Símbolos Religiosos

A: Igreja Adventista do Sétimo Dia no Baixão do Aparecida; **B:** Igreja do Evangelho Quadrangular no Baixão do Tufi.

Fonte: Norte Energia

Na ciência geográfica o significado do lugar, é entendido a partir das vivências e experiências do/no meu/seu lugar. Desta forma, Oliveira (2014) diz que o significado

de lugar “são pensadas em termos geográficos a partir da experiência, do habitar, do falar e dos ritmos e transformações” (OLIVEIRA, 2014, p.15). Os Baixões para os seus antigos moradores, hoje é um lugar pensado com muita lembrança e nostalgia. O sentimento da falta das relações sociais criadas e compartilhadas com os familiares, vizinhos, amigos, comerciantes, enfim, com toda uma organização social criada e mantida pela população do território dos Baixões que eram característica de vida dessa população deixaram marcas de um regresso irreal.

Os Baixões foram lugares construídos para atender às necessidades dos seus moradores. Tudo foi planejado de acordo com a realidade de vida do lugar. Isto é, as igrejas expressavam o modo de adoração de cada religioso. O Bar expressava a alegria e a diversão, o hospital acudia o paciente de forma curativa e preventiva. A farmácia prestava o serviço de vendas de medicamentos de acordo com a condição do morador. O comércio funcionava de acordo com as características e as peculiaridades do cotidiano da comunidade existente e tudo era considerado “pertinho”. O lugar está intrinsecamente ligada a uma dimensão espacial, ou melhor, a nossa dimensão de espacialidade.

O hospital era bom demais, a gente morava bem pertinho, não precisava desse negócio de está pegando moto taxi para ir no hospital pra lugar nenhum ia de pé mesmo, ficava tudo pertinho, no centro mesmo, lá tinha supermercado tudo era pertinho, farmácia e tudo (ATINGIDA Ex-moradora do Açaizal, 2019).

Entende-se que o lugar é carregado de memórias individuais e representa o conjunto de diferentes campos de vida, “é o lugar experienciado como aconchego que levamos dentro de nós ou o lugar consciente do tempo social, histórico, recorrente e mutável, no transcorrer das horas do tempo em um espaço sentido dentro de um lugar interior ou exterior” (OLIVEIRA, 2014, p. 15). O lugar é lembrado como símbolo dos amigos, vizinhos e equipamentos de infraestrutura que faziam parte do seu cotidiano no Açaizal.

Quando penso no Baixão lembro dos meus vizinhos que era, era não, são, muito bom, era porque agora ninguém sabe pra onde tão, tinha muito deles, os vizinhos acabaram indo pra longe. Tudo era mais próximo, hospital postinho, aqui tem um postinho mais só essa ladeira para subir. Fui levar meu pai para o curativo anda e que meu filho estava em casa para levar ele hoje, perto das coisas. Eu era doméstica (empregada doméstica), hoje sou uma desempregada. Só teve mudança de moradia, está melhor. Muita distância das coisas ficou mais rui pra mim (ATINGIDA Ex-moradora do Açaizal, 2019).

Os lugares podem adquirir identidades conforme as pessoas vão se especializando e/ou se territorializando, isso acontece “mediante as diversas dimensões espaciais” (OLIVEIRA, 2014, p. 12), suscitando amor pelo lugar e por tudo que nele se transforma. As populações remanejadas para o RUC São Joaquim padeceram com a perda do lugar de forma repentina, mas, a lembrança do lugar/território se manterá para sempre em suas memórias afetivas ao recordarem os Baixões.

Segundo Oliveira (2014),

Todo lugar adquire identidade mediante as diversas dimensões espaciais, tais como: localização, direção, orientação, relação, território, espaciosidade e outras. É relevante, também, relacionar o espaço/lugar como o tempo, pois em três momentos este se torna aqueles: tempo como movimento, sendo lugar como pausa; afeição ao lugar como função do tempo; e lugar como tempo tornado visível ou lugar como lembrança. Em suma, lugar é um mundo de significados, a um tempo estático e a outro dinâmico; são caminhos que se torna lugares significativos. (OLIVEIRA, 2014. P. 12).

Essa identidade ao lugar é refletida nas falas dos atingidos entrevistados durante a pesquisa de campo, realizada junto à população deslocada/remanejada para o Reassentamento São Joaquim de forma compulsória pelo empreendedor de Belo Monte, como explicita a atingida ex-moradora do Baixão do Aparecida.

*Se eu pudesse eu não tinha saído de lá, mesmo nas condições, as vezes as pessoas fala você ainda lembra, eu digo eu lembro, eu vivi foi mais de 20 anos lá, eu falei vou ter que deixar a minha casa acostumada com tudo com o lugarzinho, pra mim foi um pouco difícil mesmo a casa sendo melhor o pessoal falava foi difícil pra mim assim, **a gente mudou porque não tinha outro jeito né, mas se a gente pudesse, sentimento de saudade** (ATINGIDA Ex-moradora do Baixão do Aparecida, 2019).*

As populações residentes nos Baixões sofreram não somente a violação identitária, como também sua estrutura social ficou comprometida, em decorrência dos danos repentinos em nome do desenvolvimento. Com o fim do remanejamento das famílias, o espaço foi planejado estrategicamente para a construção de obras que fossem capazes de revitalizar aquele perímetro urbano.

Relph (2014) ressalta que o lugar deveria ser símbolo de continuidade:

Nossas experiências de lugar, no entanto parecem resistir ao tempo. Construções, estradas e costumes locais, que são as manifestações mais óbvias de uma lenta mudança do cenário variável de vidas individuais. Retornamos ao lugar onde crescemos e embora possa haver novas

construções e pessoas, isso permanece no mesmo lugar. **No caso do lugar ter sido completamente reconstruído, ficaremos consternados, pois lugar implica continuidade (RELPH, 2014, p. 28).**

O espaço construído pelos moradores que com o passar do tempo tornou-se lugar de vida, de aconchego e segurança, agora era percebido distante, envolvido apenas no imaginário, visualizado apenas na memória, carregado de sentimentalismo improvável. Aquele pertencimento outrora sentido, estava cada vez mais distante, servia apenas para contação de histórias. Contudo, mesmo que o tempo tenha levado o lugar vivido, ele sempre será lembrado como o melhor. Essa expressividade pode ser percebida nas palavras do pescador atingido ex-morador do Açaizal que ao ser entrevistado, remetia-se sempre aos outrora, ou seja, um lugar memória destituído de existência material.

Adorava mora lá, até hoje quero ir pra lá, melhor lugar de morar, onde corria dinheiro, tinha dinheiro, a gente pescava à vontade tudo era mais fácil. Depois que a gente veio pra cá é acabou, acabou a vida da gente, porque lá a gente arrumava dinheiro fácil tinha emprego, depois que essa barragem veio pra cá acabou, acabou a vida da gente (ATINGIDO Pescador, 2019).

O deslocamento dessa população atingiu a identidade dos indivíduos, trazendo também uma desestruturação na economia, fato observado na fala do pescador e morador do Açaizal quando recorda o Baixão como o lugar que “corria dinheiro”, que ele podia exercer sua atividade pesqueira e que a fonte de renda financeira era suficiente. Vê-se que cada palavra pensada e dita trazia um significado de que “o lugar é considerado como o suporte essencial da identidade” (BESSIÉ, 1999, p.166), o lugar onde se podia “pescar à vontade”.

Os moradores dos Baixões tinham uma identificação de pertencimento, de fazer parte do lugar, de fazer parte do Rio Xingu, dos igarapés. Essas eram as suas referências de vida social, das relações com os demais indivíduos de um determinado local, compreendendo desta forma, que “a identificação consiste em se assemelhar a qualquer coisa ou a qualquer um e se traduz, principalmente, tanto para o indivíduo como para o grupo, por um sentimento de pertencimento comum, de partilha e de coesão sociais” (BESSIÉ, 1999, p.160).

O Baixão é lembrado pelos atingidos entrevistados como um espaço de vivência partilhada, de lutas e sonhos, onde familiares e amigos podiam aprender e ensinar sobre seus modos de vida no lugar, anseios e frustrações faziam parte das

suas histórias de vida. Assim sendo, a primazia daquele lugar era essencial para se viver.

2.4 O Fim dos Baixões

Com a implantação do complexo Hidrelétrico de Belo Monte no Rio Xingu, as pessoas que residiam nas áreas dos Baixões, que estavam abaixo da cota 100m, e correspondia à ADA Urbana, foram realocados para outros lugares da cidade. Mediante o desenvolvimento das obras e a implantação das condicionantes, os reassentamentos urbanos coletivos planejados e construídos pelo empreendedor ficaram prontos em meados do ano de 2014, as famílias começaram a ser removidas dos Baixões para fixar moradia nos RUCs.

O Estudo de Viabilidade do empreendimento, particularmente os estudos de remanso, indicou que o efeito de uma cheia com tempo de recorrência de 100 anos, na área urbana de Altamira, seria a mesma com e sem o reservatório, alcançando a cota 100m. Sendo assim, foi considerada como área de abrangência para a remoção da população urbana, todos residentes abaixo da cota 100m, localizados ao longo dos igarapés Ambé, Altamira e Panelas, além de um trecho da orla do rio Xingu na área urbana (NORTE ENERGIA, 2011).

Cabe aqui dizer que nos anos de 2011 e 2012 a NESA por meio de empresas terceirizadas como a Carta Engenharia e ECSA Engenharia Socioambiental que foram contratadas para viabilizar o andamento das condicionantes e do cadastramento socioeconômico da população, deu-se início pelas referidas empresas, o processo cadastramento socioeconômicos das famílias residentes dos Baixões ainda no ano de 2011.

A realocação da população atingida por Belo Monte no espaço urbano de Altamira, ou seja, a mudança de endereço de 1600 famílias para o reassentamento RUC Jatobá, ocorreu no ano de 2014, e foi realizada pela empresa prestadora de serviços ao empreendedor chamado de CNEC-WORLEYPARSONS ENGENHARIA S/A, empresa ora responsável pelo acompanhamento, vistoria, escolha da casa junto com os atingidos e pela mudança dos mesmos.

Neste contexto, ressalta-se que as casas existentes nos Baixões eram de materiais diversificados, como podem ser observados no quadro abaixo (quadro 4),

sendo que 61,1% destas edificações eram construídas com materiais de madeira, 38,6% de Alvenaria (tijolo) e 0,3% de material reaproveitado. Tais materiais eram utilizados conforme as condições financeiras de cada família.

Material de Construção das Edificações da ADA Urbana			
Setor	Madeira	Material Aproveitado	Alvenaria (Tijolo)
Igarapé Altamira	59,5%	0,5%	40,0%
Igarapé Ambé	69,7%	0,1%	30,2%
Igarapé Painelas	24,6%	0,0%	75,4%
Orla do Xingu	32,1%	0,3%	67,6%
Total	61,1%	0,3%	38,6%

Quadro 4. Material de Construção das Edificações da ADA Urbana

Fonte: Dados da Pesquisa Censitária Urbana 2007/2008 relativa ao EIA da UHE Belo Monte (LEME, 2008).

A empresa Diagonal Transformação de Territórios, foi a empresa que realizou as negociações com as famílias atingidas. Para a indenização dessas pessoas, foram feitas três opções de indenização para os atingidos, ao qual, eles poderiam escolher a forma como seriam indenizados entre receber em (i) dinheiro o valor que seria dado ao imóvel, valor este calculado mediante o caderno de preço da empresa; (ii) carta de crédito no valor dado a casa para que assim o atingido pudesse comprar um outro imóvel de sua escolha e; (iii) opção de realocação pela empresa para os novos “bairros” (RUCs) construídos para esse fim.

Fiquei sabendo de Belo Monte pela televisão, o pessoal do movimento, mas quando a gente se espantou eles já chegaram lá, já fazendo os cadastros né, eles foram lá em casa, eu tenho o livro de todas as fotos que eles tiraram, aí a gente pegava o dinheiro se quisesse se não quisesse pegava a casa, porque o dinheiro era muito pouco, o dinheiro era só 42.000,00 o que eu ia fazer com quarenta e dois mil nada (ATINGIDO Ex-morador do Baixão Do Tufi, 2019).

A população atingida não contou com uma assistência jurídica para auxiliá-los junto a empresa as negociações das condicionantes, isso prejudicou essas pessoas que não conseguia assim negociar de forma justa, sendo a empresa de todo um corpo técnicos com muitos advogados acompanhando os processos, e a população não contava com esse aparato para os ajudar, como destaca a procuradora do MPF Thais Santi em uma entrevista concedida a jornalista do El País Eliane Brum publicado em dezembro de 2014.

É incompreensível que, em uma obra que cause um impacto socioambiental como Belo Monte, a população esteja desassistida. Num mundo responsável, isso é impensável. E acho que para qualquer pessoa com um raciocínio médio isso é impensável. Então fizemos uma audiência pública para que todos pudessem realmente ser escutados. Porque um dia chegou na minha sala uma senhora muito humilde. Poucas vezes eu tinha me deparado com uma pessoa assim, por que ela veio sozinha e já era uma senhora de idade. E eu não conseguia entender o que ela falava. Eu não conseguia. Ela estava desacompanhada, desesperada, e eu falei pra ela assim: “A senhora espera lá fora, que eu vou resolver algumas coisas aqui, e eu vou com a senhora pessoalmente na empresa”. Porque o reassentamento, como ele é feito? A Norte Energia contratou uma empresa que faz o papel de intermediária entre a Norte Energia e as pessoas. Chama-se Diagonal. Então cheguei na empresa com ela. É uma casa, as pessoas ficam do lado de fora, naquele calor de 40 graus, esperando para entrar. E, uma a uma, vão sendo chamada para negociar. Essa senhora foi lá negociar a situação dela. E ofereceram para ela uma indenização. E ela não queria uma indenização, ela queria uma casa. E ela diz: “Eu não quero a indenização, eu quero uma casa!”. Neste momento, ela está falando com um assistente social da empresa. E aí, se ela não concorda com o que está sendo oferecido, o advogado da empresa vai explicar a ela por que ela não tem direito a uma casa. E se ela continuar não concordando, esse processo vai para a Norte Energia. Para mim, isso já foi uma coisa completamente estranha. A palavra não é estranha... Eu diria, foi uma coisa interessante. Porque a Norte Energia funciona como uma instância recursal, da indignação da pessoa contra uma empresa que é uma empresa contratada por ela. Então a revolta das pessoas é contra a empresa Diagonal. Aí o caso da pessoa vai para a Norte Energia, e a Norte Energia vai com seu corpo de advogados – 26 advogados contratados só para esse programa – fazer uma avaliação e explicar para a pessoa as regras que são aplicadas. E que, se essa pessoa não aceitar, ela tem um prazo para se manifestar. E, se ela não se manifestar nesse prazo, ou se ela não concordar, o processo vai ser levado para a Justiça, e a Norte Energia vai pedir a emissão da posse. A senhora vai ter que sair de qualquer jeito e discutir em juízo esses valores. Veja a situação com que eu me deparei. Primeiro: a senhora não tinha nenhuma condição nem de explicar a história dela, ela tinha dificuldades de falar. Porque o tempo deles é outro, a compreensão de tudo é outra. A gente está falando de pessoas desse mundo aqui, que não é o mundo de lá, é o mundo de cá. E que eu mesma não tinha capacidade de entender. Então, essa pessoa, que tem dificuldade para se expressar, como ela vai dialogar sozinha, na mesa do empreendedor, com advogados e pessoas que estão do lado de lá? Naquele momento eu tive a compreensão de que, primeiro, existia uma confusão de papéis ali, porque a Norte Energia se apresentava como instância recursal, mas fazia o papel dela. A outra empresa também fazia o papel dela. Quem estava ausente era o Estado. Quem estava ausente era quem tinha que acompanhar essa pessoa. Então, quem estava se omitindo ali era o Estado. Para mim era inadmissível que aquela senhora estivesse sozinha negociando na mesa do empreendedor. Na audiência pública apareceu outra senhora que assinou, mas contou chorando que não sabia ler. Assinou com o dedo. Assinou uma indenização, mas queria uma casa. Isso resume a violência desse processo. Há muitos casos. Muitos. E tudo isso estava acontecendo porque a Defensoria Pública da União não estava aqui. Uma das funções da audiência pública foi chamar o Estado. A Defensoria Pública é uma instituição que está crescendo, que se fortalece, e eu acho que ela não pode deixar à margem uma realidade com risco de grande violação de direitos humanos, como é Belo Monte (BRUM, 2014).

As negociações muitas das vezes foi feita de forma desigual, pois as pessoas atingidas encontravam sem forças de conhecimento técnico para conseguirem realizar

junto com a empresa uma negociação de forma igualitária, a empresa tinha a palavra final de como as coisas iria acontecer e essa população não tinha como contestar, o que era passado para eles, acontecendo assim de forma muito desigual e muito vantajoso para a empresa e para a população atingida ficando o sentimento de incapaz perante o gigante posto para eles.

Como relata a Procuradora o Estado estava ausente, deixando milhares de pessoas sem serem assistidas, se essa população tivesse recebido o apoio do Estado perante o processo de negociações, a história poderia ter sido escrita diferente na vida desses atingidos.

O processo de cadastramento foi muito importante para o reconhecimento dos atingidos por barragens pelo empreendedor no decorrer do processo do licenciamento ambiental (FGV, 2018, p. 25).

Por sua importância, o cadastro socioeconômico, no caso das famílias atingidas por barragens, é um dos únicos instrumentos que tratam de deslocamentos populacionais hoje regulamentados. O Decreto Federal nº 7342/2010, ao instituir o CSe para "identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos que se destinam à geração de energia hidrelétrica", assegura a ampla publicidade dos dados coletados e traz definição de atingidos como sendo as populações sujeitas à perda de posse ou propriedade dos imóveis, perda de capacidade produtiva, perda de áreas de uso das famílias e das fontes de renda, prejuízos às atividades produtivas à montante e à jusante das barragens³¹. (FGV, 2018, p. 25).

Os valores que eram atribuídos aos imóveis das famílias, eram muito baixos se comparado à realidade econômica da cidade naquele momento. Alegava-se que, O preço inferior se dava em parte porque a localização dos terrenos era próxima aos igarapés, a casas edificadas em sua maioria eram de madeira e por muitos proprietários não possuírem a titulação de posse do imóvel.

Esses preços baixos não se levavam em conta um dos principais elementos para se avaliar um imóvel, o valor de uma casa vai depende muito de localização, se está localizada próximo ao centro da cidade. Essa assim terá o seu valor acrescido devido sua proximidade com os serviços do centro urbano. Esse item não foi considerado para definir os valores dos imóveis na indenização.

Por outro lado, com o inchaço populacional da cidade por pessoas que chegavam à Altamira à procura de melhores condições de vida e de trabalho na obra de Belo Monte, fez com que os preços dos imóveis para aluguel ou venda sofressem

aumentos exorbitantes. Assim, se comparado o que estava acontecendo nos Baixões em relação a movimentação financeira que estava acontecendo principalmente no centro urbano, percebe-se uma contradição desumana com os atingidos diretamente pela barragem. Uma ex-moradora em entrevista, põe em evidência alguns pontos relevantes a esse respeito.

O processo de cadastramento foi longo, foram três anos, mas foi tranquilo, aí só disseram vai ser essa casa aqui só isso, se nós não ficasse em cima para escolher nós tinha ido para o Jatobá ou para o Água Azul, pertinho pertinho (ironia com a distância dos outros RUCs), muito longe, lá é perigoso que só, o Casa nova era também em acidentado agora está mais calmo, a polícia já matou quase tudo, os bandidos matou entre si entendeu. Essas casas deveriam ser muradas só a casa não foi justo, a nossa casa que nos tinha eles queriam dá R\$ 32,000,00 (trinta e dois mil), dá pra comprar o que nada, trinta e dois mil não comprava uma casa naquele tempo (ATINGIDA Ex-moradora do bairro Brasília, 2020).

Denota-se ainda, na fala acima, o temor da entrevistada ao falar de outros bairros que se encontravam em localizações mais desfavoráveis se comparado ao São Joaquim e demonstra preocupação com a violência existente nos outros RUCs. O processo de cadastramento e negociação levaram em média de 3 a 4 anos até o momento do remanejamento como aparece nas falas dos entrevistados.

Eles estiveram várias vezes depois que instalou a hidrelétrica, eles tiveram vários anos acompanhando as famílias, fazendo o cadastro e visitando, acho que pra ver se realmente a pessoa morava ali ou não, até que 2014 foi na integra mesmo ora fazer as visitas e tudo e já falar do processo como ia acontecer a mudança, nessa questão nós fomos bem atendido, questão de transporte o atendimento, até hoje a gente tem atendimento, eles passam na casa da gente, perguntando como é que está sendo, considera a realocação justa (ATINGIDO Ex-morador da Invasão dos Padres, 2020).

Conforme a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte avançava, as condicionantes também começavam a se concretizar. As famílias a serem realocadas começaram a ser remanejadas no ano de 2014. A figura 27 traz uma rua com várias casas no Baixão do Açaizal e entre as residências já se observa o vazio de uma casa no Açaizal que foi demolida após o deslocamento da família que ali residia.



Figura 27. Casa Demolida após Remanejamento da Família
Fonte: Norte Energia; CIMI.

A demolição das residências das famílias marcou o fim do lugar no Baixão, pois não eram simplesmente residências que estavam sendo demolidas, era uma história de vida, de trabalho, de sonhos, que estavam sendo esvaídas. Fato que deixou marcas profundas nas famílias e que jamais serão esquecidas/superadas, uma vez que tiveram sua história e seu cotidiano de vida arraigados à revelia para dar lugar ao “dito” desenvolvimento por Belo Monte.

Após a realocação das famílias e da demolição das residências placas de “Não Ocupe Ou Construa” (Figura 28) foram fixadas pela da empresa Norte Energia no local. Atualmente ainda é possível encontrar essas placas fixadas em diversas partes da cidade compondo o espaço urbano e marcando a paisagem de Altamira. Hoje elas estão se perdendo em meio a vegetação que cresce nesses espaços que se encontram sem uso. Elas traziam o símbolo da empresa com a seguinte frase “Não Ocupe ou Construa”, naquela área além de “Área Protegida Conforme Declaração de Utilidade Pública”.



Figura 28. Placa de Não Ocupe ou Construa colocada após demolição das casas
Fonte: Acervo Pessoal, 2014.

Aos poucos os Baixões foram sendo modificados, remodelados, deixando de ser o lugar de moradia, da cotidianidade das famílias, das relações de vida e deram lugar aos escombros das casas outrora demolidas. O lugar ficou inerte, totalmente descaracterizado de suas representações afetivas, de suas manifestações diárias, do ritmo intenso de trabalho, da alegria das crianças brincando nas ruas, das festividades e de sua paisagem natural e cultural. O vínculo de pertencimento com o lugar de sentimentos e experiências ficou apenas na memória de cada atingido na concretude de suas lembranças. Como pode ser observado na figura 28.



Figura 29. Resto de demolição das casas
A: Casa demolida no Açaisal; **B:** Casa Demolida na Invasão dos Padres; **C:** Casa demolida no Aparecida; **D:** Casa Demolida na Orla de Altamira
Fonte: Acervo Pessoal, 2014; ISA, 2015.

Com o andamento das negociações e retiradas das pessoas de suas residências, lentamente as redes comunitárias e familiares do lugar foram se dissolvendo, a cada mudança, a cada casa demolida, iam se desfazendo os laços de proximidade com os vizinhos das ruas que eram compostas por familiares e amigos. Tudo foi se diluindo, a comunicação de gestos, as relações entre as pessoas, as atividades rotineiras, o significado e os sentidos de cada ação realizada na

comunidade. Todas as recordações estavam vinculadas ao espaço de vivência que aos poucos foram se distanciando, devido a empresa não ter cumprido o PBA, que garantia que os vizinhos iriam permanecer juntos.

A população ouvida durante a pesquisa, demonstra quão importante para suas vidas é a relação que eles tinham com seus vizinhos, onde esses eram tão próximos que chegavam ser acolhidos como da família. Os laços criados entre os vizinhos no Baixão são profundos e muito importante, superando até mesmo a distância geográfica que as realocações impuseram em suas vidas. Pois as realocações não consideraram e nem preservaram os vizinhos das famílias realocadas.

Meus vizinhos de lá eram muito diferente dos daqui, a única vizinha que eu tenho de lá é a menina aqui do lado, eram muito diferente eram pessoas que gostavam de ajudar a gente, se você tivesse doente um podia arrumar alguma coisa pra você se você tivesse em dificuldade o vizinho ajudava, era assim lá tipo assim, uma família lá, eu mesmo considerava a Bethânia como minha família, porque lá em casa não tinha poço artesiano, nós pegava água do poço dela, não pagava nada, não ajudavam nem a apagar energia, que ela não queria né, então os meus vizinhos de lá eram ótimos, melhor que os daqui (ATINGIDA Ex-Moradora do Baixão do Tufi, 2019).

Famílias inteiras sofreram com o distanciamento imposto pela localização dos RUCs, filhos que tinham suas casas construídas próximas das casas de seus pais, muitas vezes já idosos e que precisavam de atenção e cuidados foram morar em reassentamentos distantes de seus pais, deixando o zelo diário e a rotina complexa e por vezes inacessíveis.

“outra coisa que eu estranhei é que meus filhos ficaram longe, era costume o café de manhã e à tarde em casa, no dia que eles queria ir para a casa deles almoçar iam, se não almoçavam tudo junto, e aqui ficou difícil, só por isso mas eu tenho que entender que nem toda vida nos ia ficar tudo junto; uma hora nós se separava, ou em vida ou em morte (ATINGIDA, Ex-Moradora do Tufi, 2019).

As pessoas sofreram nesse processo de deslocamento e realocação grandes mudanças socioeconômicas, interferindo em suas vidas e de suas famílias nos campos sociais mais diversos. Grupos familiares tiveram seus modos de vidas desestruturados, mães foram afastadas dos seus filhos, avós dos seus netos, vizinhos que mais pareciam irmãos foram separados e cada um seguiu para um bairro diferente e muito distante um do outro. Os RUCs à exemplo, foram construídos nos limites da

cidade, justificando-se que o espaço era propício, acrescidos a estes surgiram também no decorrer das obras de Belo Monte, os loteamentos.

Durante as negociações para a indenização, as pessoas eram informadas de que antes que fossem efetuadas as mudanças eram necessários oficializar em cartório a doação do imóvel para utilidade pública conforme o processo legal de cada um, após esse tramite e conforme a casa escolhida no RUC ficasse pronta, as pessoas eram retiradas dos Baixões. Quando assinavam o documento de indenização, as famílias no dia seguinte eram removidas e realocadas nos RUCs.

O carro da empresa foi buscar a gente para ir para o cartório, para voltar o Som (filho) foi buscar nós, nesse dia saímos do cartório quase 9 horas da noite, estava morrendo de fome, ainda demos carona pro seu baixinho, ainda estava chovendo aí o Som parou o carro, bora vizinho com nós, foi entrando o muito agradecido, obrigado, deus pague vocês, o Som foi deixar ele lá na casa dele, ele morava na rua 1 e nós na rua 2. Ai quando foi no outro dia de manhã cedo, ligaram dizendo, amanhã é sua mudança, cuidemos de arrumar as coisas, arrumar caixa arrumar saco, arrumar tanto bagulho velho, ainda tinha o cachorro (ATINGIDA Ex-moradora do Baixão do Tufi, 2019).

As mudanças das famílias eram realizadas em caminhões-baú por empresas contratadas pela Norte Energia. Após a saída de suas casas a empresa oferecia em média de 3 dias a 5 dias para que as pessoas realocas pudessem retirar materiais das casas tipo, madeiras, telhas, e outros itens necessários.

Eles deram três dias de prazo para desmanchar a casa o Roberto foi pra lá mais o Bruno, o Bruno arrumou um amigo dele aí vai pra lá ajuda também, desmanchar a casa, desmancharam a casa todinha para trazer a madeira para cá, apodreceu um monte nos demos outras, tinha madeira boa, a madeira do assoalho lá de casa era todo no ipê, tinha madeira boa lá em casa, tinha um pedaço que não era bom, os paus debaixo do assoalho era tudo no acapu e de ipê. Aquelas peças todas de Ipê toda parafusada. (ATINGIDA Ex-moradora do Baixão do Tufi, 2019).

No decorrer das obras de Belo Monte, houveram muitas transformações socioespaciais na cidade ocasionadas pelo empreendimento instalado na volta grande do Xingu, porém, ressalta-se que tais transformações não se deu de forma pacífica, haja vista que nesse período ocorreram muitas manifestações e debates acerca dos impactados que vinham sendo gerados na região.



Figura 30. Conflito Entre Moradores, Norte Energia e a Polícia
Fonte: Amazônia Notícias e Informações. Abril de 2015.

Sobre o ocorrido, foi informado, na reportagem do Amazônia Notícias, (figura 30) o conflito instaurado entre moradores dos locais impactados, funcionários da Norte Energia, Cartório e Polícia em razão da não aceitação dos moradores para a demolição das casas, e a resistência de desapropriação da área para a construção de uma ponte no local.

Os moradores dos Baixões sempre questionaram pelos seus direitos no decorrer do processo de desapropriação, pois sentiam que estavam sendo violados dentro do seu próprio espaço. Diante da impotência e sofrimento, buscaram e tiveram como base de apoio a colaboração do Movimento Social Xingu Vivo Para Sempre e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Então, os moradores do Baixões do Tufi, Açaizal, Olaria, Ferro Velho, SUDAM I e II (G1, 2015) apresentaram uma carta pública a sociedade em geral que tratava das condicionantes de Belo Monte em relação ao remanejamento da população atingida e do descumprimento do PBA pela Norte Energia.

CARTA PÚBLICA dos moradores dos Baixões:

*“NÓS MORADORES DE Altamira nos bairros Baixão do Tufi, Açaizal, Olaria, Ferro Velho, Sudam I e II, que estamos sendo desalojados ou (expropriados) das nossas casas estamos aqui para dizer o seguinte:
 Vivemos nesses bairros construídos pelas nossas famílias há muitos anos junto ao centro da cidade, com livre acesso a todos os serviços essenciais,*

escolas hospitalais, comércio, farmácia, bancos, igrejas, delegacias, correios, lazer, transportes e não tivemos escolhas ao sermos retirados de nossas casas para locais desertos sem infraestrutura de serviços essenciais e muito distante. Além de nunca ter tido as nossas opiniões levadas em consideração pela Norte Energia e pelo governo do Brasil, que decidiram fazer a obra da Usina Hidrelétrica Belo Monte, estamos sendo diariamente desrespeitados no processo de reassentamento e de indenização.

Estamos aqui denunciando a forma desrespeitosa como a empresa Diagonal (contratada pela Norte Energia para assumir o processo de cadastramento, reassentamento e indenização iniciado pela empresa Elabore) está tratando a nossa população.

O processo de negociação não é justo nem equilibrado, a empresa é representada por um corpo técnico formado por advogados, psicólogos, assistentes sociais, engenheiros e outros profissionais enquanto nós não temos ninguém ao nosso lado! Não temos direito a defesa Jurídica, isto se constitui um crime!

Idosos analfabetos, trabalhadores de baixa escolaridade e mulheres são tratados com preconceitos e são muito pressionados para assinarem o termo de concordância e entrega dos seus imóveis.

Não concordamos com os valores das indenizações que não condizem com o mercado imobiliário de Altamira.

O direito de manutenção da vizinhança não é respeitado, fazendo com que pessoas que construíram relações durante anos sejam reassentados para diferentes bairros.

Nossas casas são construídas para comportarem mais de um agregado familiar, e isso é ignorado por essas empresas que negam o direito a uma casa para cada família.

O PBA (Plano Básico Ambiental) é descumprido e alterado quando é conveniente para a Norte Energia, e nunca para atender as nossas demandas os nossos direitos.

Assim sendo, exigimos o total respeito e a efetivação dos nossos direitos:

- **DIREITO À MORADIA DIGNA**, com toda infraestrutura nos bairros (projeto original)
- **RESPEITO AO HISTÓRICO DA VIZINHANÇA**
- **UMA CASA PARA CADA FAMÍLIA**
- **INDENIZAÇÃO JUSTA QUE PERMITA ADQUIRIR OUTRO IMÓVEL DE MELHOR QUALIDADE DO QUE O QUE A PESSOA FOI OBRIGADA A SAIR**
- **REVISÃO DO CADERNO DE PREÇOS COM A PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS PROPRIETÁRIAS DOS IMÓVEIS**
- **EXIGIMOS QUE PARE BELO MONTE** enquanto não efetivarem o cumprimento dos nossos direitos". (Fonte: G1, 2015).

Essa carta, é um documento dos mais importantes do registro de que os atingidos não se calaram em nenhum momento sobre esse processo de remanejamento. Para conseguirem lutar por seus direitos e serem ouvidos parcerias se estabeleceu entre os movimentos sociais e grupos de atingidos, que procuravam os movimentos sociais, por se sentirem desamparados em relação as demais instituições públicas.

O processo de retirada das famílias dos Baixões de Altamira, foi lento e desigual como a carta dos atingidos retrata. Tal situação de remanejamento e retirada, aconteceu em meio a muitas contradições e conflitos entre atingidos e o

empreendedor de Belo Monte. As maiores perdas ficaram para a população local, que quase não usufruiu dos “benefícios” de Belo Monte. Na figura 31 observar-se a coexistência do passado e do presente, onde uma casa do Baixão do Açaizal sobrevive ao lado do parque do igarapé Altamira, localizada na travessa Paula Marques, bairro Catedral.



Figura 31. Realidade Passado-Presente nos Baixões
Fonte: Acerco Pessoal, 2015.

Em destaque aqui vale ressaltar, que o remanejamento dos atingidos se deu até o limite da cota 100m e que as casas que estavam nesse limite não eram retiradas por mais que esta fosse a última casa daquele lugar, logo houver perda para quem saiu e para quem ficou no local outrora impactado.

Em entrevista realizada com uma das lideranças do Movimento Xingu Vivo para Sempre e atingida por Belo Monte e moradora do Açaizal e que também teve sua casa demolida, explica como se deu o processo de saída e conta como as famílias mais articuladas foram as mais beneficiadas com a indenização, mas, que a vantagem não havia amenizado o sentimento de perda e de impotência diante da gigantesca obra que prometia desenvolvimento e progresso à cidade.

Eu fui a última a sair da minha casa acompanhei as famílias na saída, e as últimas 15 famílias eu convidei aí fomos para cima da empresa e nós fomos os melhores indenizados, fui a última a sair, no outro dia derrubaram minha casa, foi lamentável de ver tanta destruição de casas no chão, sentimento de somos acabados, não valem nada. (ATINGIDA Ex-moradora do Açaizal, 2019).

Mesmo antes de serem removidas de seus lugares, de suas moradas, as famílias não tinham mais o direito sobre suas vidas e suas casas, viviam conjecturando quando o processo seria finalmente consumado, pois desde o início das possibilidades de realocação não haviam sido informadas ou orientadas sobre quando iriam desapropriar sua casa e muito menos para onde iriam ser levadas. A única certeza mais presente era que aquele espaço/território já não mais seria o seu lugar, porque o “dito” desenvolvimento de Belo Monte já tinha chegado e arrebatado suas vidas.

2.4.1. O Baixão é transformado em Parques

Com a retirada da população das áreas diretamente afetada por Belo Monte e remanejadas para os RUCs, os Baixões ficaram inóspitos na cidade. Porém, logo, como condicionante o empreendedor executou uma “reestruturação urbana”. A reestruturação deste espaço - se deu inicialmente pelo alargamento dos igarapés e aterros ao longo de suas margens e em seguida grandes pontes de concretos foram erguidas sobre os igarapés e passarelas foram construídas para o acesso de pedestres aos parques e ao centro da cidade.

Na imagem abaixo (figura 32), observa-se uma das pontes construídas sobre o igarapé Altamira. A ponte localiza-se na rodovia estadual PA 415, conhecida por rodovia Ernesto Acioly e rua Cel. José Porfirio, acessando o centro da cidade, sendo que ela está localizada na foz do igarapé Altamira e encontra-se com as águas do Rio Xingu. Sobre este mesmo igarapé foram construídas mais duas pontes, sendo uma na Avenida João Coelho com a Travessa Comandante Castilho ligando o centro da cidade ao bairro de Brasília e a outra na Avenida Perimetral com a Travessa Gondim Lins ligando os bairros SUDAM I e II ao bairro de Brasília.



Figura 32. Ponte e Embarcações (Igarapé Altamira)
A: Ponte sobre o Igarapé Altamira; **B:** Embarcações atracadas
Fonte: Acervo Pessoal, 2020.

Assim, a paisagem de Altamira sofreu modificações, principalmente no espaço, apresentado na figura 32, onde se observa o porto de atracação de inúmeras embarcações no Rio Xingu e ao fundo da imagem o Estaleiro Naval construído pela Norte Energia para apoio aos carpinteiros navais e aos barqueiros.

Os igarapés sofreram alargamento em suas margens conforme já mencionado. Tais igarapés atravessam toda a cidade, principalmente o igarapé Altamira que cruza a cidade ao centro, ou seja, sua localização perpassa a área central de Altamira. No entanto, antes da chegada de Belo à cidade, às margens dos igarapés, em especial Altamira e Ambé eram repletas de casas e de pessoas circulando, hoje, nelas encontram-se somente gramas e/ou vegetações plantadas pelo paisagismo realizado na área.

A paisagem destes lugares era marcada por palafitas e pontes construídas em madeira predispostas pelos próprios residentes. Após a retirada dessas casas, para o acesso de pedestres foram construídas passarelas em concreto de uma margem a outra ligando o centro da cidade ao bairro Brasília e Aparecida em diversos pontos no igarapé Altamira. Porém, cabe ressaltar que tais passarelas encontra-se cercadas e/ou ao meio de vegetação alta (mato) que cresce rapidamente durante o inverno amazônico. Ao longo desse ano (2021) não foi registrado limpeza nas áreas dos parques e orlas que ainda se encontram sobre os cuidados e responsabilidade da empresa Norte Energia, ao qual deveria fazer a manutenção do espaço citado para utilização da população local.



Figura 33. Vista Aérea do Parque Igarapé Altamira
Fonte: Perola do Xingu.

O espaço da ADA foi totalmente (re)construído, remodelado com uma funcionalidade de uso para lazer por parte da população. O Parque Igarapé Altamira (figura 33) quando construído, além de espaço de lazer, também seria o cartão postal da cidade. Tais parques possuem equipamentos de lazer como quadras (futsal, vôlei de praia e outros aparelhos) para a prática de esporte pela população.

Destarte, os Baixões foram totalmente reestruturados, o lugar de outrora era ocupado por moradores que possuíam ligação com a história de Altamira, com o rio e que tinham trabalhos nessas áreas e/ou próximas as elas e foram retiradas para bairros distantes. Essa população foi prejudicada pelo distanciamento, ocorrendo perdas de trabalhos com a remoção dos comércios existentes nessas áreas e com os gastos com transporte para poder ter acesso aos espaços centrais da cidade.

Hoje, esses locais são diferentes do que se imaginava, uma vez que, os estudos de impactos ambientais diziam que essas áreas seriam alagadas com o enchimento do lago de Belo Monte, fato que não ocorreu. Diziam que ruas antigas ainda existente como a rua da Peixaria às margens do Rio Xingu ficaria submersa com lago segundo o EIA, fato que não ocorreu, ou seja, a rua citada não ficou submersa sendo ainda utilizada como acesso ao bairro Alberto Soares. Para os atingidos tais estudos tornou-se contraditório, já que o discurso do empreendedor dizia que a ADA seria alagada com o lago do reservatório da UHE em questão. Contudo, mesmo sabendo que após as infraestruturas implantadas nas áreas de impactos não haveriam mais problemas com enchentes, os igarapés foram amplamente alargados de uma margem a outra para evitar possíveis riscos.

Todavia, a sensação que ficou aos antigos moradores e estudiosos de Belo Monte, após a construção dos parques e orlas da cidade, foi a de ter sido feita uma *“limpeza social”* (ATINGIDA líder do Movimento Xingu Vivo, 2019), retirando-se a população mais pobre do centro e da entrada da cidade e os levando para habitarem em bairros periféricos como são conhecidos os RUCs hoje em Altamira, seja pela violência existente e/ou desemprego.

A reestrutuação urbana não é algo tão recente, está associada as sociedades capitalistas modernas, ela se dá em diferentes local do mundo, embora não seja presente em toda a terra (NEIL SMITH, 1996). O processo de reestrutuação urbana é um processo que gera conflitos e momentos de crise quando se contrapõe as ordens existentes e as novas projetadas para o espaço. Visto que, os tempos modernos trazem consigo um momento intenso de reestrutuação social para as sociedades com o avanço do capitalismo no mundo moderno.

A ideia de reestrutuação está associada às formas de reprodução do capitalismo moderno, provocando transformações territoriais e sociais no espaço. A reestrutuação “evoca, pois, uma combinação sequencial de desmoronamento e reconstrução, de desconstrução e tentativas de reconstituição” (SOJA, 1993, p. 193).

"A reestrutuação não é um processo mecânico ou automático, nem tampouco seus resultados e possibilidades potenciais são predeterminados. Em sua hierarquia de manifestações, a reestrutuação deve ser considerada originária de e reativa a graves choques nas situações e práticas sociais preexistentes, e desencadeadora de uma intensificação de lutas competitivas pelo controle das forças que configuram a vida material. Assim, ela implica fluxo e transição, posturas ofensivas e defensivas, e uma mescla complexa e irresoluta de continuidade e mudança." (SOJA; 1993: 194).

A construção dos parques e orlas que foram idealizados pelo empreendedor, para que os moradores pudessem melhorar seus aspecto sociais e físicos trazendo-lhes qualidade de vida, através do contato com a natureza e suas estruturas, não foi totalmente benéfico para atendê-los. Pois os realocados em sua maioria não fazem uso do espaço em função da distância existente entre ele e seu novo local de moradia, e pela falta de segurança pública e manutenção dos espaços criados, ou seja, os novos cartões postais da cidade que previam amenizar ou dar funcionalidade aos Baixões, foram falidas porque as estratégias de políticas efetivas falharam. A paisagem contemplada ali pelos poucos frequentadores em nada lembrava a proximidade com o baixão, tudo era diferente, tudo era novo, tudo era estranho, mais

tudo naquele momento fazia sentido o porquê tinham sido realocados cedendo lugar para novas construções.

A ordem herdada das população locais dos Baixões foi dando espaço para as novas ordens projetadas. Na figura 34 tem-se representada a afirmativa referida anteriormente, onde se tem uma moderna avenida com mão dupla com uma imponente rotatória e ao fundo uma moderna construção que abriga a nova sede da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) na cidade de Altamira que até então não tinha seu prédio próprio.



Figura 34. Fundação Nacional do Índio
Fonte: Acervo Pessoal, 2020.

A requalificação urbana desse espaço da cidade modificou completamente esse lugar. O processo de reestruturação urbana de Altamira trouxe consigo “ruptura” dos laços sociais, familiares e comunitários “desconstrução” ou “desmoronamento” (SOJA; 1993: 194) das construções que faziam parte da história do lugar. Junto às novas construções ainda coexistem vestígios do passado, a imagem anterior (figura 34) mostra que uma torre, ao qual fazia parte de uma fábrica de tijolos ainda permanece erguida mesmo depois que a cerâmica foi demolida.

Muitos prédios públicos foram construídos na cidade nos lugares em que se localizavam os Baixões, a exemplo o prédio que abriga a Casa de Memória (figura 35-A). Um espaço cultural que guarda a memória individual e coletiva da história da cidade de Altamira e da região do Xingu, através da exposição de fotografias,

esculturas, pinturas e artefatos indígenas que remete a história de colonização dessa região e embora tenha sido construído pela Norte Energia é administrado atualmente pela Universidade Federal do Pará (UFPA). A mesma alega que, por falta de recursos ainda não foi possível abrir o local para visita.

Com o intuito de salvaguardar os artefatos arqueológicos encontrados durante as pesquisas realizadas pela Norte Energia nas áreas que seriam afetadas pelo lago de Belo Monte e nos locais de sua construção, foi edificado o espaço cultural/lazer denominado de Reserva Arqueológica do Xingu (figura 35-B) como forma de mostrar a importância de preservar os artefatos e contribuir para preservação da memória cultural dos povos do Xingu. É um prédio inédito que tem causado grandes especulações sobre o início de seu funcionamento, uma vez que o patrimônio só terá sentido a partir do momento que for entregue, apresentado e liberado a visita para a população.



Figura 35. Prédios Públicos Construídos pela Norte Energia

A: Casa de Memória; **B:** Reserva Arqueológica do Xingu

Fonte: Acervo Pessoal, 2020.

Atualmente, OS parques construídos às margens dos igarapés que percorrem a cidade, estão completamente abandonados, tornando-se uma preocupação para os moradores do entorno. Esses logradouros, têm sido vistos pelos moradores como locais/esconderijos, pois com o rápido crescimento da vegetação e a falta de manutenção no espaço, muitos insetos e animais peçonhentos se desenvolveram no lugar e passaram a importunar as casas. Mas, a maior preocupação é que o espaço tem sido usado para a prática de consumo de drogas e outros atos ilícitos. Diversas reportagens já foram exibidas pelas emissoras de rádio e TV da cidade, no intuito de sensibilizar os responsáveis para à limpeza e manutenção, mais nem sempre a

agilidade funciona. Destarte, foram registrados no início do mês de agosto de 2020, alguns focos de incêndios nos parques devido à vegetação seca, ocasionados em sua maioria por moradores na tentativa de amenizar a alta vegetação e a incidência de insetos no local.

CAPÍTULO 3 – A VIDA NO RUC SÃO JOAQUIM

3.1. Reordenamento Territorial de Altamira

Altamira sofreu grandes impactos com os avanços da construção da Hidrelétrica de Belo Monte, e para minimizar os efeitos do crescimento urbano desordenado houve a necessidade de reformular o plano diretor da cidade com diretrizes que possibilitassem um novo reordenamento social que expandisse o perímetro urbano para atender a população local e possíveis novos moradores.

O novo plano diretor foi ampliado e atualizado no ano de 2013 e priorizou a criação de novos bairros e loteamentos nas áreas mais periféricas em relação ao centro urbano. Assim abrolharam também, os empreendimentos particulares como o Cidade Jardim (Buriti), Cidade Nova, Viena, São Francisco, Bacana, Airtton Senna I e II, Bonanza e Mexicano. Com este elevado número de espaços habitacionais foi necessário agregar um suporte que facilitasse a movimentação da população através da ampliação do sistema viário de Altamira

Para evidenciar esse processo de expansão urbana na cidade de Altamira, a NESA escolheu cinco áreas distintas arrabalde para abrigar loteamentos que seriam construídos para atender a população atingida a ser realocada. Esses lugares eram áreas de pastagens destinadas a criação de bovinos, ovinos, caprinos e muares. Com a execução do estudo técnico, esses setores foram urbanizados para a criação dos Reassentamentos Urbanos Coletivos, os conhecidos RUCs.

Como contrapartida, a prefeitura do município realizou algumas melhorias como, a pavimentação asfáltica de um trecho da rodovia transamazônica que permeia o perímetro urbano de Altamira e a construção de uma transposição (Anel Viário) seguida de uma avenida com 3km de extensão que interliga a rodovia apresentada acima ao centro da cidade e, uma outra avenida às margens do igarapé Altamira até a rodovia Ernesto Acioly.

Na imagem abaixo, (figura 36), vê-se a Avenida Irmã Clóvis Mendes de Oliveira construída pela prefeitura municipal, via de acesso principal ao RUC São Joaquim. Sublima-se que no projeto da Norte Energia para construção do supracitado RUC, previa-se apenas uma única entrada e saída, ou seja, a mobilidade e deslocamento dos reassentados no projeto da NESA se daria única e exclusivamente pela BR 230.

Porém, com a construção da Avenida citada, a população naquele momento já reassentada no RUC, não permitiu tal descompasso e resolveram por conta própria abrir 4 acessos ou ruas no RUC que encaminhavam até a Av. Clovis Mendes que posteriormente foi adotada pela prefeitura de Altamira como necessários e a estruturou, assim, facilitando o acesso dos reassentados do São Joaquim ao centro da cidade.



Figura 36. Transposição/Anel Viário de Altamira

A: Construção da Pontes sobre o Igarapé Altamira; **B:** Noticiário sobre o Anel Viário; **C:** Vista área do Anel viário e do Centro de Eventos; **D:** Vista área do Anel viário, Centro de Eventos e rio Xingu:

Fonte: <https://altamira100.blogspot.com/?m=1>

Com a infraestrutura proporcionada pela prefeitura nos acessos feitos pelos moradores que foram considerados continuidade das ruas Manjeriçã, Preciosa e rua Erva Doce, os moradores do São Joaquim ganharam oficialmente mais 3 vias de acesso ao bairro. Cabe mencionar aqui a existência de mais um acesso na rua Hortelã, além dos feitos pelos reassentados, acesso este feito pela própria NESA para acesso de seus funcionários a vila residencial dos mesmos instalada no referido RUC.

Na figura 36, mostra-se a construção de uma das pontes sobre o igarapé Altamira ao longo dessa Avenida (imagem A). Nas imagens C e D aprecia-se através

de vista aérea a Avenida Clovis Mendes. Nota-se na imagem *C*, a referida avenida em direção a rodovia Transamazônica e do lado esquerdo mais ao fundo o RUC São Joaquim e o Centro de Eventos da prefeitura. Já na imagem *D*, vê-se a paisagem de quem adentra a Avenida Clóvis Mendes pela rodovia Transamazônica em direção ao centro da cidade, levando as vistas até o Rio Xingu. Em ambas as imagens é possível perceber as limitações da cidade antes de Belo Monte.

Foi construído em torno do São Joaquim, em especial ao longo da Avenida Clóvis Mendes, um Centro de Eventos que já recebeu, shows, cursos, festas, cerimônias de formaturas, eventos corporativos, esportivos, religiosos e educativos como a Feira Literária do Xingu (FLIX). Outros edifícios públicos de apoio e atendimento a comunidade foram construídos como a base do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) do município, a Casa dos Conselhos de Altamira que abriga o Conselho Tutelar e o Centro de Atendimento Psicossocial-CAPS e, em construção um Centro de Reabilitação.

Mas, não foram construídos apenas prédios públicos ao lado da avenida, foram estabelecidos também comércios e/ou atividades comerciais tais como Supermercados, lojas de Materiais para Construções, Marmoraria, Oficinas automobilísticas que facilitaram o acesso mais próximos para população reassentada no RUC São Joaquim. A principal via de acesso ao RUC São Joaquim, conhecida popularmente como avenida Irmã Clóvis Mendes, é considerada pelos residentes na circunvizinhança como autovia de maior circulação não somente pelos moradores, mais também se tornou atalho para a população de outros bairros da cidade que buscam driblar o trânsito intenso do centro da cidade.

Por se tratar de um espaço amplo, ao lado da avenida, nas proximidades do Centro de Eventos, a prefeitura através de sua secretaria de obras e urbanismo com a finalidade de realizar propósitos coletivos, estendeu o espaço e pavimentou nos arredores para proporcionar aos usuários melhor qualidade de vida através da implantação de uma academia ao ar livre estimulando-os para prática de exercícios físicos nos aparelhos, bem como caminhadas e ciclismo. No período diuturno, principalmente aos finais de semana em períodos festivos como carnaval, o espaço pode ser usado para exibição de shows com artistas locais ou nacionais ou ainda servir como estacionamento para comodidade dos participantes.

3.2. Reassentamento Urbano Coletivo São Joaquim

Para atender a população atingida que seria remanejada, como condicionante o PBA previa a construção dos Reassentamentos Urbanos Coletivos. O primeiro a ser construído e a receber os atingidos foi o RUC Jatobá ainda no ano de 2014, sendo este o maior de todos os reassentamentos, localizado após o bairro Mutirão. Sua infraestrutura conta com 1286 lotes, deste número 1270 foram destinados a residências e 16 lotes para residências de funcionários. Hoje, essas residências são utilizadas como escritórios da empresa.

O segundo RUC a ser entregue pelo empreendedor e a reassentar a população foi o São Joaquim, o segundo maior bairro construído como condicionante de Belo Monte. Este reassentamento é composto por 1041 residências com 60m², e conta com uma infraestrutura composta por três dormitórios, sala/cozinha, banheiro e área de serviço.

O RUC São Joaquim surge a partir do novo reordenamento territorial do espaço urbano de Altamira, imposto pelos impactos recebidos de Belo Monte. O aludido RUC recebeu mais de 900 famílias remanejadas das áreas diretamente afetadas. Menciona-se que dos 5 RUCs, o São Joaquim é o único na parte mais central da cidade compondo-se como um dos elementos novos na paisagem de Altamira.

A área em que foi construído o RUC São Joaquim localizado à margem esquerda da rodovia Transamazônica (BR230), era uma fazenda até meados de 2003 e cultivam a prática da criação bovina e após a reformulação do plano diretor, a NESA adquiriu a área e organizou em RUC. Assim, os 5 setores do São Joaquim foram divididos em 1041 lotes, destes, 937 foram destinados para construção de residências para os realocados e 104 lotes designados para a edificação da vila residencial para funcionários.

A imagem abaixo (figura 37) mostra o início das obras de construção das casas no RUC São Joaquim a partir do ano de 2012 (imagem A), uma casa padrão (imagem B) finalizada ainda com as cores e o formato original Norte Energia. Ressalte-se que conforme os atingidos iam sendo realocados, iam modificando as casas conforme suas necessidades e condições financeiras. Desta forma, constata-se nas imagens C e D as modificações efetivadas pelos moradores. Em uma das casas é possível perceber que a estrutura foi alterada com o acréscimo da construção de uma garagem,

já na casa da figura ao lado observa-se que o residente modificou totalmente a fachada da casa ao erguer um muro, ou seja, cada realocado procurava descobrir um meio para estabelecer vínculos identitários e afetivos em seu novo lar e ao mesmo tempo ter a sensação de que ali a família estava segura.



Figura 37. Início de Construções das Casa e Casas Prontas
A: Casas em Construção; **B:** Casa Padrão; **C:** Casa Padrão com Construção ao lado; **D:** Casa Padrão Murada e Modificada
Fonte: Norte Energia e Acervo Pessoal

Segundo dados da NESAs, o universo de pessoas que sofreram deslocamento compulsório na área urbana e foram remanejadas para os RUCs chegam a aproximadamente 16.420 pessoas, cerca de 24% da população urbana no período, totalizando 4.362 famílias. Esse total de famílias apresentadas nesses dados foram distribuídas nos 5 RUCS, cada um com suas particularidades.

Diferente dos outros reassentamentos, o RUC São Joaquim possui uma particularidade que é a vila residencial com 104 residências destinadas aos funcionários da empresa construtora. A vila foi planejada com infraestrutura diferenciada dos demais moradores do bairro, a iniciar pela planta seguida de um

sistema de segurança imperioso. Para outras pessoas acessarem a vila precisa-se de autorização por parte de algum morador seguida de identificação ao agente de segurança na guarita, ou seja, o monitoramento é feito 24 horas diuturnamente.

Considerando-se todo o esquema de segurança no residencial é possível entender que foi construído um microterritório para atender um pequeno grupo de pessoas que vivem outro contexto socioeconômico diferenciado dos padrões sociais dos demais moradores do São Joaquim. Nas imagens abaixo (figura 38) enxerga-se os limites da vila no RUC, através dos portões de uma das entradas com uma placa pintada em cor verde e letras brancas com a inscrição bem-vindos à vila, e na terceira imagem avista-se a placa de orientação para a identificação de pessoas que pretendem adentrar ao conjunto residencial.



Figura 38. Vila Residencial São Joaquim

A: Entrada Principal (rua Hortelã com Av. Clovis Mendes); **B:** Entrada pela rua Sabugueira (parte de baixo); **C:** Entrada Pela rua Hortelã (fundos); **D:** Entrada pela rua Sabugueira (parte de cima)

Fonte: Acervo Pessoal, 2020/2021.

Esta vila fornecida pela NESA abriga os funcionários da Norte Energia do alto escalão e de suas empresas terceirizadas. Por isso, ela possui uma dinâmica de vida diferenciada para dar maior seguridade aos moradores que possuem um padrão

socioeconômico para além dos realocados e recai sobre eles toda responsabilidade de reestruturação da cidade e construção de Belo Monte.

O RUC São Joaquim, conforme já mencionado, está localizado às margens da Rodovia Transamazônica, lugar para onde foram direcionadas mais de 937 famílias para a realocação. O bairro está organizado em ruas, setores e quadras, até o ano de 2019, os nomes das ruas eram dados em números, a exemplo rua 1, rua 2, etc. Atualmente, os nomes das ruas são nomes de plantas, exemplos, rua Alecrim, (antiga rua 10). No centro do bairro estão localizados os equipamentos de serviços destinados ao atendimento da população (figura 39).



Figura 39. Equipamentos de Serviços

A: EMEIF João e Maria; **B:** Centro de Referência da Assistência Social; **C:** Unidade Básica de Saúde; **D:** Barracão de Usos Múltiplos.

Fonte: Acervo Pessoal, 2020.

A EMEIF João e Maria (imagem A) construída pelo o empreendedor de Belo Monte, atende ao público da educação infantil (jardim ou pré I, II, e III...), Ensino Fundamental I – Anos Iniciais (1º ao 5º ano), Ensino fundamental II – Anos finais (6º ao 9º no) ou seja, educação infantil, jardim e 1º aos 9º anos. Para o ensino médio não há ofertas, os alunos precisam se deslocar para bairros próximos que oferecem a

modalidade. O funcionamento da escola acontece desde o ano de 2018 sobre a administração da Prefeitura Municipal de Altamira (PMA) e coordenada pela Secretária Municipal de Educação (SEMED).

O RUC São Joaquim foi beneficiado também com um Centro de Referência de Assistência Social (imagem B) para atender a população através da Secretaria Municipal de Integração Social do município e oferece cursos para capacitação profissional a seguir, doces e salgados, corte e costura, oficina de beleza (manicure, pedicure e depilação), artesanato em geral, dentre outros. A iniciativa objetiva potencializar e impulsionar os reassentados para captação de renda, visto que a grande parte dos moradores foram impedidos de continuar praticando suas atividades de trabalho que dependiam do espaço que viviam ou faziam uso como é o caso das atividades pesqueiras que o sustento vinha exclusivamente do rio para sustentar suas famílias.

No CRAS, também são realizadas palestras para as gestantes do bairro que se encontram em situação de fragilidade social, que são acompanhadas pelas Unidades Básicas de saúde do território. O centro atende, ainda aos jovens com vulnerabilidade e risco por violação de direitos associados ao consumo de álcool e outras drogas, bem como outros benefícios de apoio a população.

O bairro conta também com uma Unidade Básica de Saúde (imagem C) que funciona através da prefeitura do município. Ela atende as famílias não só em domicílio através do agente comunitário de saúde, como também o faz em regime regular por meio do atendimento médico e odontológico com escala por duas vezes na semana realizados através de agendamento prévio, e atendimento técnico em enfermagem diário de segunda a sexta-feira.

No bairro foi construído um Barracão comunitário, conhecido como BUM-Barracão de Uso Múltiplos (imagem D), onde se encontra a sede da Associação dos Moradores do Bairro São Joaquim (AMBSJ). O BUM, inicialmente foi destinado para funcionamento de uma feira para atender a comunidade do RUC e seu entorno e previa-se que os próprios moradores vendessem os produtos comercializando-os no local, porém a ideia do projeto nunca foi posta em prática pela NESSA e nem pela associação do bairro.

Menciona-se que ao lado do Barracão de Uso Múltiplos há um terreno reservado para a implantação de uma horta comunitária com toda uma infraestrutura

pronta de canteiros cobertos como pode ser observada na figura 40, mas, até ao final desta pesquisa não tinha sido efetivado, sendo que tal local aparentemente está abandonado.

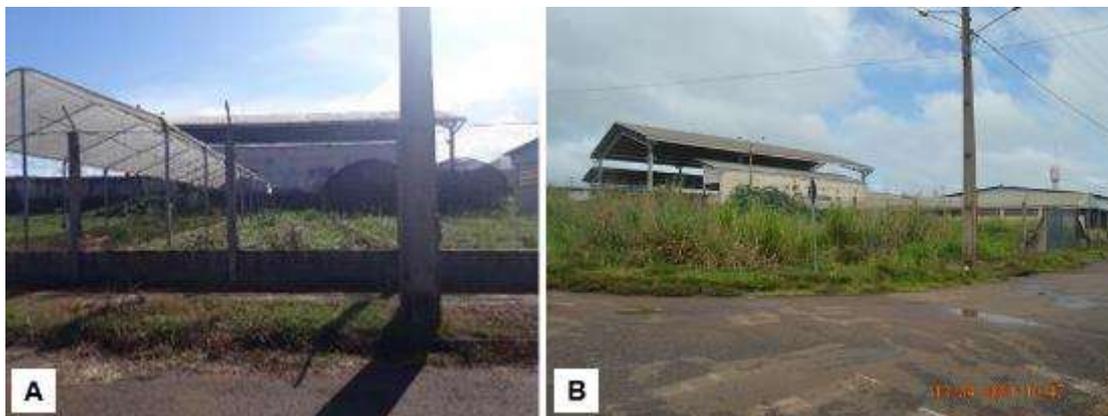


Figura 40. Espaço Reservado para Horta Comunitária
A: Imagem pela rua Sabugaira; **B:** Imagem pela rua Sabugueira com rua Cidreira.
Fonte: Acervo Pessoal, 2020/2021.

A população do RUC foi agraciada também com a construção de uma quadra poliesportiva e uma pequena praça com equipamentos de academia ao ar livre (figura 41-A) para práticas de atividades físicas. Além destes, um centro de educação ambiental (figura 41-B) com um pequeno parque exclusivo para crianças foi edificado.



Figura 41. Equipamentos de Lazer
A: Quadra Poliesportiva; **B:** Centro de Educação Ambiental
Fonte: Acervo Pessoal, 2020.

No entanto, segundo informações colhidas em visita de campo, os moradores informaram que o espaço nunca funcionou para a finalidade projetada e que o lugar operava até o ano de 2019 (antes da pandemia do novo Coronavírus) com o Programa de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) mantido pela

prefeitura e atende crianças carentes do RUC com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

Já em relação ao abastecimento de água, os moradores comentam que os poços artesianos escavados pelo empreendedor que deveriam funcionar por gravidade tornaram-se insuficientes para atender a demanda da população do RUC porque o bairro foi construído em uma área muito elevada e a parte superior fica abaixo do nível da tubulação de distribuição da água, ocasionando a falta de pressão suficiente para abastecer primeiramente as caixas d`água da rua Alecrim (primeira rua na parte de baixo do RUC), seguindo pela rua Preciosa (rua a cima da rua Alecrim, e assim sucessivamente, até chegar as casa na parte de cima do RUC, ficando estas prejudicadas com a falta de água devido as casas se encontrarem em altitude equivalentes ao centro de distribuição de água do RUC. Diante disto, a prefeitura complementa este serviço com o apoio de carros pipas em parceria com Norte Energia.



Figura 42. Abastecimento de Água e Reivindicação
Fonte: Associação dos Moradores do Bairro São Joaquim

Em relação aos estabelecimentos comerciais, a NESAs disponibilizou lotes de esquina das ruas do RUC, inicialmente destinado para aqueles que já possuíam atividades comerciais nos Baixões mediante requerimento, o qual a NESAs chamou de

1º fase. Na 2ª fase outros procedimentos e critérios foram estabelecidos. Para adquirir um lote comercial, qualquer atingido poderia se inscrever, desde que comprovasse negociação com a NESA. A partir disto, os interessados entregavam toda documentação solicitada e a empresa gerava uma pontuação prioritária de acordo com a atividade comercial que seria implantada e as necessidades das associações de moradores de cada RUC.

A 3ª fase levou em consideração as atividades prioritárias que ainda não existiam nos RUC e podiam se inscrever qualquer pessoa sendo atingida ou não. Mas, teriam que executar as obras e colocar o estabelecimento em funcionamento em um prazo de seis meses. Após aceitação verbal das cláusulas, os contemplados assinavam um contrato de comodato com validade de 6 anos e pagavam o valor de um salário mínimo dividido em 6 parcelas pagas anualmente. Passados o prazo ajustado o contrato era cancelado.

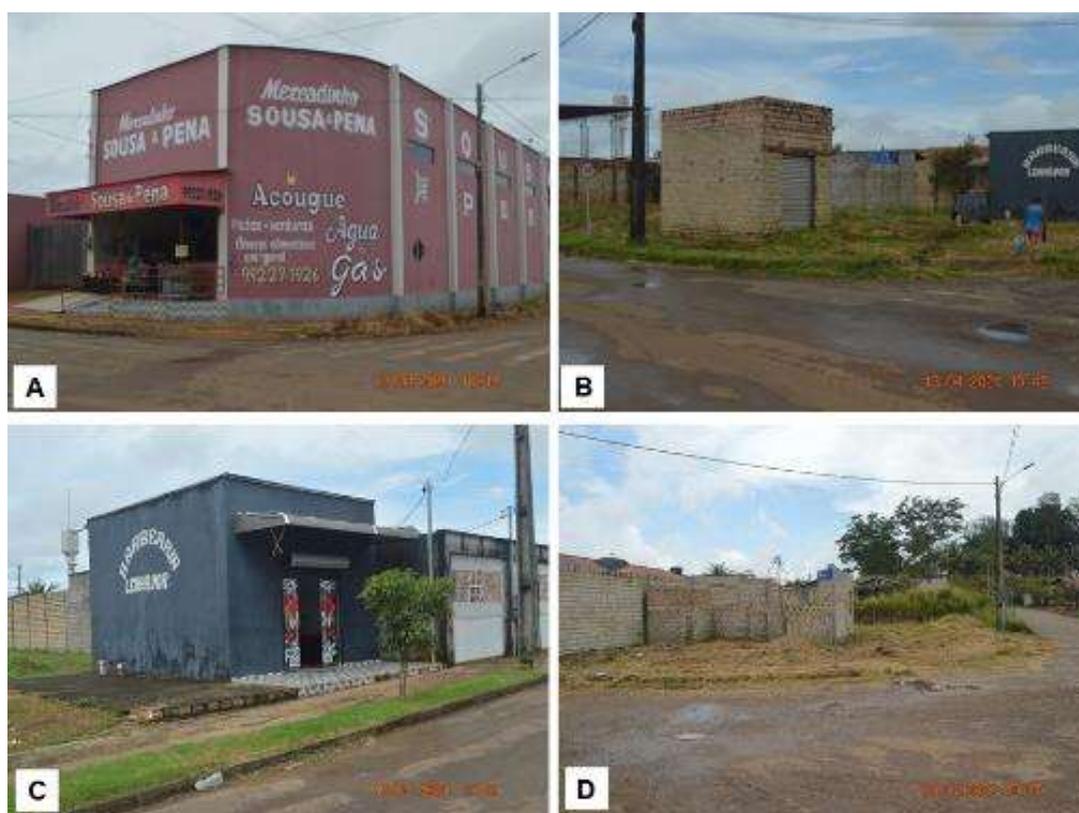


Figura 43. Estabelecimentos Comerciais do RUC São Joaquim

A: Maior Mercadinho do Bairro; **B:** Estabelecimento Pronto, Mas Sem Funcionamento; **C:** Barbearia; **D:** Estabelecimento em Construção;

Fonte: Acervo Pessoal, 2021.

Mesmo com a oferta flexibilizada para aquisição dos lotes de esquina, foi possível verificar que nem todos os espaços teriam sido ocupados com a instalação

de estabelecimentos essenciais. Mas, um deles se sobressaiu e é considerado como o mercadinho maior do bairro.

Muitos deles permanecem vazios, em construção e/ ou sem oferta de funcionamento à população, restando apenas o interesse e a vaidade em manter o lote de esquina em seu benefício. Em contraponto a esse método planejado pela NESA, foi constatado em visitas ao RUC São Joaquim, pequenas estruturas comerciais agregadas como extensão da casa, lembrando as mercearias dos antigos Baixões.

Ainda se observou que a comunidade conta com quinze pequenas mercearias, cinco salões de beleza, uma barbearia, uma bicicletaria, algumas frutarias, três panificadoras e um açougue. Pode ser constatada também a existência templos religiosos de diferentes manifestações do cristianismo, contando com um universo de dez igrejas no bairro.



Figura 44. Igrejas Existentes no RUC São Joaquim
A: Igreja do Evangelho Quadrangular; **B:** Igreja Católica Comunidade São Joaquim.
Fonte: Acervo Pessoal, 2021.

A medida em que as famílias iam se territorializando no RUC e suas necessidades básicas iam aflorando, investidores comerciais do centro da cidade visionaram o entorno do bairro como um lugar propício para investimentos financeiros. a exemplo, foi construído no bairro um supermercado de grande porte que empreende no ramo da alimentação em Altamira, lojas de materiais de construção, oficinas, salão de beleza entre outros comerciais. Tudo isso, veio facilitar a vida dos moradores e diminuiu a dependência de ida ao centro da cidade. Nessa mesma avenida também há lojas de materiais de construção, oficinas, marmoraria entre outros.

O bairro aos poucos foi se configurando conforme as necessidades da população residente na comunidade e as características foram se formatando de acordo com a cotidianidade do bairro. Muitos investimentos ainda precisam ser implantados ou infraestruturado no São Joaquim, porém, um dos aspectos que mais preocupa a comunidade é o precário abastecimento e distribuição de água, ou seja, o sistema hídrico construído há 5 anos pela NESA é falho, não atende as necessidades diárias da população e desde então o jogo de empurra, empurra se estabeleceu entre a prefeitura e a Norte Energia. Pois sempre que problemas infraestruturais surgem e a população requer uma resposta para solucionar o caos, a NESA diz que a prefeitura é quem é a responsável e a prefeitura argumenta que ainda é responsabilidade da Norte Energia e assim segue a saga.

3.3. A Chegada ao Reassentamento Urbano Coletivo São Joaquim

3.3.1. A Reterritorialização da População Realocada

As famílias que sofreram deslocamento compulsório para o Reassentamento Urbano Coletivo São Joaquim residiam em diferentes Bairros e localidades de Altamira, entre eles o bairro Aparecida, Baixão do Tufi, Açaizal, Colina do Forte, SUDAM I e II, Brasília, Catedral, Centro, Recreio, Boa Esperança, Jardim Independente II, Jardim Altamira, Invasão dos Padres, Esplanada do Xingu, São Sebastião e Alberto Soares (NORTE ENERGIA, 2014). Com a desterritorialização, as famílias tiveram que se reterritorializar e criar novos vínculos para construir novas memórias, outros hábitos e costumes, uma vez que não era mais possível viver nos Baixões.

A reconstrução de territórios pode ser compreendida como o processo de reterritorialização, podendo este vim a ocorrer de forma diferenciada no tempo e no espaço de cada sociedade. Haesbaert (1999), salienta que a reterritorialização é um processo que vem se fortalecendo, e é fundamental para que se mantenha viva a memória de seus antepassados.

Diante da massa de despossuídos do planeta, em índices de desigualdade social e de exclusão cada vez mais violentos, o "apegar-se à terra", a

reterritorialização é um processo que vem ganhando força. Ele se torna imprescindível não somente como fonte de recursos para a sobrevivência física cotidiana, mas também para a recriação de seus mitos, de suas divindades ou mesmo para manter viva a memória de seus mortos. (HAESBAERT, 1999, p. 185).

Nessa perspectiva, Fuini (2014) considera-se que a “reterritorialização, por sua vez, compreende o movimento de reconstrução e retomada de laços de identidade e inserção territorial sob novas bases de qualificação”. Com as perdas ocasionadas com a desterritorialização, a reterritorialização é marcada pela reconstrução e construção de identidade, de relações socioculturais, trazem uma nova territorialidade à população.

Neste sentido, observa-se que o processo de construção das novas territorialidades pelos residentes do RUC são Joaquim, possui uma dinâmica bem característica, pois ela vai se definindo a partir da conexão estabelecida com o meio. Esta proposição é acentuada por RAFFESTIN, (1993, p. 158) ao afirmar que, “a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral”. Novas territorialidades serão criadas nesses novos lugares, conforme a comunidade vai se articulando vai se construindo sua territorialidade, “por meio do estabelecimento de vínculos, por criações ou invenções humanas, através de práticas sociais, é que se produz território, que se constitui uma territorialidade” (HEIDRICH, 2006, p. 4).

O processo de desterritorialização e das novas realidades postas aos reassentados, trazem à tona reflexões que expressam fadiga pelo difícil acesso as tarefas que eram desempenhadas frequentemente como estudo, trabalho, serviços essenciais à saúde e lazer sem esforço físico, e que agora precisavam de maior dinamismo para cumprir as tarefas do cotidiano, ademais a distância social desfez e afastou, vizinhos, e familiares do seu cotidiano. A ex-moradora do bairro SUDAM I, pondera ao dizer que “*Os primeiros dias foi estranho demais, achei ruim, sei lá, o lugar a distância pra ir para o serviço a pé todos os dias, eu achei difícil ó, é muito longe, eu achei muito afastado*” (ATINGIDA Ex-moradora do SUDAM I, 2019).

A territorialização não se dá de forma homogênea e rápida, esse processo pode acontecer de forma lenta ou talvez não ter o sentimento de pertença do território como era ou foi um dia em suas vidas. Podendo em alguns momentos ter grandes dificuldades de reestabelecer vínculos com o novo, seja lugar ou pessoas. A

entrevistada exprimi em sua oralidade que apesar de morar há quatro anos no RUC, ela não sabe os nomes dos seus vizinhos e diz,

“Aqui é tranquilo o pessoal fala mais na minha rua mesmo é tranquila, os vizinhos, vou falar a verdade, poucos eu conheço. Estou aqui há quatro anos não tenho o que falar deles. É cada um no seu canto, ninguém não sabe nem o nome se perguntar.” (ATINGIDA Ex-moradora do SUDAM I, 2020).

Já essa outra moradora do São Joaquim, expõe como foram os primeiros meses na nova residência ao lembrar como foi o encontro com o novo em um bairro em processo de construção, sem as estruturas básicas suficientes para sobrevivência, tudo era difícil e angustiante principalmente por ter sido umas das primeiras famílias a ser realocada. De acordo com a Ex-moradora do SUDAM I (2020)

Os primeiros dias foram bens difíceis nos sentimos perdidos, porque ainda não tinha terminado de fazer o bairro só tinha entregado três ruas aqui, assim foi muito difícil porque não tinha nada pra vender, então tudo que a gente precisava tinha que no centro, de manhã para tomar café tinha que ir no centro comprar pão, carne tinha que ir no centro mesmo pra comprar carne, foram uns dois meses muito difícil mesmo, e faltava água e era aquele desespero (silêncio)... (ATINGIDA Ex-moradora do Açaizal, 2019).

O início do novo ciclo na vida da população realocada foi muito árduo, considerando que a maioria dos entrevistados viveram nos Baixões em média de 20 a 30 anos e de repente se viram obrigados a serem desapropriados e seguir em frente deixando para trás anos de convivência e afetividade para construir nova territorialidade. Fato constatado na fala da Ex-moradora da rua do Ferro Velho (2019) ao dizer “meu velho não esquece de lá, quando ele vai lá na beira do rio, é uma alegria”.

Quando cheguei aqui foi alegria e na mesma hora tristeza, porque a gente morando muitos anos em um lugar, quando saía estranhava, a gente sente aquela falta, vai deixando aquilo que a gente tinha, zelou ver derrubar a casa velha da gente, é velha, mas é nossa é da gente né, depois de uns três meses aí eu comecei a me acostumar. (ATINGIDA Ex-moradora do Ferro Velho, 2019).

A Ex-moradora da rua Anchieta (bairro SUDAM I) disse “*Eu pensei que pra cá o movimento ia ser maior, não tinha o que fazer ou saia ou não ganhava nada foi o que foi falado. O primeiro dia foi péssimo, não me sentia bem na nova casa, hoje tem*

que achar bom aqui é o lugar a gente mora” (ATINGIDA Ex-moradora do SUDAM I, 2019).

Os primeiros dias não foi muito bom não, na hora que abria essa porta o meu destino era de volta pra lá passei foi muito tempo, com essa arruação mulher, passei uns dois meses com essa arrumação, na hora que abria a porta dava vontade de ir embora, não foi fácil o meu marido dizia: “mulher você tem que se acostumar. É aqui que é nosso agora”. Se minha casa tivesse de pé eu ia já voltar pra lá, infelizmente ele derrubou logo (ATINGIDO Ex-moradora do Açaizal, 2019).

Nas visitas realizadas ao RUC São Joaquim foi possível observar que os moradores reaproveitaram os restos de madeira retiradas de suas antigas casas para ampliar suas novas moradias com varandas semiabertas na parte frontal, lateral ou mesmo ao fundo das casas. Ainda foi possível perceber que alguns moradores ergueram no restante do terreno uma pequena morada em palafitas com restos de materiais retirados das casas que foram colocadas abaixo pela Norte Energia e suas características físicas lembravam o antigo lar no Baixão.

Como destaca essa moradora durante a entrevista realizada em 2019 *“Eu aumentei aqui a cozinha, fiz de madeira da outra casa, eu fiz empréstimo para colocar grade na casa, quando chegamos aqui faltava água, agora falta pouco” (ATINGIDA Ex-moradora do Ferro Velho, 2019).*

A simbologia dos Baixões ainda existe nas memórias dos seus antigos moradores. Suas casas em madeira ou palafitas traduziam as lutas pelo direito ao espaço por moradia, pela sobrevivência e marcaram suas trajetórias de vidas, por isso aquele espaço sempre será lembrado com muito esmero e ao mesmo tempo traz em si rastros de um acontecimento doloroso e sinistro. A atingida ex-moradora do Baixão do Tufi (2019) diz *“quando chegamos aqui todo mundo estranhou, até o gato estranhou ele foi embora e nunca mais voltou. Chegamos aqui tudo diferente, aí eles deram três dias para derrubar a casa”.*

quando eu cheguei pra cá, foi três noites sem dormir, três noite seguida sem dormir, até um dia que quando eu fui no supermercado que nós comprava pra lá que eu passei que eu olhei assim pro rumo de lá só o buraco nem uma casa, foi difícil né, da saudade, a pessoa se acostuma com as coisas eu sentia falta, agora não tem mais nada lá mesmo (ATINGIDA Ex-moradora do Baixão do Tufi, 2019).

Esse processo de adaptação no novo lugar e nas novas casas, não aconteceu de um dia para noite e nem de forma fácil para elas pois perderam noite de sonos e dias de inquietude na nova realidade colocada em suas vidas, tudo isso trouxe perdas para a vida destes que em sua maioria ainda não criaram vínculos com os seus novos vizinhos, e não foi possível identificar porque a população não conseguiu construir novas relações com a vizinhança. Uma hipótese a ser levantada é que eles ficaram com traumas da ruptura causada em suas vidas e/ou que o tempo ainda não foi suficiente para reestabelecer os vínculos.

3.4. Como Está a Vida Hoje?

Já são mais de cinco anos que os ex-moradores dos Baixões residem no novo lugar, pois a maioria das famílias chegaram ao bairro em meados de 2014 para ocupar a sua nova morada, e uma das inquietações ao voltar no local outrora perdido pelos atingidos, refere-se em querer saber quanto tempo uma família que se desterritorializou, que passou pelo deslocamento compulsório leva para conseguir se territorializar e se isto é possível acontecer em sua plenitude.

Ao indagar algumas pessoas do bairro para saber como estava a vida no São Joaquim e se o lugar era realmente bom para viver, uma ex-moradora do Baixão (antiga rua do ferro velho) diz que “não é ruim” mas, não consegue expressar que ali era um bom lugar, conta apenas que a distância para adquirir bens e serviços dificultou a vida para efetivação de atividades simples, como a compra de um pescado, que antes era “pertinho” agora precisavam depender de outras pessoas para ir ao centro da cidade comprar o peixe, ou seja, hoje tornou-se necessário um planejamento prévio para obter o que precisam.

Não é ruim, não né velho? É ruim assim porque peixe para gente comprar, um peixe uma coisa fica difícil, mas a gente tem um rapaz que a gente compra peixe, aí a gente liga pra ele, e o meu menino vai buscar pra nós, quando não é os que trabalha na beira, manda pra nós, só é difícil assim pra gente descer a pé, que tem descer de carro (ATINGIDA Ex-moradora do Açaizal, 2019).

O custo de vida é muito alto, dizer que aqui é bom, não é. Porque não é bom, a energia é um absurdo, as mesmas coisas que eu tenho aqui é que tinha lá não comprei nada, porque aumentou tanto essa energia pra gente, não sei se a gente está pagando o terreno pagando tudo, a minha filha com recém-nascido e o marido desempregado, três filhos na escola, não fez muitas amizades no bairro (ATINGIDO Pescador do açaizal, 2020).

aqui não é tão bom, a gente vive porque é o jeito mesmo, eles poderia fazer uma escola aqui, só tem uma de ensino fundamental, tinha que ter do ensino médio, só tem fundamental, quando termina o fundamental tem que estudar nas escolas lá em baixo, para ir a cidade ou de carro ou de bicicleta, quando não tem gasolina no carro, tem que ir de pé mesmo, se quiser comer né, se quiser comer alguma coisa diferente, tem que ir lá embaixo porque aqui. O povo disse que era para fazer uma horta perto do postinho do salão comunitário, lá está cheio de mato, ninguém come mato, aqui tem um presidente do bairro dizendo o povo mais a gente não ver ele, mesma coisa de não ter ele não desenvolve nada. a norte energia continua enrolando as pessoas agora estão reformando as casas que estão apresentando problemas, aqui rachou as paredes eles vieram e encheram de argamassa e depois passa tinta (ATINGIDO Ex-morador do bairro Brasília)

Ainda considerando a fala da primeira entrevistada, percebe-se que a mesma não possui um meio de transporte para se locomover com mais presteza para resolução diária de suas necessidades que outrora estavam à disposição nas proximidades de sua casa, sendo necessário pagar condução para ir ao supermercado e afins ou até mesmo, recorrer aos filhos, amigos ou ainda serviços de terceiros. Nota-se que a adaptação ainda requer um longo percurso para que as famílias possam se familiarizar com o diferente e ao mesmo tempo necessário para se reterritorializar. Somente as vivências farão as famílias deixarem os comparativos e seguir em frente

Em relação ao custo de vida dos moradores do RUC São Joaquim se comparadas ao modo de vida anterior, estas sofreram alterações consideráveis, gerando aumento de despesas nas novas casas. Uma das maiores reclamações foi o preço elevado da energia. Segundo eles, não havia uma explicação para os valores exorbitantes, dizem que não adquiriram nenhum bem para a despesa ter aumentado tanto.

Por outro lado, existem aqueles que reclamam porque nunca tinham pagado sequer uma taxa de energia elétrica pois viviam do uso ilegal de “gatos” (ligações clandestinas e uso de energia ao modo 0800 muito comuns em áreas de invasão). Com as novas moradias veio a legalidade do sistema de distribuição de energia, e com ela as reclamações começaram a surgir quando os primeiros talões de cobrança começaram a chegar na porta de suas casas, logo encontraram um jeito para se reunirem para solicitar vistoria nos medidores das residências do RUC.

A população solicitou ao Ministério Público a vistoria dos medidores de energia, reclamando-se dos preços abusivos praticados pela então concessionária de energia CELPA, hoje Equatorial Energia. A solicitação foi acatada pelo ministério e foi

realizada a vistoria em 100 medidores aleatórios pelos profissionais do IMETRO, PROCON e Centro de Perícia Renato Chaves, no ano de 2019.

A terceira voz acima verificada em entrevista com um ex-morador do bairro de Brasília, é sobre a escola do bairro, segundo ele a escola atende apenas ao Ensino Infantil, e fundamental I e II, e quando os filhos concluem o 9º ano necessitam se deslocar à procura de outra escola em outros bairros da cidade para dar início ao Ensino Médio. Esses deslocamentos causam muitas preocupações aos pais porque muitas famílias não dispõem de transporte e os filhos são expostos aos riscos a caminho da escola, somados a isto essa desvantagem do bairro gera custos arbitrários às condições dos moradores.

Em outro ponto do bairro encontrei uma antiga vendedora de tacacá e ela definiu o São Joaquim como um lugar ermo ao dizer que “*Ficou uma solidão muito grande*” (ATINGIDA Tacacazeira, 2019), e acrescenta que não se adaptou ao silêncio da sua nova rua, “*aqui o movimento e bem pouco, aqui sete horas da noite você olha para cima e para baixo você não ver ninguém, as casas vive tudo fechado é solidão*” (ATINGIDA Tacacazeira, 2019). A falta de interação social entre vizinhos provoca a sensação de estarem vivendo sozinhos, mesmo estando morando em coletivo no bairro. Observa-se que entrelinhas existe um saudosismo do tempo que viviam nos Baixões sentados à porta nos finais de tarde para jogar conversa fora, um acolhendo o outro e realizar favores. Na nova moradia cada um por si é a maneira mais real que os define, ainda não foi possível se estabelecer vínculos de confiança para pedir ajuda ou comprar algo quando necessitam como era nos antigos bairros. Segundo a entrevistada,

Hoje se eu quero uma coisa não tem como eu ir e tanta ladeira, tem uma farmácia aqui em cima, daqui que eu suba essa ladeira a gente está morto, minha filha fala mãe quando quiser uma coisa a senhora é só ligar que quando eu tiver de folga eu compro para a senhora, é ela que compra, outro filho mora aqui do lado, ele fez uma quitinete aqui do lado (ATINGIDA Tacacazeira, 2019),

Pelo fato do bairro São Joaquim está localizado em área periférica da cidade, não é possível perceber uma agitada circulação de pessoas de outros bairros no local. Por esse motivo é considerado um lugar tranquilo. Os vizinhos, ao chegarem do trabalho ou de qualquer outra atividade, se fecham em suas casas como casulos e

não se importam com a vida dos outros, deixando transparecer a vaguidão nas ruas, o silêncio típico do lugar que as pessoas não vivem, sobrevivem.

Esse sentimento foi comparado pela moradora ao lembrar quando ela morava no Baixão e trabalhava com a venda de alimentos em frente a sua antiga residência no bairro “*é um tanto estranho e muito difícil de se acostumar com esse ritmo monótono de vida*” (ATINGIDA Tacacazeira, 2019). Essa preocupação é mais acentuada por se tratar de uma pessoa idosa que mora sozinha e perdeu o hábito de ir ao centro da cidade com frequência ou a outros lugares pela distância que a separou desse contato social e hoje passa grande parte de sua vida sozinha, sem ninguém para lhes fazer companhia.

Para as pessoas idosas, a realocação para o São Joaquim, aparenta ser mais difícil de assimilar ou de aceitar, talvez isso se deva ao fato de não terem mais forças para um recomeço, para construir uma nova territorialidade e criar novos vínculos com os seus novos vizinhos que o reassentamento trouxe para sua vida e preferem apenas permanecer no local.

Quanto à realocação, alguns dos entrevistados consideram justa, mas ao fim de suas falas elas complementam que se pudessem voltar agora para o seu antigo lugar, voltariam e se questionam o porquê foram removidos, se nenhum dos antigos locais foram inundados pelo enchimento do lago de Belo Monte depois da reestruturação das áreas e alargamentos dos igarapés. Outros consideram a realocação injusta como salienta este antigo morador do bairro Açaizal.

Não considero essa realocação justa, por mim não morava aqui de jeito nenhum, não gosto porque acabou com a vida da gente, tanto prejudicou nós como prejudicou as pessoas que ficou na cota 100, no caso o cara que tinha a oficina, o cara que tem um comércio, o cara que tinha alguma coisa. Aquele pessoal que comprava lá mudou e acabou com esses comerciantes acabou com os caras que trabalhava na oficina, hoje eles falam acabou, as pessoas foram embora, perdeu os clientes (ATINGIDO Pescador do Açaizal, 2020).

Esse pescador ressalta que as dificuldades, vividas não foi só com as pessoas realocadas, como também com as pessoas que ficaram nos antigos locais, que estavam acima da cota 100m e acabaram sendo impactadas. Ele também ressalta os comerciantes que perderam seus clientes que foram removidos para os RUCs e deixaram de comprar em seus comércios. O processo de deslocamento compulsório trouxe mudanças para a vida das pessoas não somente aquelas consideradas impactadas, indenizadas. O processo desestabilizou a população inteira em todas as

dimensões possíveis de vida e gerou danos incalculáveis que talvez não foram sentidos no momento, mais dia após dias.

Sabe-se que as mudanças requereram busca de soluções e ajuda mútua para reconquistá-las. O que se tinha no território apropriado não se repõe automaticamente na reterritorialização. Por isso, reterritorialização pode ser entendida também como (re)apropriação de espaço. Componentes desse processo: suprir a ausência de equipamentos e serviços urbanos. Mais do que a presença destes, é a presença com uso para os que estão naquele espaço, apropriando-se daquele espaço. Por outro lado, há equipamentos, infraestruturas não imaginadas ou requeridas pelos que estão lá. Foram imaginadas por técnicos, planejadores, agentes exógenos. É de se suspeitar, inclusive, que objetos ali inseridos e sem perspectiva de uso possam envolver um menor custo ou, também custo apenas para o empreendedor (NESA) e não para a municipalidade.

Em uma das visitas realizadas ao bairro, estava ocorrendo um movimento para eleição de uma nova gestão da Associação de moradores do São Joaquim. Na pauta lideranças de movimentos do bairro solicitavam mudanças e acusavam em suas falas o então presidente da Associação de estar se beneficiando dos acordos que realizava com a Norte Energia e a prefeitura em detrimento da comunidade.

Passados por esse momento citado, colhi o depoimento de outra reassentada no São Joaquim sobre como ela percebe o bairro após quatro anos de convívio no local e ela foi enfática ao dizer *“Considero uma vida ótima aqui, todo mundo aqui de casa também gosta já se acostumou, já são quatro anos (ATINGIDA Ex-moradora do Baixão do Tufi, 2020)*. As respostas são variadas para a mesma indagação, mas, é compreensível que as pessoas reajam de forma diferenciada sobre as mudanças ocasionadas com o deslocamento para o reassentamento e como lidam com a construção de seus novos territórios. Para muitos é vivido naturalmente, sem grandes sofrimentos pelo que ficou, para outros parece difícil deixar para trás e seguir em frente.

Mesmo já apropriados em suas novas casas, muitos ainda se interrogam, qual o real motivo de terem sido desapropriados se lá (Baixão) nunca alagou. E a resposta mais imediata que paira não só para os moradores, como também para os movimentos sociais da região e estudiosos é a sensação de uma limpeza social para a consolidação da “dita” urbanização no centro da cidade que se concretizou após a

desocupação da área. Uma das lideranças do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, e também atingida pelo projeto de Belo Monte, reitera o que ocorreu.

Fui morar distante, teve aumento do custo de vida, isso tudo pra nada, foi uma limpeza social, eu passo o dia aqui vou pra casa só para dormir, dificilmente passo um fim de semana em casa é muito estranho, a cidade não é, mas a mesma eu não sou mais a mesma. Eu não conseguia passar ali onde ficava as casas, hoje todo mundo espalhado quase não nos vemos, em vez em quando encontramos no centro no banco, o movimento do Xingu vivo quer fazer o encontro das famílias do açaizal (ATINGIDA Ex-moradora do Açaizal e Líder do Movimento Xingu Vivo para Sempre, 2020).

O processo de deslocamento compulsório trouxe mudanças e rupturas profundas na vida das pessoas, a vida não será mais a mesma, romperam-se os vínculos, nos mais diferentes campos cognitivos da vida da população. Reconstruir os laços jamais se reestabelecerão e criar novos vínculos parece muito mais distante para acontecer.

A líder do movimento Xingu Vivo no momento em que concedeu a entrevista, deixou transparecer a impressão de ser muito difícil manter-se os vínculos outrora criados em função do distanciamento sofrido pelo deslocamento compulsório, mesmo vivendo em um mundo moderno com as facilidades de comunicação, aparenta que ela não consegue mais ajudar as pessoas ou está próxima a elas, pessoas estas que também passaram por profundas rupturas em suas vidas.

A vida da população realocada não teve melhoras significativas, para alguns a melhora considerada por eles se dá pelas novas casas, principalmente para aqueles que morava em palafitas e casas de madeiras às margens dos igarapés Panelas, Ambé e Altamira. Porém, essa população, hoje vive trancada em suas casas, cercadas por grandes muros e grades, o que dar a sensação de segurança. Desta forma, para boa parte das pessoas removidas das suas casas anteriores, as mudanças se dar somente pela distância do comércio e/ou do rio, principalmente para os pescadores e barqueiros que tiravam do rio o seu sustento (PADINHA, 2017).

Em uma tentativa de diminuir a distância dessa população realocada, a Prefeitura de Altamira implementou o serviço de transporte público, porém, ineficiente. Este serviço conta com uma frota de ônibus e vans que prestam serviços para a população. Sobre o que se mencionou até aqui, na avaliação realizada por Padinha (2017, p. 392) em sua tese de doutorado, o mesmo considera que

Os RUCs estão longe de possibilitar a liberdade a seus moradores. Hoje, trancados em suas casas, mais do que na época em que viviam nos baixões. Falta água potável nos RUCs, abastecidos de forma deficiente seja pela empresa (a Norte Energia) seja pelo poder público municipal (a prefeitura de Altamira). Para alguns a estrutura da casa melhorou. Em especial, para os que habitavam as tradicionais palafitas, localizadas às margens e/ou sobre os igarapés Altamira, Ambé e Panelas. Para outros a estrutura é pior. Suas casas eram maiores e com material de melhor qualidade, eram feitas de tijolos e não, somente, de concreto. Tinham mais de cinco anos de garantia. Nelas era possível dormir em redes. Nas novas casas, essa prática, cotidiana e banal, não é possível. A espessura das paredes não possibilita colocar redes em casa. Nas novas casas sair para comprar algo e fazer algo é atividade que precisa, agora, ser planejada. Não podendo mais ser feita no impulso. As distâncias em relação a comércio, lojas e serviços já não mais permite o impulso, o “vou ali e volto já”. As distâncias dos RUCs em relação a centro da cidade, hoje, consomem muito tempo e dinheiro das pessoas. Transporte público não há. Ônibus que passa a cada quatro horas, custam 3 reais por pessoas ao dia, sem direito a meia passagem, seja para estudantes seja para idosos etc., não pode ser assim classificado. E, o que dizer do aumento do custo de vida, em relação: a comida, ao transporte e a energia elétrica. Não é possível defender que a vida, quando da análise de aspectos mais globais, sofreu melhora. Os RUCs de Altamira reproduzem uma lógica comum a outros loteamentos pelo país afora. Estão distantes do centro urbano. A acessibilidade a estes é ruim. Sendo desassistido de uma condição que possa ser classificada como digna, aos que ali moram. São produtos perversos do “ajuste do capital” e de uma intencionalidade excludente do Estado. E aqui, estamos a falar de distância física. De limitações promovidas por mudanças provocadas no espaço absoluto. Mas, e a distância afetiva? (PADINHA, 2017, p. 392-393).

Em estudos recentes, realizados pela Fundação Viver, Produzir e Preservar com o financiamento do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX) sob consultoria técnica da Rede Terra, entre os anos de 2016 a 2018, junto à população realocada pela Norte Energia nos cinco RUCs, realizou uma pesquisa intitulada: “A Voz dos Atingidos de Belo Monte: desafios e direitos” que traz resultados que apresenta a atual situação da população que sofreu o processo de saída compulsória e a realocação nos bairros construídos pela NESAs, corrobora para a confirmação das mudanças na vida da população realocada.

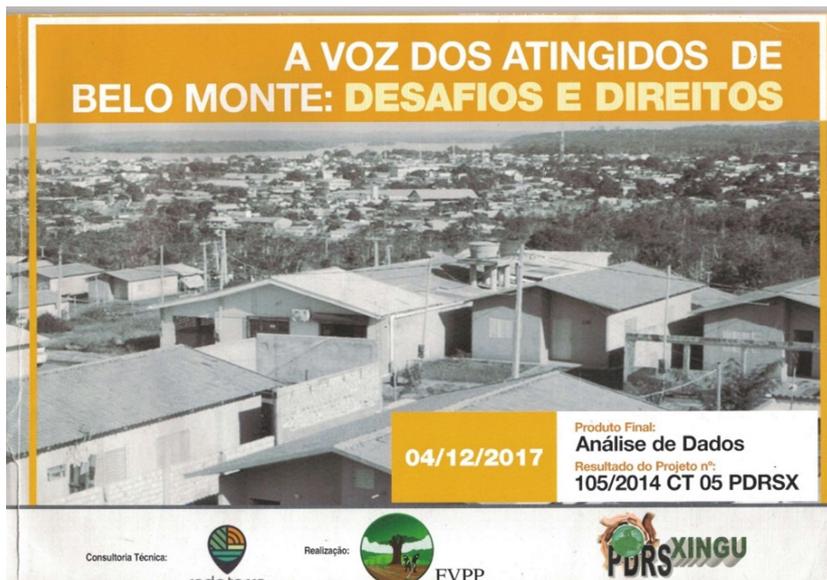


Figura 45. Capa da Revista da Pesquisa A VOZ DOS ATINGIDOS DE BELO MONTE: DESAFIOS E DIREITOS

Fonte: Acervo Pessoal, 2019.

A pesquisa de campo realizada com as famílias realocadas pela FVPP, foi feita entre junho e dezembro de 2016. Onde foram realizadas 1.002 entrevistas junto a população realocada, significando um quantitativo de pouco mais de 25% das unidades habitacionais dos RUCs foram entrevistados.

Os dados da pesquisa foram disponibilizados a sociedade em geral em julho de 2018, de forma impressa através de uma revista intitulada com o nome da pesquisa. Também se realizou reuniões devolutivas nos cinco RUCs para apresentação dos resultados aos moradores, no que tange a infraestrutura no âmbito habitacional. Os dados apresentados nesta dissertação, ora organizados pela autora, é um comparativo da estrutura dos RUCs ao local de moradia anterior.

Assim, dados do gráfico 1 apresentam que 62% dos entrevistados pela FVPP consideraram ter melhorado a situação quanto à qualidade de moradia comparando as suas antigas casas, 28% desses entrevistados disseram ter piorado, 9% dos entrevistados coloca como semelhante sem ter melhorias significativas.

Sobre ao abastecimento de água conforme o gráfico 1, 58% dos entrevistados falaram que a situação nos RUCs, é pior, se comparada a seus antigos lugares de moradia anteriores à instalação da UHE Belo Monte, 29% dos entrevistados consideraram que o abastecimento de água melhorou e 13% que a situação é semelhante à antiga casa que residiam, antes de serem realocados nos novos bairros.

Em relação à energia elétrica, o dado apresentado é que 53% dos moradores dos bairros construídos pela Norte Energia e que foram remanejados devido à construção da UHE Belo Monte considera que a situação em relação à energia elétrica piorou se comparado ao antes de Belo Monte, talvez seja um pouco compreensível quando se sabe que o estado do Pará tem a energia mais cara do Brasil, sendo que este é um dos estados que mais produz energia, uma vez que possui grandes Usinas em funcionamento em seu território, a de Tucuruí e a de Belo Monte.

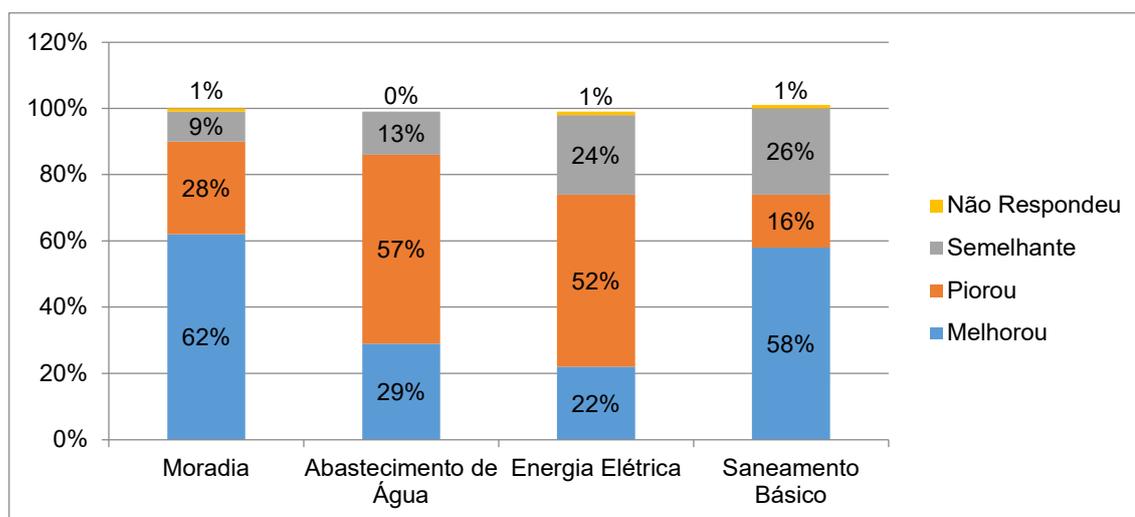


Gráfico 1. Infraestrutura de Moradia nos RUCs
Fonte: Fundação Viver Produzir e Preservar, 2017.
 Adaptado pela Autora

Ainda sobre energia elétrica observa-se no gráfico 1 que 24% responderam que o abastecimento de energia é semelhante, sem mudanças significativas com a sua antiga moradia, porém, menciona-se que muitos moradores realocados, seja no São Joaquim ou outro RUC não pagavam conta de energia, já que em suas residências anterior, a rede elétrica em o famoso “gato” conforme já dito anteriormente. 22% dos moradores consideram que teve uma melhora significativa em relação à distribuição da energia elétrica em relação aos seus antigos bairros.

Sobre o saneamento básico, não há o que se discutir e nem sequer questionar, já que anteriormente esta população que foi atingida e realocada não desfrutava de nenhum tipo de saneamento, pois, os lugares onde estes residiam não possuíam tal infraestrutura. Porém, destaca-se que os aspectos brutos ligados às estruturas físicas são bem avaliados e os que envolvem o compromisso da municipalidade com o assentamento é o contrário. Desta forma, cita-se que a responsabilidade sobre os aspectos citados ainda é da Norte Energia.

Na análise do gráfico 2 sobre os itens Organização, Segurança e Urbanização, a FVPP mostra dados em que 63% consideraram que a cultura e o lazer pioraram em relação as suas antigas situações de moradia. De fato, nos atingos lugares era comum ter festivais folclóricos, festas juninas e rodas de carimbós, principalmente nos lugares em que havia uma comunidade católica.

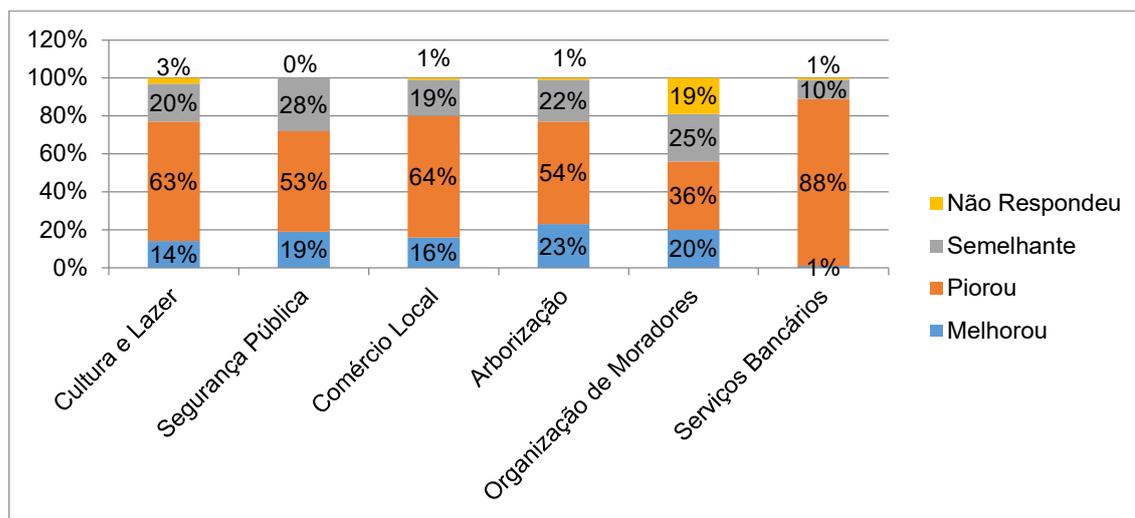


Gráfico 2. Organização, Segurança e Urbanização dos RUCs

Fonte: Fundação Viver Produzir e Preservar, 2017.

Adaptado pela Autora

Sobre segurança pública os dados apresentados mostram que 53% pessoas responderam que piorou e 28% consideraram que continua semelhante a anterior situação antes de Belo Monte e apenas 19% falaram que melhorou. Com o decorrer da construção de Belo Monte, ocasionado o inchaço populacional, a violência aumentou muito em Altamira principalmente nos lugares considerados periféricos, englobando nesse caso os RUCs.

Em relação ao comércio local 64% das pessoas disseram que piorou, 19% delas consideram semelhante a suas vidas antes de Belo Monte. Já sobre arborização, 54% das pessoas entrevistadas falaram que piorou, 22% consideraram igual a sua antigas moradias. Sobre os serviços bancários 88% responderam que piorou, tendo em vista que as agências bancárias em Altamira se localizam no centro da cidade e os novos bairros se encontram distantes do centro, e antes de serem remanejados essas pessoas residiam próximos a estes serviços, não necessitando realizar grandes deslocamentos para ter acesso aos serviços bancários.

Nos dados apresentados no gráfico 2 denota-se a dificuldade de se sentir bem com a vida de relações objetivas que envolve o cotidiano dos realocados, pois, são os malefícios da desterritorialização. A reterritorialização não vem “pronta”, imediatamente, sendo construída aos poucos conforme o cotidiano de cada um.

Destarte aos equipamentos sociais, os dados da FVPP (gráfico 3) mostram que 61% dos entrevistados consideraram que ocorreu uma piora nos serviços de saúde, 20% afirma que melhorou e 16% disseram que os serviços são semelhantes ao oferecidos antes de Belo Monte.

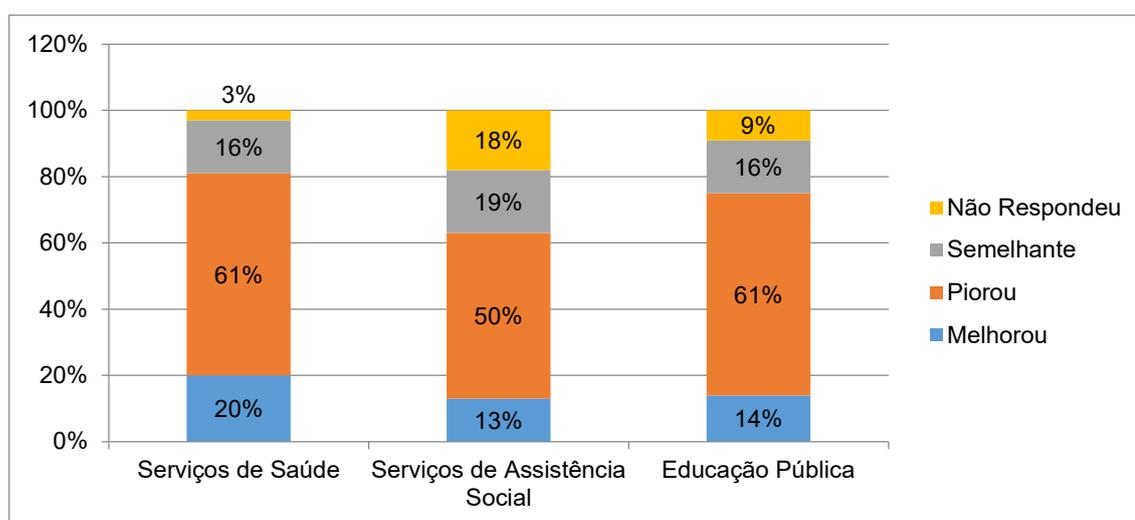


Gráfico 3. Equipamentos Sociais nos RUCS
Fonte: Fundação Viver Produzir e Preservar, 2017.
 Adaptado pela Autora

Já, em relação aos serviços de assistência social 50% consideraram que piorou se comparados as situações anteriores, 19% dos entrevistados consideraram que os serviços prestados são semelhantes sem ter uma mudança significativa e 13% das pessoas pesquisadas afirmam ter ocorrido uma melhora nos serviços sociais.

Ainda no gráfico 3, percebe-se que 61% dos entrevistados pela FVPP consideraram que piorou a educação pública se comparada a ofertada antes de Belo Monte, 16% disseram que é semelhante a situação da educação pública sem ter percebido mudanças significativas e somente 14% das pessoas que participaram da pesquisa consideraram que a educação pública nos Reassentamentos Urbanos coletivos melhorou.

Já sobre a acessibilidade pública (gráfico 4), 65% dos participantes desta pesquisa da FVPP consideraram que piorou a mobilidade e o transporte público, isto

acontece em razão da cidade contar com um serviço de transporte público ineficiente, com uma frota sucateada ao qual são usados como meio de transporte na cidade pelos moradores com menor poder aquisitivo.

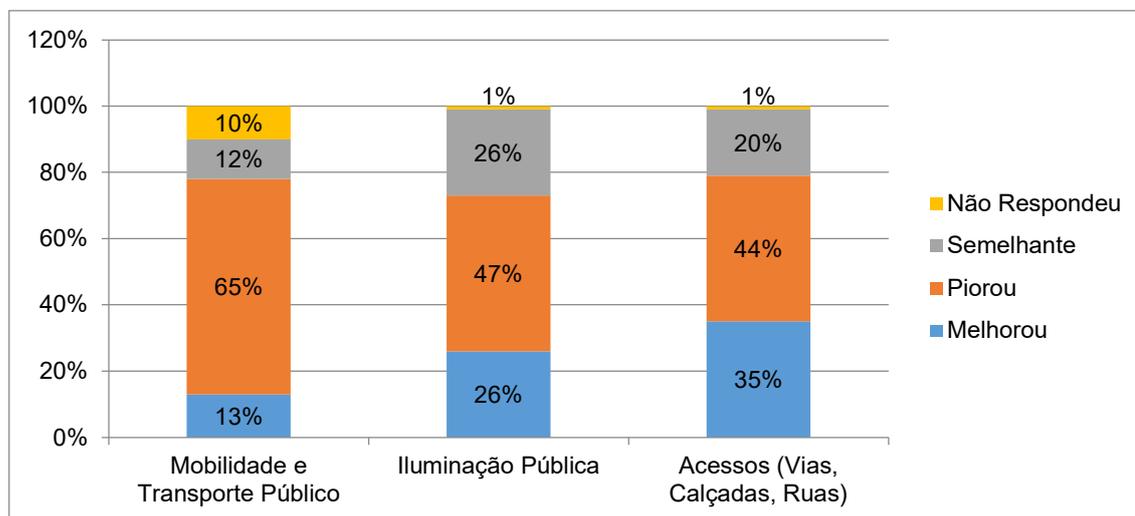


Gráfico 4. Acessibilidade Pública dos RUCs
Fonte: Fundação Viver Produzir e Preservar, 2017.
 Adaptado pela Autora

Cabe mencionar que na cidade de Altamira existe o serviço de mototáxi, táxi e carros por aplicativo, porém, o acesso a eles é mais difícil e custo elevado no valor de transporte para lugares distantes do centro da cidade como é o caso dos Reassentamentos Urbanos Coletivos. Já 13% dos participantes da pesquisa responderam que teve melhora no transporte público, 12% falaram que o serviço continua semelhante e 10% não responderam quando perguntados sobre este item.

Em relação aos serviços de iluminação pública 47% responderam que piorou, 26% consideraram que continua semelhante à sua antiga situação de moradia e 26% responderam que melhorou. Em relação ao acesso de vias, ruas e calçadas 44% consideram que piorou, 35% declaram que melhorou e 20% consideraram semelhantes aos seus antigos lugares de residência.

Nas análises finais da pesquisa realizada pela FVPP, denota-se em seu relatório que a situação dos moradores dos RUCs é preocupante, quando analisado a situação econômica e de trabalho dos mesmos. A renda média encontrada nos RUCs situa-se entre um e dois salários mínimos, inferior ao município de Altamira, em que o salário médio mensal dos trabalhadores formais era 3,3 salários mínimos, em 2015 (FVPP, 2017). Além disso, chama atenção que 70,3% dos entrevistados estão

na condição de “desocupados/desempregado” ou “autônomo ou diarista”, apontando os graus de precarização nas condições de trabalho dos moradores nos RUCs (FVPP, 2017, p. 48).

A renda média dessa população é inferior à encontrada no município de Altamira e o número elevado de pessoas que estavam em situação de desempregados, autônomos e diarista, somado tem-se um índice de mais 70% do universo de pessoas entrevistadas, conforme aponta os resultados da pesquisa da Fundação Viver Produzir e Preservar (2017, p. 48).

Ao analisar a situação dos atingidos diretamente pela construção de Belo Monte, pode-se concluir que as situações em alguns aspectos podem ter melhorado, mas em sua maioria, os moradores classificam que a condição de vida piorou e outros dizem que continua semelhante ao que viviam antes de Belo Monte, sendo minoria os que consideraram que teve melhoras significativas em suas vidas.

As famílias consideraram que comparada a realidade de suas moradias no Baixões, as novas casas são bem melhores, o saneamento básico também é considerado. Do ponto de vista estrutural não há o que se negar, porém, a pesquisa da FVPP, bem como, a Norte Energia não levou em consideração os aspectos do vivido, do pertencimento, sendo considerados como mensurável somente o material, e o imaterial foi deixado de lado, o que deveria ter sido levando em conta, uma vez que a memória subjetiva dos atingidos foi a mais prejudicada.

Em decorrência do tempo, muitas residências nos RUCs, principalmente no São Joaquim começaram a apresentar problemas estruturais, como rachaduras e infiltrações, e os maiores problemas encontrados e detectados foram vistos nos banheiros e pisos. No período em que esta pesquisa estava acontecendo no bairro, havia uma equipe da empresa Norte Energia realizando reformas e reparos nas casas. Este fato só comprovou as informações dadas pelos moradores.

Ao encerrar esta pesquisa percebeu-se que a vida nos Baixões não era fácil, existiam problemas de todas as nuances, como por exemplo, as enchentes no período do inverno amazônico e a infraestrutura precária do local. Contudo, foi no Baixão que elos de amizade se entrelaçaram e vínculos de confiança e respeito foram arraigados, tudo que os rodeavam faziam parte de suas vidas, construídos para atender suas demandas e necessidades. A vida era sentida no território não somente como um espaço de morada, mas como um lugar carregado de significados que compreendiam

uma relação de experiências e vivências consolidadas pela relação afetiva duradoura que estabeleceram ao longo dos anos, mas, que naquele momento só lhes restavam um sentimento de pertencimento simbólico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O planejamento de grandes empreendimentos para a Amazônia ainda continua seguindo uma lógica do capital sem considerar as populações locais. A construção da Hidrelétrica de Belo Monte mostrou através desta pesquisa a forma que o sistema energético brasileiro foi planejado e executado não dando direito para que a população local pudesse exercer seu direito de participação. Na verdade, as comunidades não chegaram a ser consultadas se elas tinham interesses na instalação do empreendimento, muito menos ainda tentaram estreitar relações com a população atingida para que indenizações e os deslocamentos compulsórios pudessem acontecer de maneira menos impactante.

As políticas consideradas de desenvolvimento não sofreram grandes mudanças em relação como são executadas ao longo da história, elas parecem independem de governos. Isso muito surpreendeu a população da região do Xingu e dos movimentos que militavam contra a construção da hidrelétrica e em defesa do meio ambiente e de um desenvolvimento sustentável. Era quase improvável que um governo de “esquerda”, eleito por eles (atingidos e movimentos sociais) levariam adiante o projeto de construir de forma rápida e que seria a maior prioridade do governo do PT.

A UHE Belo Monte é uma herança do planejamento desenvolvimentista do período dos governos militares do Brasil. Naquela época, já se tinha o interesse em utilizar as águas do Rio Xingu na produção de energia elétrica. Assim, após trinta anos de planejada ela saiu do papel. Esse projeto voltou ganhar força nos anos 2000 e a construção iniciou-se no ano de 2011 no governo da Presidenta Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT). Essa obra fazia parte do Programa de Desenvolvimento do governo sendo prioridade a construção da hidrelétrica. A mesma teve a inauguração de sua primeira turbina geradora no ano de 2016 ainda naquele governo.

A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte trouxe mudanças significativas para a região do Xingu e impactou toda sua população de forma direta e indireta. A cidade de Altamira passou por profundas mudanças, sua população mais que dobrou no pico da obra segundo estimativas do IBGE e da Secretaria de Planejamento da prefeitura da cidade. Diante do ocorrido, Altamira teve aumentado o seu índice da violência chegando a ser considerada no ano de 2018 como a cidade mais violenta do país.

Esses grandes empreendimentos, normalmente são planejados por atores que não conhecem a realidade da região amazônica e por isso não consideram a população local e nem seus costumes, hábitos e modo de vida. Esses projetos, “ditos” de desenvolvimento acarretam muitos prejuízos para as cidades que os recebem. A população também sofre com as mudanças trazidas pelos impactos destes. Altamira não contava com infraestrutura adequada para atender as demandas necessárias para o inchaço da população devido à procura de empregos com o avanço das obras.

A construção de Belo Monte trouxe consigo uma trágica realidade para a população deslocada compulsoriamente. Essas pessoas não tiveram participação no processo de construção e escolha das novas moradias que foram planejadas para elas. Já se passaram mais de cinco anos de reassentadas no RUC São Joaquim, a exemplo, porém, essas pessoas ainda não consolidaram uma nova territorialidade nesse espaço. A comunidade ainda está longe de construir vínculos territoriais.

A desterritorialização vivida pela comunidade dos Baixões deixou cicatrizes profundas em suas vidas. Essas pessoas, mesmo após cinco anos de realocação e terem realizado várias intervenções em suas residências, ainda não foram capazes de construir um novo território com suas identidades porque muito de suas vidas ficaram às margens do Rio Xingu, dos igarapés que eram suas ruas e para muitos era a garantia do alimento e sustento da família.

Este processo causou rupturas familiares, sociais e muitas perdas que se tornaram quase inimagináveis e difíceis de serem mensuradas dentro das teorias acima sobre a desterritorialização/territorialização, uma vez que, o indivíduo necessita se (re)construir como sujeito dentro do novo contexto posto a ele e a seguir sua vida se reinventando e procurando construir um novo tempo, um novo espaço com novos elementos e com a ausência de muitos que compuseram a maior parte da sua existência.

O reinventar-se em questão, seria se reterritorializar para essas pessoas, se (re)construir como morador do RUC São Joaquim e seguir em frente. Embora, pareça muito mais complexo o processo de reterritorialização e, para que esse se dê de forma efetiva, o indivíduo deve sentir-se parte daquele território, fato que ainda não é possível observar entre os moradores do RUC, parece que estes ainda estão a caminho de se reencontrar, de se reconhecer como parte do todo e serem protagonista do seu bairro que ainda é o Bairro da Norte Energia.

Talvez pelo fato de as pessoas não terem participado em nada do processo de construção do Reassentamento e isto impossibilite a eles de se sentirem parte daquele espaço, o sentimento de pertença não existe. Tudo pertence à empresa que planejou e construiu o RUC sem considerar as necessidades de cada família. Assim o bairro é caracterizado como da empresa construtora. Muitas residências sofreram profundas reformas se descaracterizando das demais casas do bairro, isso pode ser configurado como uma forma de se expressar ou até mesmo uma maneira encontrada para dar mais conforto, segurança e comodidade para a família.

A priori, a intenção é que este trabalho possa vir a contribuir para a ciência geográfica e para os estudiosos que discutem as repercussões territoriais provocadas pela construção de usinas hidrelétricas, sobretudo as que estão e serão implantadas na Amazônia. Que este estudo possa auxiliar os planejadores desses projetos no sentido de levar em conta as análises e a participação da população atingida considerando as angústias e expectativas.

Que esta dissertação ainda ajude ampliar os estudos e as diferentes faces da desterritorialização/territorialização de uma população levando em consideração as análises das perdas de vínculos territoriais, os traumas, às rupturas e as transformações socioculturais dessas famílias que lutam para superar a destruição do seu território que no caso destes estudos são os atingidos realocados no RUC São Joaquim. Neste sentido, menciona-se que a perda do território de forma compulsória trouxe sequelas que são visíveis nas dificuldades dessa comunidade em conseguir criar vínculos territoriais e laços afetivos com seus novos vizinhos e com o novo lugar. A desterritorialização deixa o sentimento nos moradores do RUC São Joaquim a sensação do não lugar, uma vez que este não tem sentimento de pertencimento no novo território.

A reconstrução de territórios não se dá de forma fácil e homogênea, ela traz consigo muitas fragilidades para serem superadas. Assim, se reterritorializar exige um recomeçar para uma nova vida e com novas possibilidades dadas no novo lugar. Mas, superar o antigo lugar não é algo fácil de acontecer, as vivências as lembranças do espaço vivido, dos vínculos territoriais deixam a população saudosa do Baixão, sendo ainda muito desejável o retorno para aquele lugar.

A população remanejada para o Reassentamento Urbano Coletivo São Joaquim encontra-se muito fragilizada e desconfiada. Chegar até essas pessoas para a realização desta pesquisa foi um processo árduo, demorado e contínuo, e sempre questionada se eu era funcionária da Norte Energia e/ou se estava a trabalho para tal empresa. No início eles tinham muito cuidado em falar, deixavam transparecer a sensação de medo, mas, quando a conquista se deu, os mesmos relataram suas experiências e expectativas em relação ao lugar do passado e presente, contribuindo assim com esta pesquisa.

O tempo também se apresentou como empecilho, uma vez que, durante a construção desse trabalho por limitações de acesso a estes moradores e de informações sobre e até mesmo por limitações pessoais esta pesquisa não foi concluída dentro dos dois anos previstos do mestrado, nesse período ainda tivemos a chegada da pandemia do novo coronavírus que impôs o distanciamento social, o confinamento em nossas casas, colocando nossas vidas em profundo momento de silêncio e de perdas de entes queridos.

Ressalta-se ainda a necessidade de um aprofundamento das discussões sobre as repercussões territoriais provocadas pelas construções de Barragens. Um estudo que possa acompanhar todos os realocados nos cinco reassentamentos seria primordial para um melhor entendimento do processo de desterritorialização e reterritorialização e das manutenções ou (re)construção dos vínculos territoriais.

Enfim, como encaminhamento, sugere-se uma mudança na condução do processo de planejamento e execuções de grandes empreendimentos energéticos para a Amazônia, visto que, é necessário um novo modelo de desenvolvimento que priorize e valorize a população local e suas especificidades, respeitando-as e dando-lhes o direito a participação para que elas realmente sejam ouvidas porque suas necessidades vão muito além da estrutural. As famílias não carecem apenas de uma casa nova de concreto que a empresa oferece como recompensa. Os laços e vínculos

com o lugar e as pessoas não tendo valor considerado por esses agentes, devem passar a ser requisito importante dos estudos de impactos ambientais e principalmente nas negociações de indenização.

REFERÊNCIAS

ALTAMIRA. Prefeitura Municipal. Plano Diretor Relatório Final vol. II. Altamira: TECHNUM Consultoria SS. 2010.

ALVES, B. R.; COELHO, M. T. "Usina Hidrelétrica de Belo Monte: a desterritorialização dos ribeirinhos do Rio Xingu" 12 Jun 2020. ArchDaily Brasil. Acessado 24 Jul 2020. <<https://www.archdaily.com.br/br/941563/usina-hidreletrica-de-belo-monte-a-desterritorializacao-dos-ribeirinhos-do-rio-xingu>> ISSN 07198906.

ARAÚJO, M. M. V; PINTO, K. J.; MENDES, F. O. A Usina de Belo Monte e os impactos nas terras indígenas. Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas. n. 6, Macapá, 2014. p. 43-51.

BECKER, B. K. **Fronteira e urbanização repensadas.** In: **Revista Brasileira de Geografia.** V. 47. Rio de Janeiro, dezembro de 1985. pp. 357-372.

BECKER, B. K. **Os eixos de integração e desenvolvimento e a Amazônia.** In: Revista TERRITÓRIO, ano IV, n 6, jan./jun.199.

BECKER, B. K. **Modelos e cenários para a Amazônia: o papel da ciência Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?** In: Parcerias Estratégicas - Número 12 - Setembro 2001.

BESSIÉ, L. M. As questões de identidade em geografia cultural-Algumas concepções contemporâneas. IN: géographie et cultures, n3, 1999. Trad. Marcia Trigueiro.

BRASIL. Congresso Nacional. Informações do Estado brasileiro. Brasília, DF, 25 abr. 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA. Relatório de Impacto ambiental: aproveitamento hidrelétrico Belo Monte. Brasília, maio de 2009.

BRUM, Eliane. Belo Monte, Empreiteiras e espelinhos: como a mistura explosiva entre o público e o privado, entre o Estado Brasileiro e as grandes construtoras, ergueu um monumento à violência, à beira do Xingu na Amazônia. Jornal El País, Caderno Opinião, disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/06/opinion/1436195768_857181.html, acesso em 7 de março de 2020.

BRUM, Eliane. Belo Monte: a anatomia de um etnocídio. Jornal El País, Caderno Opinião, disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/01/opinion/1417437633_930086.html, acessado em 18 de julho de 2021.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Diferenciação socioespacial, escala e práticas espaciais.** Cidades. Presidente Prudente: GEU, vol. 4, n. 6, p. 45-60, 2007.

CERVINSKI, Gilberto. **Conjuntura Atual do Modelo Energético do Brasil**. São Paulo. 2015.

CHSEF. **SPE - Geração Hidrelétrica**. Disponível em: <https://www.chesf.gov.br/Negocios/Pages/Parcerias/SPEChesfGeracao.aspx>.

Acesso em: 04 de setembro de 2020.

CONCEIÇÃO, T. S. Trabalhadores nos Canteiros de Obras da UHE Belo Monte-Altamira: condições de saúde e políticas públicas. Belém, Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – UFPA, 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 5ª edição. Bertrand: Rio de Janeiro, 2003.

DI MÉO, G.; BULÉON, P. **L'espace social. L'écture géographique dès socieétés**. Tradução Álvaro Luiz Heidrich e Nola Patrícia Gamalho. Paris: Armand Colin, 2007.

ELETROBRÁS. Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte: Estudo de Impacto Ambiental. Leme Engenharia Ltda, Brasília, 2009.

FEARNSIDE, P. M. Dams in the Amazon: Belo Monte and Brazil's Hydroelectric Development of the Xingu River Basin. *Environmental Management*, v. 38, n. 1, p 16-27, 2006.

FREIRE, L. M.; LIMA, J. S.; SILVA, E. V. Belo Monte: fatos e impactos envolvidos na GOMES, Paulo C. da C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

FREIRE, L. M.; LIMA, J. S.; SILVA, E. V. implantação da usina hidrelétrica na região Amazônica Paraense. In: *Soc. Nat. | Uberlândia, MG | v.30 | n.3 | p.18-41 | set./dez. 2018 | ISSN 1982-4513*.

FUINI, Lucas Labigalini. Território, territorialização e territorialidade: o uso da música para a compreensão de conceitos geográficos. (2014). Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/tp/article/view/6155>> 09/06/2020 às 19h.

FGV. **GRANDES OBRAS NA AMAZONIA: Deslocamentos compulsórios induzidos por Grandes obras na Amazônia**. 2018.

GOMES, Gláucia C. "Geografias e Ideologias: Alienação e Estranhamento na Produção do Espaço". In: DEL GAUDIA, R. S.; PEREIRA, D. B. (Orgs) *Geografias e Ideologias: submeter e qualificar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 172-201.

HAESBAERT. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.) *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p. 169-190.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro, 2004: Bertrand-Brasil. 400 p.

HAESBAERT, R. Território, insegurança e risco em tempos de contenção territorial. In: Póvoa Neto, H. et. al. (Org) **A experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções**. Rio de Janeiro, 2010: Garamond, FAPERJ.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 400 p.

HEIDRICH, A. L. “Territorialidades de inclusão e exclusão social” In: REGO, N.; MOLL, J.; AIGNER, C. (Orgs.) **Saberes e práticas na construção de sujeitos**

HEIDRICH, A. L. “Territorialidades de inclusão e exclusão social” In: REGO, N.; MOLL, J.; AIGNER, C. (Orgs.) **Saberes e práticas na construção de sujeitos e espaços sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 21-44.

HEIDRICH, A. L. Espaço e Multiterritorialidade Entre Territórios: reflexão sobre a abordagem territorial. In: PEREIRA, S. R; COSTA, B. P; SOUZA, E. B. C. (orgs). **Teorias e Práticas territoriais: análises espaços-temporais**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

HEIDRICH, A. L. **Faces antagônicas da segregação espacial na cidade de Porto Alegre**. Revista Geográfica de América Central, Número Especial EGAL, 2011.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. "Território, Integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social". In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio (Orgs.). **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004, p. 37-66.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse preliminar do censo demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2000: agregado de setores censitários - PA**. Rio de Janeiro, [2000a]. Disponível em: <http://servicodados.ibge.gov.br/Download/Download.ashx?u=ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2000/Dados_do_Universo/Agregado_por_Setores_Censitarios/Agregado_de_setores_2000_PA.zip>. Acesso em: 12 jul. 2020.

_____. **Censo demográfico 2000: amostra - famílias e domicílios**. Rio de Janeiro, [2000b]. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2000fd.asp?o=29&i=P>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

_____. **Censo demográfico 2000: malha digital de setores censitários, setores urbanos, Altamira - PA**. Rio de Janeiro, [2000c]. Disponível em: <http://servicodados.ibge.gov.br/Download/Download.ashx?u=geofp.ibge.gov.br/malhas_digitais/censo_2000/setor_urbano/pa/1500602/1500602.zip>. Acesso em: 12 jul. 2020.

_____. **Regiões de influência das cidades - 2007**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/d_detalhes.php?id=264110>. Acesso em: 12 jul. 2020.

_____. **Censo demográfico 2010:** agregados por setores censitários - PA. Rio de Janeiro, [2010a]. Disponível em: <http://servicodados.ibge.gov.br/Download/Download.ashx?u=ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_do_Universo/Agregados_por_Setores_Censitarios/PA_20150527.zip>. Acesso em: 12 jul. 2020.

_____. **Censo demográfico 2010:** Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos - PA. Rio de Janeiro, [2010b]. Disponível em: <http://servicodados.ibge.gov.br/Download/Download.ashx?u=ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Cadastro_Nacional_de_Enderecos_Fins_Estatisticos/PA/15006020500.zip>. Acesso em: 12 jul. 2020.

_____. **Censo demográfico 2010:** resultados da amostra - famílias e domicílios. Rio de Janeiro, [2010c]. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010FD.asp?o=15&i=P>>. Acesso em: 12 jul. 2020.

_____. **Censo demográfico 2010:** malha digital de setores censitários - PA. Rio de Janeiro, [2010d]. Disponível em: <http://servicodados.ibge.gov.br/Download/Download.ashx?u=geofp.ibge.gov.br/malhas_digitais/censo_2010/setores_censitarios/pa/pa_setores_censitarios.zip>. Acesso em: 12 jul. 2020.

_____. **Censo demográfico:** séries temporais. Rio de Janeiro, [2015]. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010Serie.asp?o=2&i=P>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

LEFEBVRE, H. **The production of space.** Oxford: Blackwell Publishers, 1992.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço.** Trad. Grupo “As (Im) possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”, Núcleo de Geografia Urbana da UFMG (do original: *La production de l'espace*. 4ª Ed. Paris: Anthropos, 2000). Primeira versão: fev. 2006.

LEME. Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte. v.6, 2009.

MARINHO, J. A. M.; SARAIVA, M. P. **Hidrelétrica de Belo Monte e Processos de Desterritorialização no Médio Rio Xingu-Pa.** ANPPA, 2012.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MIRANDA NETO, J. Q. **Os nexos de re-estruturação da cidade e da rede urbana:** O papel da Usina Belo Monte nas transformações espaciais de Altamira-PA e em sua região de influência. Presidente Prudente: UNESP, 2016.

MIRANDA NETO, J. Q. Reassentamento da População Urbana Diretamente Afetada pelo Empreendimento Hidrelétrico de Belo Monte em Altamira-PA. *Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades*, v. 2, n. 13, 2014, pp. 43-57.

MIRANDA NETO, J. Q. UHE Belo Monte e a reestruturação da cidade de Altamira-PA: agentes, processos e redefinições espaciais. In: XI Encontro Nacional da ANPEGE, Presidente Prudente, 9 a 12 de out., 2502-2513, 2015.

MIRANDA NETO, J. Q.; HERRERA, J. A. Expansão urbana recente em Altamira (PA) Novas tendências de crescimento a partir da instalação da UHE Belo Monte. In: Ateliê Geográfico - Goiânia-GO, v. 11, n. 3, dez./2017, p. 34-52.

MIRANDA NETO. José Queiroz de. USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE E OS ATINGIDOS URBANOS EM ALTAMIRA-PA. IN: Hidrelétricas na Amazônia: Implicações territoriais nas áreas de influências das usinas nos rios Xingu (Pará) e Madeira (Rondônia). 1ed. Belém: GAPTA, 2017, v. 1, p. 119-144. (HERRERA, José Antônio; CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar (Orgs).

MOURA, A. R.; RIBEIRO. J. C. Altamira no contexto geográfico. Belém: Ed. do Autor, 2009.

MOREIRA; SILVA; HERRERA. **MICROTERRITORIALIDADE E LUGAR DOS DE BAIXO, O CASO DO BAIXÃO DO TUFÍ EM ALTAMIRA – PARÁ.** Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), (ISSN: 2359-0831 - on line), Belém, v. 02, n. 01, p. 169-187, jan./jun. 2015.

NEVES, Italla Cristina. DESTERRITORIALIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS REASSENTADAS NO RUC JATOBÁ, ALTAMIRA-PA. / Italla Cristina Neves. — 2019. 91 f.

NORTE ENERGIA S.A. **Projeto Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte:** Planos programas e projetos. Agosto de 2011.

NORTE ENERGIA S.A. **Relatórios parciais.** ITEM 5.1.2: REASSENTAMENTO URBANO. Maio de 2013b.

NORTE ENERGIA. “Licenças ambientais”. Site Norte Energia. Acessado em 10/06/2019. Disponível em <http://norteenergiasa.com.br/site/categoria/documentos/zz-licencas-ambientais/>

OLIVEIRA, Assis da Costa. **CONSEQUÊNCIAS DO NEODESENVOLVIMENTISMO BRASILEIRO PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES:** reflexões sobre a implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. In: R. Pol. Públ., São Luís, v. 17, n.2, p. 289 - 302, jul./dez. 2013.

OLIVEIRA, Livia: **o Sentido de Lugar:** . IN: Jr, M.E.; HOLZER, W; Oliveira, L. Qual o espaço do lugar?. São Paulo: perspectiva, 2014.

OLIVEIRA Rita; ROCHA, P; BARBOSA, M. Historicidade das inundações para compreensão do efeito de retroalimentação positiva em bacias hidrográficas urbanas - estudo de caso em Altamira. DOI: 10.17551/2358-1778/geoamazonia. v3n6p1-13. Revista GeoAmazônia –ISSN: 2358-1778 (online) 1980-7759 (impresso), Belém, v. 03, n. 06, p. 01 -13, jul./dez. 2015.

PADINHA, M. R.; WHITACKER, A. M. Grandes objetos na Amazônia: os impactos da Hidrelétrica de Belo Monte às escalas da vida. In: **A geografia do Pará em múltiplas perspectivas: políticas públicas, gestão e desenvolvimento territorial** [recurso eletrônico] / coordenadores Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol, Everaldo Santos Melazzo; organizadores Antônio Cezar Leal, Carlos Alexandre Leão Bordalo, João Osvaldo Rodrigues Nunes; colaboradora Leonice Seolin Dias - Tupã: ANAP, 2017 Paulo: EdUSP, 2017.

PAZ, L. R. L. da. Hidrelétricas e terras indígenas na Amazônia: desenvolvimento sustentável? 243f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

RAFFESTIN, C. **Por geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RANDELL, H. The short-term impacts of development-induced displacement on wealth and subjective well-being in the Brazilian Amazon. *World Development*, 87, 385-400, 2016. doi: 10.1016/j.worlddev.2016.07.005

RELPH, E. C. **As Bases Fenomenológicas da Geografia**. *Geografia*, v. 4, n. 7, p. 1-25, 1979.

RELPH, E. reflexões Sobre a Emergência, Aspectos e Essência de Lugar. IN: Jr, M.E.; HOLZER, W; Oliveira, L. Qual o espaço do lugar?. São Paulo: perspectiva, 2014.

SANTOS, B. A.; NUNES, P. B. USINAS HIDRELÉTRICAS NA AMAZÔNIA: A RELAÇÃO DE AFETIVIDADE DOS ATINGIDOS COM OS LUGARES IMPACTADOS PELA UHE BELO MONTE NA CIDADE DE ALTAMIRA/PA. In: CARDOZO, E. L. **A sociedade e o espaço geográfico brasileiro**. Curitiba (PR): Atena, 2017. 394 p.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: 5ª Edição Edusp, 2012.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. 4. ed. 4. reimpr. São Paulo: Edusp, 2008.

SAQUET, Marcos Aurelio Saquet. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão popular, 2009. p. 73-94.

SCHMID, Christian. **A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional**. *Revista Espaço e Tempo, São Paulo, nº 32, pp. 89 - 109, 2012.e espaços sociais*. Porto Alegre: Editora da RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Paris: LITEC, 1980.UFRGS, 200 VAINER, C.B.; VIEIRA, F.B.; MONTE, F.S.S.; NUTI, M.R.; VIANA, R.M. **O conceito de atingido: uma revisão do debate e diretrizes**. Texto mimeo. IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro: 2003. 23 p. 6, p. 21-44.

SCHMID, Christian. **A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional**. *Revista Espaço e Tempo, São Paulo, nº 32, pp. 89 - 109, 2012*.

SEVÁ FILHO, A. O. Povos indígenas, as cidades, e os beiradeiros do rio Xingu que a empresa de eletricidade insiste em barrar. In: Filho Sevá, Arsênio Oswaldo (Org.). **Tenotã-Mõ: alerta sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu**. São Paulo: IRN, p. 29-54, 2005.

SILVA, R. G. S.; SILVA, V. de P. **Os atingidos por barragens: reflexões e discussões teóricas e os atingidos do Assentamento Olhos D'Água em Uberlândia-MG**. Sociedade & Natureza, 23(3), 397-408, 2012.

SMITH, Heil. "Gentrification, the Frontier, and the Restructuring of Urban Space" In: Fainstein, S. & Campbell, S. (orgs.). *Readings in Urban Theory*. Great Britain: Blackwell Publisher, 1996.

SOJA, Edward. *Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SOUZA, D. P. et al. Desenvolvimento urbano e saúde pública: impactos da construção da UHE Belo Monte. In: *Desenvolv. Meio Ambiente*, v. 46, p. 154-173, agosto 2018.

SOUZA, M. L. S. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

UMBUZEIRO. A. U. B; UMBUZEIRO, U. M. U. **Altamira e sua história**. 4ed. Belém, Ponto Press, 2012.

VAINER, C. B. Recursos hidráulicos: questões sociais e ambientais. IN *estudos avançados, Estud. av.* vol.21 n. 59. São Paulo. Jan./Apr. 2007. P. 119-137.

VAINER, C. B. O conceito de "Atingido": Uma revisão do debate. In: ROTHMAN, F.D. (Ed.) *Vidas alagadas: Conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*. Viçosa: Editora da UFV, 2008, p. 39-63.

WANDERLEY, L. J. M. (2009) Deslocamento compulsório e estratégias empresariais em áreas de mineração: um olhar sobre a exploração de bauxita na Amazônia. *Revista IDEAS*, v. 3, n. especial, p. 475-509.